

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA CLÍNICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E CULTURA**

**O ADOLESCENTE QUE COMETEU ABUSO SEXUAL:
ESTUDO DA SUBJETIVIDADE NO CONTEXTO CLÍNICO**

FLORENÇA ÁVILA DE OLIVEIRA COSTA

Brasília, DF

2013



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA CLÍNICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA E CULTURA**

**O ADOLESCENTE QUE COMETEU ABUSO SEXUAL:
ESTUDO DA SUBJETIVIDADE NO CONTEXTO CLÍNICO**

FLORENÇA ÁVILA DE OLIVEIRA COSTA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica e Cultura.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Inês Gandolfo Conceição

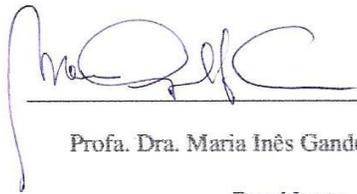
Co-orientadora: Profa. Dra. Liana Fortunato Costa

Brasília, DF

2013

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, sob orientação da Profa. Dra. Maria Inês Gandolfo Conceição e co-orientação da Profa. Dra. Liana Fortunato Costa, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Clínica e Cultura.

Aprovada por:

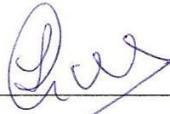


Profa. Dra. Maria Inês Gandolfo Conceição

Presidente

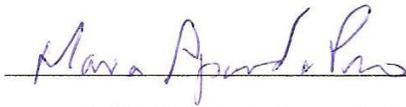
Prof. Dr. Maurício da Silva Neubern

Membro Externo



Profa. Dra. Lúcia Cavalcanti de Albuquerque Williams

Membro Externo



Profa. Dra. Maria Aparecida Penso

Membro Suplente

Dedico esta dissertação

Aos meus queridos pais, **Décio** e **Adélia**, que com amor sempre me incentivaram a prosseguir e não desistir.

A meu esposo, companheiro e amigo, **Gustavo**, pelo constante amor, cuidado e apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

Não tenho palavras para agradecer a Deus, que foi e será continuamente minha força e esperança, em momentos de paz e de angústia.

Meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que compartilharam este caminho...

Ao Projeto Invertendo a Rota, que me proporcionou crescimento e muito aprendizado.

Nesse projeto, agradeço, em especial, a credibilidade e o apoio por parte do coordenador Rogério Araújo e da psicóloga Mônica Café. Também agradeço a importante colaboração das estagiárias Alline Santos Teixeira e Ana Karoline Valadão.

Às mães e aos três adolescentes que participaram desta pesquisa, que generosamente compartilharam suas histórias, experiências, angústias e planos, que tanto colaboraram na construção e desenvolvimento da pesquisa e da pesquisadora.

À minha orientadora, Maria Inês Gandolfo Conceição, que gentilmente me recebeu e sutilmente me levou a um lugar de possibilidades ainda não permitidas por mim mesma.

Obrigada pelo acolhimento e pela confiança.

À minha co-orientadora, Liana Fortunato Costa, pesquisadora que sempre admirei e que, após me acolher ao longo do ano de 2012, muito me ensinou e desafiou com sua postura comprometida com a pesquisa, com a ética e com o sujeito. Muito obrigada!

À Marlene Magnabosco Marra, ser humano de valor inestimável, verdadeira mãe com a qual Deus me presenteou na cidade de Brasília, com sua atenção, cuidado e muita alegria.

À Jéssica Malaquias, amiga, monitora e parceira de orientação, de trocas, de aprendizado, de questionamentos e sempre pronta a ajudar, meu muito obrigada.

À Márcia Regina Ribeiro dos Santos, parceira de sala de aula, de desabafos e muitas reflexões, que me proporcionaram amadurecimento teórico e pessoal.

À Etiene Oliveira S. de Macedo, que me despertou para a possibilidade do mestrado na Universidade de Brasília (UnB) e semeou fé e perseverança em meu caminho. Muito obrigada.

Aos amigos de Goiânia, doutorandos e mestrandas da UnB, Altair José Santos, Celana Cardoso Andrade, Ana Cândida Cardoso Cantarelli, Maysa Puccinelli, Jordana Calil Lopes de Menezes e Cláudia Alves. Cada um em sua singularidade fez das viagens e dos desafios em uma cidade desconhecida algo leve, possível e muito prazeroso.

Aos colegas e parceiros de profissão do Instituto de Educação em Psicologia (IEP), que me apoiaram e compreenderam as inúmeras mudanças na minha agenda, em especial à Andréia Cristina Albernaz.

À Vannúzia Leal Peres e ao Osmar Domingos dos Reis Júnior, mestres que trouxeram luz às incompreensões teóricas e alívio para as angústias da pesquisadora.

À minha família e aos meus amigos que, sensivelmente, compreenderam minhas ausências e ofereceram-me palavras e expressões de apoio em quaisquer circunstâncias.

Ao professor Dr. Maurício Neubern, pelas profundas reflexões epistemológicas e desafiadoras, assim como seu apoio em um momento tão delicado com relação à minha mãe.

À professora Dra. Gláucia Diniz, que me levou de volta às minhas origens teóricas e práticas, porém com um olhar inquietante, atento e questionador, acrescentando a mim uma nova perspectiva, a psicologia do gênero.

À revisora e colaboradora incansável, Suzana Oellers, que tanto contribuiu para a escrita clara e coerente deste trabalho.

Todos semearam algo neste percurso e são parte deste fruto...

Resumo

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a subjetividade de três adolescentes que cometeram abuso sexual contra crianças, por meio dos sentidos subjetivos atribuídos à violência cometida. Pesquisas internacionais demonstraram o crescente índice de abuso sexual cometido por adolescentes, o que também é uma realidade brasileira. Propor o estudo da subjetividade é necessário para romper com concepções generalistas e estigmatizantes do sujeito que comete abuso sexual. Apropriamo-nos da epistemologia qualitativa de González Rey como possibilidade epistemológica, teórica e metodológica, favorecendo a expressão da complexidade do fenômeno. Ao propor a psicologia cultural e histórica da subjetividade, González Rey a compreendeu como um macrosistema processual e contraditório que integra o pensamento do sujeito, as emoções e as situações vividas por ele, que aparecem em uma multiplicidade de sentidos subjetivos, constituídos em processos históricos e sociais. O paradigma de proteção integral à criança e ao adolescente também fundamenta esta pesquisa. Partindo desses princípios, foram realizados atendimentos psicoterapêuticos individuais, entre abril e outubro de 2012, a três adolescentes das classes D e E, em cumprimento de medida socioeducativa, acompanhados pelo Projeto Invertendo a Rota, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás). Os indicadores e núcleos de sentido elaborados por meio da análise construtivo-interpretativa levaram à construção de três zonas de sentido acerca da subjetividade dos adolescentes que cometeram abuso sexual: 1) “O filhinho da mamãe – o adolescente dominado pela mãe”; 2) “O filho de ninguém – o adolescente que não sabe quem ele é”; 3) “O filho da mãe – o adolescente estigmatizado autor de violência sexual”. A primeira zona de sentido expressa a relação de controle e dominação das mães sobre os filhos, que os aprisionam ao isolamento social e a uma condição infantilizada, não permitindo que cresçam e se desenvolvam. Já na segunda zona de sentido, diante de limitações sociais e relacionais, o adolescente não consegue se definir como sujeito do seu pensamento e emoções, nem definir seus próprios planos e desejos, tornando-se desconhecido para si mesmo. A terceira zona de sentido apresenta o adolescente estigmatizado por todos pelo ato cometido, o que o aprisiona novamente ao isolamento social e relacional. O ciclo de violência social move o adolescente da condição de vítima à condição de vitimizador. Na trama de sentidos subjetivos, a limitação do desenvolvimento dos adolescentes como sujeitos ficou evidenciada. A violência sexual se configurou como tentativa de ser sujeito e não objeto da relação, de rompimento com a mãe dominadora, porém, de maneira não elaborada entre pensamento e emoção, colocando a vítima na condição de objeto. A violência também se apresentou como marco de transformações e sofrimento. Portanto, não se torna necessário apenas o rompimento da violência, mas também a promoção do desenvolvimento saudável dos adolescentes, da ampliação de condições sociais, relacionais e afetivas que sejam significativas em sua constituição como sujeito do seu desenvolvimento. A pesquisa revelou a urgência de atuação multiprofissional no atendimento dos adolescentes, familiares e grupos sociais, disponibilizando olhares atentos e escuta sensível para estes sujeitos que necessitam de ajuda, a qual deve ser oferecida precocemente para que eles não se cristalizem na condição de “abusadores” ou eternos “filhos da mãe”.

Palavras-chave: adolescente que cometeu abuso sexual, subjetividade, contexto clínico.

Abstract

This research aims to analyze the subjectivity of three adolescents who committed sexual offense against children through the subjective senses attributed to the act of violence. International researches have demonstrated the increasing rate of sexual offense committed by adolescents, which is also the reality in Brazil. It is necessary to propose the study of subjectivity to break generalist and stigmatizing conceptions of the subject who commits sexual offense. We use the qualitative epistemology proposed by González Rey as an epistemological, theoretical, and methodological possibility to favor the expression of the complexity of this phenomenon. González Rey proposed the cultural and historical psychology of subjectivity and sees it as a processual and contradictory macrosystem which integrates the thought, the emotions and the situations experienced by the subject that are revealed in a variety of subjective senses, constituted of historical and social processes. The paradigm of integral protection of children and adolescents also gives support to this study. Based on these principles, individual psychotherapy sessions were carried out between April and October 2012 with three adolescents from classes D and E, who were serving a social-educational measure, while participating in the project titled “Invertendo a Rota”, of the Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás). The indicators and meaning cores produced using constructive-interpretative analysis led to the construction of three zones of sense about the subjectivity of adolescents who committed sexual offense: 1) “The mummy’s boy – the adolescent dominated by the mother”; 2) “The son of no one – the adolescent who does not know who he is”; 3) “The son of a gun – the stigmatized adolescent who committed sexual offense”. The first zone of sense expresses the relationship of controlling and domineering mothers with their sons, who imprison them by social isolation and infantilization, not allowing them to grow and develop. In the second zone of sense, due to social and relational limitations, the adolescent can neither define himself as a subject of his thoughts and emotions, nor define his own plans and desires, becoming unknown to himself. The third zone of sense presents the adolescent stigmatized by everybody because of his act of violence, which once more imprisons him by social and relational isolation. The cycle of social violence takes the adolescent from the condition of victim to the condition of victimizer. In the net of subjective senses, the limitation to the development of the adolescents as subjects was evident. The sexual violence was configured as an attempt of being a subject and not an object of the relationship, and of breaking up with a domineering mother, but in a non-elaborated manner between thought and emotion, reducing the victim to the condition of an object. The violence was also a sign of transformation and suffering. Therefore, it is not enough to break the violence, but it is also necessary to promote the healthy development of the adolescents, and improve their social, relational, and affective conditions, which are meaningful in their constitution as subjects of their own development. This research revealed the urge of multiprofessional work to deal with these adolescents, their families, and social groups, offering them full attention and sensitive listening, since they need help, which should be immediately offered so that they do not crystallize in the condition of “abusers” or eternal “sons of guns”.

Keywords: adolescent who committed sexual offense, subjectivity, clinical context.

Lista de Siglas

CEP	– Comitê de Ética em Pesquisa
CEPAJ	– Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil
DEPAI	– Delegacia de Polícia de Apuração de Atos Infracionais
ECA	– Estatuto da Criança e do Adolescente
FINEP	– Financiadora de Estudos e Projetos
IDF	– Instituto Dom Fernando
IH	– Instituto de Ciências Humanas
NIAF	– Núcleo de Estudos da Infância, Adolescência e Família
PROEX	– Pró-Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil
PUC-Goiás	– Pontifícia Universidade Católica de Goiás
SINASE	– Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
UFG	– Universidade Federal de Goiás
UnB	– Universidade de Brasília
UNESCO	– United Nations Organization for Education, Science and Culture

Lista de Tabelas

Tabela 1.	Identificação dos participantes quanto a idade, escolaridade, composição familiar e classe socioeconômica.	65
Tabela 2.	Configuração do abuso sexual cometido pelos participantes quanto a idade na época da ocorrência, idade da vítima, relação com a vítima, tempo e tipo do abuso e medida socioeducativa.	66
Tabela 3.	Fatores de risco que compõem o contexto social e a história dos adolescentes que cometeram abuso sexual.	67
Tabela 4.	Caracterização dos quatro atendimentos clínicos iniciais realizados com os adolescentes que cometeram abuso sexual participantes da pesquisa.	80

Sumário

Apresentação	12
Introdução	14
Fundamentação Teórica	16
Teoria da subjetividade de González Rey	16
Espistemologia qualitativa de González Rey	23
Adolescências	27
O adolescente em foco	36
Violência sexual e sua autoria	40
O adolescente que cometeu abuso sexual	45
Modelos de atendimento para o adolescente que cometeu abuso sexual	51
<i>Atendimento individual</i>	51
<i>Atendimento familiar e grupal</i>	53
A clínica do adolescente em conflito com a lei	57
Método	62
Contexto	63
Participantes	64
A história de Paulo	68
A história de Augusto	70
A história de Daniel	72
Instrumentos	74
Procedimentos	77

Cuidados éticos	81
Construção e interpretação das informações	82
Resultados e Discussão	85
Zona de sentido A: “O filhinho da mamãe – o adolescente dominado pela mãe”	86
Zona de sentido B: “O filho de ninguém – o adolescente que não sabe quem ele é”	111
Zona de sentido C: “O filho da mãe – o adolescente estigmatizado autor de violência sexual”	127
Considerações Finais	155
Referências	162
Apêndices	173
Apêndice 1. Completamento de frases	174
Apêndice 2. Anamnese do desenvolvimento e da história de vida dos adolescentes participantes fornecida por suas mães	175
Apêndice 3. Aceite institucional	182
Apêndice 4. Análise de projeto de pesquisa	183
Apêndice 5. Termo de consentimento livre e esclarecido para os familiares e/ou responsáveis	184
Apêndice 6. Termo de autorização para os familiares e/ou responsáveis	187
Apêndice 7. Termo de assentimento para os adolescentes	190

Apresentação

Minha história profissional se iniciou ainda no curso de graduação em psicologia, quando fui monitora de psicologia social. Desde então, percebi meu crescente interesse por questionamentos inerentes à constituição do indivíduo como sujeito concreto que se constitui socio-historicamente por meio das relações sociais. Nesse sentido, sempre busquei a compreensão da psicologia a partir das concepções dialética e dialógica.

Algumas experiências centrais ampliaram meu olhar e sensibilidade em direção ao sujeito e à família enquanto sistemas complexos. Uma dessas experiências foi a pesquisa “Educar/criar sem violência: prevenção da violência física contra crianças”, realizada pelo Núcleo de Estudos da Infância, Adolescência e Família (NIAF), da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás). Seu objetivo principal foi a prevenção da violência familiar contra crianças, por meio da mediação em visitas domiciliares, como instrumento facilitador da comunicação entre pais e filhos.

Outra experiência também significativa foi cursar a pós-graduação *Lato Sensu* em terapia de casais e famílias, em uma perspectiva sistêmica-constructivista-psicodramática, que consolidou concepções ainda embrionárias em minha formação quanto às temáticas de família e atendimento clínico. Esse curso e os atendimentos clínicos, em associação ao trabalho realizado na pesquisa citada, me alertaram para a necessidade de promover o resgate de crianças e adolescentes como sujeitos nas famílias.

Minhas participações na organização do I e II Seminários Estaduais Sobre a Implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) em Goiás, em 2008, no projeto “Escola que Protege”, da Universidade Federal de Goiás (UFG), como professora de gestores e educadores da rede estadual de educação, e como professora

do Curso de Capacitação de Conselheiros Tutelares e de Direitos da PUC-Goiás, em 2010 e 2011, me provocaram inquietação acerca da concepção de adolescente então existente para estes profissionais. Incomodava-me particularmente a visão reducionista, estigmatizante e contrária ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Brasil, 1990b) sobre adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, apontados como “marginais” e não como sujeitos de direito. Com base nessas e em outras experiências, entre abril de 2011 e junho de 2012, atuei como psicóloga no projeto da PUC-Goiás de enfrentamento da exploração sexual infanto-juvenil em Goiás, denominado “Invertendo a Rota: ações de proteção aos direitos de crianças e adolescentes em situação de exploração sexual”. Minha participação direta nesse projeto estava vinculada ao programa “Repropondo: atendimento a autores de violência sexual”. Devo destacar sua relevância e importância para a garantia de direitos de crianças e adolescentes, por se tratar de ação-intervenção fundamentada na complexidade do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes, de modo a superar a polarização vítima-algoz e prevenir reincidências.

Esses trabalhos me mostraram a necessidade de me aprofundar teoricamente em tais reflexões. Para isso, escolhi realizar o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília (UnB), com o objetivo de conhecer mais profundamente a complexidade desses fenômenos subjetivos que se constituem em uma dinâmica multifatorial envolvendo concepções de infância, adolescência, família, violência, justiça, direitos humanos, entre outras. Nesse programa, o tema de maior interesse para a minha área de atuação se refere à condição subjetiva e relacional de adolescentes marcados pelas condições de pobreza, exclusão social e violência, os quais estão envolvidos com atos infracionais caracterizados como violência sexual contra crianças e/ou adolescentes.

Introdução

O tema proposto nesta pesquisa é o estudo da subjetividade de adolescentes que cometeram abuso sexual contra crianças, a partir da perspectiva clínica, sob um olhar sensível ao sujeito adolescente. Minha trajetória como psicóloga e terapeuta de casais e famílias me possibilitou atuar em intervenção e prevenção nas áreas da infância, adolescência e família, seja em pesquisas, atendimentos clínicos ou comunitários. Todas essas ações se fundamentaram em uma concepção de direitos humanos, de sujeito concreto que se constitui socio-historicamente por meio das relações sociais, sendo a família um lócus privilegiado de constituição dessas relações.

Em abril de 2011, ao ingressar no projeto “Invertendo a Rota”, que tem como foco ações de proteção aos direitos de crianças e adolescentes em situação de exploração sexual (Etapa 2010-2012), me deparei com adolescentes e famílias que muito necessitavam de proteção e promoção dos seus direitos em uma perspectiva emancipatória. Essa etapa do projeto “Invertendo a Rota” constituiu-se em programas de ação de proteção aos direitos de adolescentes em situação de exploração sexual, sendo eles: Educação social nas rotas; Rota da cidadania: educação, saúde, assistência e profissionalização; Repondo: atendimento a autores de violência sexual; Tecendo a rede da cidadania: capacitação de recursos humanos. A partir da concepção de que o sujeito se constitui socio-historicamente por meio das relações sociais, e que está em constante transformação, as ações desse projeto buscaram a transformação e a emancipação tanto do sujeito adolescente em exploração sexual quanto do autor de violência sexual contra crianças e adolescentes, seja ele adulto ou adolescente.

Nesse sentido, um dos aspectos relevantes do presente estudo, desenvolvido a partir do projeto “Invertendo a Rota”, é a produção de conhecimento acadêmico brasileiro na área da psicologia clínica referente ao adolescente que cometeu abuso sexual, uma vez que existem poucos estudos e trabalhos de atendimento desses sujeitos no país. A maioria dos estudos sobre esse tema é encontrada na literatura internacional, principalmente nos Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Nova Zelândia e Austrália (Esber, 2009). Muitos dos estudos referentes ao atendimento de autores de violência sexual são concebidos por meio da psicoterapia cognitivo-comportamental, privilegiando aspectos quantitativos do fenômeno.

Outro fator a ser considerado é que, geralmente, esses estudos são realizados com autores adultos de violência sexual, sentenciados e em privação de liberdade. Assim, este estudo inova ao tratar da subjetividade de autores adolescentes de violência sexual, em cumprimento de medida socioeducativa denominada liberdade assistida, a partir do contexto clínico. Também se acredita que, a partir da concepção de direitos humanos e do adolescente que se constitui socio-historicamente como sujeito por meio das relações interpessoais, é possível que a pesquisa e os atendimentos clínicos contribuam para a reflexão do adolescente sobre suas potencialidades e limitações, ensejando a produção de novos sentidos subjetivos em sua história de vida. Desse modo, podem ser abertas oportunidades para que o adolescente que cometeu abuso sexual abandone tanto a posição de “vítima” quanto a de “vitimizador”, assumindo o lugar de protagonista em sua própria história.

Este é um estudo qualitativo que favorecerá a apreensão das subjetividades de adolescentes que cometeram abuso sexual e estão em cumprimento de medida socioeducativa e poderá oportunizar a constituição de novos olhares para estes sujeitos. Sua relevância social situa-se na proteção de crianças e adolescentes contra a violência

sexual, bem como na proteção de adolescentes que sofrem violências simbólicas e de outros tipos, que os desqualificam como sujeitos.

Assim, este estudo teve como objetivo geral analisar a subjetividade de adolescentes que cometeram abuso sexual contra crianças e estão em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida. Para a sua consecução, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: a) apreender os sentidos subjetivos que adolescentes autores de violência sexual atribuem à violência cometida; b) conhecer a história de vida dos adolescentes autores de violência sexual; c) compreender os aspectos do processo que favoreceram a constituição dos adolescentes como autores de violência sexual. Diante desses objetivos, pretende-se responder ao final deste estudo à seguinte pergunta: “Qual é a configuração subjetiva da violência sexual para o adolescente que abusou sexualmente de crianças?”

Fundamentação Teórica

Teoria da subjetividade de González Rey.

Propor a temática da subjetividade do adolescente autor de violência sexual contra crianças e/ou adolescentes, nos âmbitos da pesquisa e da produção teórica no contexto clínico, aponta para aspectos epistemológicos a serem discutidos. Isso porque a maior parte da produção existente sobre o autor de violência sexual destaca sua própria vitimização na infância, distorções cognitivas, crenças mal-adaptadas, generalizações, investigação da sexualidade do agressor e características e/ou perfil psicológico e comportamental do agressor.

Pesquisadores também evidenciaram que fatores de risco, caracterização geral das crianças ou adolescentes sexualmente abusados, grau de denúncia, preparação dos profissionais, formas de violência sexual, perfil dos agressores, parentesco e configuração familiar seguem uma tradição quantitativa e probabilística (Bianchini & De Antoni, 2012; Esber, 2009; Moura & Koller, 2008, 2010; Sanderson, 2005; Sattler, 2011; Serafim, Saffi, Rigonatti, Casoy, & Barros, 2009). Tais propostas de pesquisa evidenciam dimensões descritivas dessa realidade, apoiando-se em um paradigma dominante e tradicional, que tem em seus fundamentos a busca da previsibilidade e do controle, desconsiderando as contradições, a história, o contexto e a complexidade desse fenômeno.

Como Neubern (2004) observou criticamente, para se estabelecer como ciência, a psicologia “passou por uma inquietante contradição inicial: para poder estudar a subjetividade era necessário dissecá-la a ponto de excluí-la” (p. 33). Desse modo, percebe-se claramente que esses estudos acabam por fragmentar o sujeito em perfis ou em doenças como as parafilias, referenciadas em CID-10 (Organização Mundial de Saúde, 1993) e DSM-IV-TR (American Psychiatric Association, 2003), deixando de considerar a natureza subjetiva e complexa em que está inscrita a gênese histórico-cultural da violência sexual.

Nesse sentido, ao propor o estudo da subjetividade do adolescente autor de violência sexual contra crianças e/ou adolescentes, enquanto dimensão ontológica da psique, faz-se necessário romper com pressupostos e concepções patológicas do sujeito, como pedofilia, agressão sexual, marginalização, comportamento antissocial, perfil e traços de personalidade, entre outros. Essa assertiva está de acordo com González Rey (2007) quando este afirma que “a patologização leva à desconsideração do diferente, contudo, a subjetividade é necessariamente singular, e impossível de ser pensada dentro de normas gerais” (p. 59).

Assim, nos apropriamos da epistemologia qualitativa de González Rey (2012), por constituir possibilidade epistemológica, teórica e metodológica para o estudo da subjetividade de maneira não fragmentada, favorecendo a expressão do paradigma da complexidade na psicologia, como afirmou Martínez (2005). Portanto, apresenta-se como um modo de compreender a realidade, o que evidencia e acolhe seu caráter contraditório, plural, singular, recursivo e histórico.

Formado pela escola russa de psicologia, seguindo a tradição de autores como Vygotsky (1896-1934), González Rey (2012) desenvolveu a teoria da subjetividade, uma teoria psicológica baseada no materialismo dialético. Essa proposta rompeu com tradições dicotômicas da psique, apresentando a configuração do fenômeno psicológico como um sistema complexo produzido de forma simultânea nos níveis social e individual (González Rey, 2005b). A partir da perspectiva histórico-cultural, a subjetividade aparece para González Rey (2005b) como um macrosistema processual e contraditório que integra o pensamento do sujeito a suas emoções e a situações vividas por ele, as quais aparecem em uma multiplicidade de sentidos subjetivos, que se constituem e se desenvolvem constantemente em processos históricos e sociais. Assim sendo, a subjetividade é compreendida como um sistema contraditório e multideterminado, individual e social, constituído por processos simbólicos e de sentido que se desenvolvem constantemente na experiência humana.

Para a compreensão da complexidade inerente à subjetividade, González Rey (2005b) afirmou que a subjetividade individual passa por diferentes contextos sociais de subjetivação, constituindo-se dentro deles, e que também atua como um elemento diferenciado do desenvolvimento da subjetividade social, de tal sorte que os processos de subjetivação individual estão sempre articulados com os sistemas de relações sociais. Em suma, a subjetividade é dialeticamente social e individual. Portanto, não é possível estudar

o indivíduo como unidade individual fora dos complexos espaços da subjetividade social em que desenvolve suas atividades. Ademais, as relações do indivíduo com os diferentes sistemas de seu meio social expressam-se por intermédio de conceitos e emoções, ou seja, pelos significados e sentidos subjetivos que ele lhes atribui (González Rey, 2004b).

O sentido subjetivo que González Rey (2004a) colocou no centro da definição de subjetividade foi influenciado pelo conceito de sentido de Vygotsky e pela forma como este autor colocou o tema da emoção na organização da psique como sistema. Para Vygotsky (2005), o pensamento não se expressa mas se completa na palavra, a qual é dotada de sentido e significado. O sentido é compreendido por ele como a soma de todos os eventos psicológicos que a palavra desperta em nossa consciência, enquanto o significado constitui uma das zonas do sentido, mais estável e preciso. Conseqüentemente, uma palavra adquire determinado sentido no contexto em que surge, ao passo que, em outros, o seu sentido é alterado; já o significado permanece estável.

No entanto, González Rey (2004a) desenvolveu a categoria dos sentidos subjetivos, definida por ele como “um tipo de unidade auto-organizada da subjetividade que se caracteriza por uma integração de significados e processos simbólicos em geral e de emoções, nas quais um elemento não está determinado pelos outros, embora tenha a capacidade de evocar os outros” (p. 17). Assim, os sentidos subjetivos passam a ser compreendidos como uma produção singular e subjetiva do sujeito concreto em sua história. Essa produção diferenciada se dá por meio das ações concretas do sujeito no conjunto de distintas atividades e relacionamentos em ambientes culturalmente estabelecidos, por intermédio de processos simbólicos e emocionais, que são inseparáveis. Portanto, os sentidos subjetivos aparecem no decorrer das atividades humanas e são responsáveis pela conotação subjetiva destas (González Rey, 2011b).

Para González Rey (2004a), a concepção de sujeito implica a compreensão da subjetividade, pois o sujeito se constitui subjetivando a realidade na qual está inserido e suas ações objetivas são fontes de subjetivação. À vista disso, o sujeito é a pessoa viva, ativa, presente e pensante que se posiciona e produz sentidos subjetivos, expressando-se e manifestando-se como sujeito na legitimidade de seu pensamento, suas reflexões e suas decisões. González Rey (2009) postulou que o sujeito que se constitui socialmente tem duas opções: se subordinar à ordem e institucionalização dos espaços e das relações estabelecidas ou gerar novas opções singulares neste processo de socialização e constituição.

Ao discutir a categoria sujeito, González Rey (2009) evidenciou seu caráter social e individual, assim como sua qualidade enquanto produtor. Na concepção do autor, o sujeito está subjetivamente configurado e é produtor constante de novos processos subjetivos que se expressam tanto no nível social quanto no individual. Nesse sentido, o sujeito está diretamente ligado aos processos sociais por sua subjetivação, porém, ao mesmo tempo, em decorrência de seu caráter singular, sua subjetivação também representa uma produção diferenciada do todo, o que pode ser o início de novos processos de subjetivação social. Assim, o sujeito assume posições próprias nos espaços sociais nos quais se relaciona. Por outro lado, a negação do pensar e do atuar corresponde à negação do sujeito.

Ao pensar o psiquismo humano e a subjetividade como definição ontológica deste psiquismo, ou seja, dos processos humanos, González Rey (2004b) iniciou suas reflexões em busca da compreensão da personalidade humana por um pensamento historicamente situado, definindo-a como:

(...) uma organização sistêmica, viva e relativamente estável das diferentes formações psicológicas e seus sistemas e as integrações funcionais de seus conteúdos que participam ativamente nas funções reguladoras e auto-reguladoras

do comportamento, sendo o indivíduo quem as exerce. Ele está constituído por elas e, de forma simultânea, é constituinte delas (p. 72).

Como construção teórica dos processos e unidades constitutivas da subjetividade individual, a personalidade adquire caráter dialético, histórico e social, pois exige a superação de um conjunto de dicotomias implicadas até então, como consciente/inconsciente, social/individual, afetivo/cognitivo, entre outras. A personalidade, então, se apresenta como processo nos diferentes momentos de expressão do sujeito, que atua na subjetividade social. Nesse cenário, González Rey (2004b) destacou que a personalidade constitui uma via diferenciada de expressão da subjetividade social em cada sujeito individual. Por meio da personalidade, passa-se a entender como a experiência do sujeito aparece na organização de sentidos subjetivos.

Para avançar na reflexão da personalidade a partir de uma constituição subjetiva, González Rey (2004b) desenvolveu a categoria configuração subjetiva e a definiu como “unidades dinâmicas que expressam o sentido subjetivo das diferentes formas de atividade e de relação do sujeito” (p. 79). Quando as atividades e relações passam a fazer parte da personalidade, ou seja, passam a se constituir como configurações subjetivas da personalidade, geram várias necessidades na pessoa, que se manifestam no momento da ação pessoal e por meio de emoções face aos fatores que afetam a mesma ação do sujeito. Portanto, as configurações subjetivas não se constituem como causa do comportamento, “mas como fonte dos sentidos subjetivos que emergem no curso do comportamento” (González Rey, 2011b, p. 34).

González Rey (2011b) destacou que as configurações subjetivas constituem a unidade que conserva os sentidos subjetivos dominantes e, portanto, são “as verdadeiras unidades da subjetividade humana” (p. 34). O autor ainda esclareceu que toda experiência humana apresenta inúmeras questões a serem percebidas, mas apenas percebemos

efetivamente os aspectos que ganham sentido subjetivo dentro da configuração subjetiva da personalidade na ação do sujeito, ou seja, a personalidade no momento atual da ação. Ele também ressaltou que a configuração subjetiva e seus múltiplos sentidos subjetivos não aparecem explicitamente na fala ou nas ações diretas do sujeito, pois como formam um complexo tecido simbólico-emocional, aparecem nas expressões múltiplas e contraditórias do sujeito.

Por fim, vale ressaltar a centralidade das emoções na constituição de todos esses processos inerentes à subjetividade humana. Para González Rey (2004b), as emoções representam um momento da qualidade dos relacionamentos entre o indivíduo e seu meio e estão comprometidas com os processos de auto-organização da subjetividade. Destarte, “as emoções são processos que se expressam no âmbito intrapsíquico e interativo” (González Rey, 2004b, p. 84). Basicamente, todo momento interativo do indivíduo gera um conjunto de emoções comprometidas com as configurações subjetivas de sua personalidade, de tal modo que a constituição subjetiva das configurações da personalidade é definida pela constituição emocional das experiências humanas.

Nessa perspectiva, só é possível pensar a subjetividade a partir das dimensões histórica, social, simbólica e emocional, simultaneamente nos âmbitos coletivo e individual, as quais expressam dialeticamente a complexidade do ser humano e de sua constituição psíquica. Portanto, a concepção de subjetividade proposta por González Rey permite a expressão do subjetivo como produção qualitativa diferenciada do histórico e das experiências atuais da pessoa, sendo o estudo das configurações subjetivas uma maneira de expressar e representar momentos da vida e das experiências atuais da pessoa, assim como seus efeitos e consequências.

Epistemologia qualitativa de González Rey.

Para o estudo da subjetividade que considera todas essas dimensões, a epistemologia qualitativa, proposta por González Rey (2012), se configura como uma opção distinta das epistemologias descritivas até então utilizadas pela ciência psicológica. O autor atribuiu três princípios gerais à epistemologia qualitativa. No primeiro, defendeu o caráter construtivo-interpretativo do conhecimento. Enfatizou que o conhecimento é uma construção contínua que se legitima em sua capacidade de gerar novas “zonas de sentido”, de inteligibilidade sobre o fenômeno estudado, porquanto é um aglomerado de ideias correspondentes que possibilitam a formulação de interpretações, as quais conduzem a uma organização conceitual dos processos do fenômeno estudado.

Nesse sentido, o conhecimento não é exatamente a apreensão total da realidade, pois o acesso ao real se dá pelas práticas do pesquisador e dos sujeitos envolvidos. De acordo com esse princípio, o conhecimento é concebido como uma construção humana, ultrapassando as categorias já previamente estabelecidas. Assim, os sentidos e suas zonas passam a ser criados juntamente com a inteligibilidade afetiva e cognitiva dos problemas em questão.

Com a noção construtivo-interpretativa do conhecimento, este é legítimo quando abre espaço para novas produções, novas interpretações, novas construções, não se esgotando em si. Aliado a isso, o autor frisou o compromisso teórico da pesquisa. A metodologia passa pelo momento de caráter teórico e é orientada para a elaboração de modelos abrangentes sobre o que se problematiza. Uma vez assumido esse compromisso, supera-se a dicotomia entre empírico e teórico, prática e formulação de modelos. O conhecimento é, então, construído na relação pesquisador–pesquisado, pois ambos são

sujeitos envolvidos na constituição desse conhecimento. Isso justifica a possibilidade de ambos saírem transformados desse encontro. No entanto, espera-se que os conhecimentos prévios do pesquisador não se sobreponham a esse momento da relação.

O segundo princípio geral adotado por González Rey (2012), ao definir a epistemologia qualitativa, é a legitimação do singular como instância de produção de conhecimento científico. Esse princípio está intimamente ligado à dimensão construtivo-interpretativa do conhecimento. Desse modo, a partir das interações com o sujeito participante e dos sentidos subjetivos que circulam na relação, faz-se possível a elaboração de um modelo teórico que compreenda aquilo que acontece na relação, aquilo que é processo de produção de conhecimento. O autor definiu a singularidade como diferente do conceito de individualidade e a resgatou como realidade histórica na constituição subjetiva do indivíduo.

Isso implica que o estudo qualitativo se legitima pela qualidade da expressão subjetiva em detrimento da quantidade de sujeitos proposta por outras modalidades de estudo. O número de sujeitos estudados deve responder a um critério qualitativo, definido essencialmente pelas necessidades do processo de conhecimento que surgem no curso da pesquisa, o que lhe dá o caráter de legitimidade. Assim sendo, o conhecimento qualitativo legitima-se pela qualidade da expressão dos sujeitos estudados.

O terceiro princípio da epistemologia qualitativa, conforme González Rey (2012), é o caráter interativo do processo de produção de conhecimento, como um processo dialógico. Com base nisso, a comunicação é uma via privilegiada na qual os participantes se convertem em sujeitos, implicando-se com o problema pesquisado a partir de seus interesses, desejos e contradições.

Por esse princípio, pode-se entender a dimensão do fator social em uma relação dialética com a subjetividade individual. O autor pontuou que pela comunicação se pode conhecer o modo como as condições de vida social e subjetiva afetam o sujeito, e também por ela o participante da pesquisa se transforma em sujeito, manifestando sua implicação no tema-objeto em estudo por seus interesses, desejos e contradições.

Para tanto, a comunicação que traz implicação para o sujeito permite que os sentidos subjetivos sejam elaborados constantemente, e estes, em sua complexidade e riqueza, devem, cada vez mais, implicar o sujeito em uma produção subjetiva. O conhecimento, portanto, deve ser construído a partir do que é comunicado nas relações, e esse processo deve estar inserido nessas trocas. González Rey (2012) propôs o diálogo aberto que estimule a expressão de sentimentos, de pensamentos e de ações, o que favorece a compreensão dos sujeitos pesquisados, ativos em todo o processo. Ficar atento a todos os aspectos que surgem no cenário da pesquisa leva a construções complexas e independentes dos instrumentos utilizados.

A epistemologia qualitativa apresenta a concepção de um sujeito ativo e participante, na qual pesquisador e pesquisado atuam conjuntamente em um processo dialógico. Os sujeitos da pesquisa realizam verdadeiras construções, as quais escapam de questionamentos lineares (González Rey, 2012). Todos os momentos vivenciados pelo pesquisador durante a pesquisa – as reflexões, as ideias, os momentos casuais, a aplicação de instrumentos, os sentimentos – auxiliam-no a dar sentido às informações fragmentadas que foram sendo recolhidas no desenvolvimento da pesquisa.

Esses três princípios que norteiam a epistemologia qualitativa rompem com o que Neubern (2001) denominou de três obstáculos epistemológicos para o reconhecimento da subjetividade na psicologia clínica. O autor resgatou a discussão epistemológica da psicologia clínica e, ao analisar conceitos consagrados da psicologia tradicional, torna-se

evidente a dificuldade em estabelecer um diálogo com questões trazidas pela subjetividade. Portanto, Neubern (2001) propôs a possibilidade de uma visão mais abrangente da ciência psicológica, especialmente em sua gênese, na psicologia clínica, fazendo-se necessário o rompimento com os obstáculos epistemológicos sobre os quais comumente se constrói o conhecimento psicológico: o conhecimento geral e totalitário, a tendência patologizante e incapacitadora e as conclusões apressadas.

O primeiro obstáculo evidencia a necessidade de a ciência clássica definir categorias gerais em detrimento de significações e sentidos singulares relativos ao sujeito. O segundo obstáculo implica a determinação de uma visão de mundo em que as expressões do sujeito são compreendidas pela patologia ou pela sua incapacidade, o que está tão presente no olhar estigmatizante ao adolescente que praticou ato de violência sexual, reflexão esta aqui proposta. O terceiro obstáculo resgata uma das dimensões da clínica encontrada por meio do uso de categorias, em forma de diagnósticos e receitas interventivas, para não haver o enfrentamento ameaçador das contradições presentes no mundo real (Neubern, 2001).

Muitas são as dicotomias presentes no estudo da subjetividade do adolescente que cometeu abuso sexual, como bondade e maldade, tristeza e alegria, responsabilidade e inconsequência, ausências e presenças, desejo e culpa, entre outras. Portanto, por mais desafiador que seja, é necessário o rompimento dos obstáculos epistemológicos apontados por Neubern (2001). As emoções implicadas em toda a constituição social e individual do sujeito não seguem uma lógica linear, mas sistêmica e processual e, simultaneamente, singular e plural. Para analisar todas essas variáveis conjuntamente, como afirmou Morin (1996), é necessário um pensamento complexo, um pensamento capaz de unir conceitos que se repelem e são catalogados separadamente. À vista disso, torna-se impossível pensar o sujeito e suas ambivalências com base nos princípios de redução e separação.

Adolescências.

Pensar a adolescência só se torna possível a partir de um olhar histórico, cultural e social. O historiador francês Ariès (1981) afirmou que a infância ocidental foi uma invenção da modernidade, pois até o século XVIII, as crianças eram tratadas como adultos em miniatura. Precipuamente, os cuidados especiais que elas recebiam eram reservados apenas aos primeiros anos de vida e, a partir dos 3 ou 4 anos de idade, já participavam das mesmas atividades dos adultos.

Do mesmo modo, Ariès (1981) acreditava que a adolescência também nasceu sob o signo da modernidade, a partir do século XX. Somente após a implantação do sentimento de infância, no século XIX, tornou-se possível a emergência da adolescência com características peculiares, distintas dos outros momentos desenvolvimentais. Portanto, até o final do século XIX e início do século XX, a adolescência que vivemos e discutimos atualmente não existia na sociedade ocidental.

A palavra adolescência, do latim *adolescere*, significa “desenvolver-se”, “crescer” (Ferreira, 2009). A partir da perspectiva de desenvolvimento, ao longo do século XIX, instaurando-se estudos de médicos e educadores, a adolescência passou a ser reconhecida como um “momento crítico” da existência humana, temida como uma fase de potenciais riscos mobilizados pelas modificações do processo biológico (puberdade) de amadurecimento, com manifestações comportamentais e transformações sexuais, realidade esta percebida nos internatos (Frota, 2007).

Uma das condições sociais básicas que favoreceu a “inauguração” da adolescência ocidental do século XX foi o elástico do período de preparação dos jovens para o ingresso no mercado de trabalho. Na sociedade moderna, o trabalho, com seus avanços

tecnológicos, passou a exigir tempo mais prolongado de formação escolar e mais requisitos. A adolescência, então, passou a se caracterizar como um período de latência social constituído pela sociedade capitalista como preparação para o ingresso no mercado de trabalho (Ozella, 2002).

Diante dessa realidade social, muitas tentativas têm sido feitas para conceituar e categorizar a adolescência, principalmente por meio de teorias desenvolvimentais deterministas. Aberastury e Knobel (1970/1992) apresentaram um conceito de adolescência “normal” ao buscar despatologizar e desconstruir a ideia negativa criada no século XX acerca da adolescência, principalmente referente a crises ou conflitos. Citaram autores como Erikson e Piaget para afirmar que em todas as passagens de estágios de desenvolvimento (criança, adolescente, adulto) o conflito se faz necessário.

Portanto, para Aberastury e Knobel (1970/1992), a crise até então entendida como problema, como patológica, se constitui como “normal”. Consideram a “síndrome normal da adolescência”, com “sintomas” próprios dessa fase, como: busca da identidade, tendência grupal, crises religiosas, evolução sexual, contradições sucessivas, separação dos pais, flutuações de humor, entre outros. De acordo com essa concepção, a adolescência é “a etapa da vida durante a qual o indivíduo procura estabelecer sua identidade adulta (...), o que só é possível quando consegue o luto pela identidade infantil” (p. 26). Diante dessa definição, mesmo que os autores busquem despatologizar a ideia de crise e conflito, a adolescência ainda se apresenta por uma concepção naturalizante.

Para definir adolescência, Outeiral (2003) recorreu à diferenciação entre puberdade e adolescência. A puberdade é um processo biológico que se caracteriza pelo surgimento de atividade hormonal que desencadeia os chamados “caracteres sexuais secundários”. Já a adolescência é um fenômeno psicológico e social. Assim, segundo Outeiral (2003), deve-se considerar que existem distintas experiências adolescentes, que embora compartilhem

elementos comuns, dependem dos aspectos psicológicos e sociais do sujeito que a está vivenciando. Ademais, deve-se levar em consideração que a adolescência tem diferentes fases com características peculiares, tais como transformações corporais e psíquicas, sexualidade, novos vínculos com os pais, a questão profissional e a aceitação do “novo” e do mundo adulto. Embora o autor abarque dimensões individuais, sociais e relacionais, também permanece uma concepção naturalizante da adolescência, considerando-a como uma “fase natural”, seguindo uma determinação biológica em função das transformações inerentes à puberdade.

Entretanto, como afirmou Ozella (2003), é necessário superar tais visões naturalizantes presentes na psicologia e entender a adolescência como um processo de construção sob condições histórico-culturais específicas. Esse autor postulou o estudo da adolescência, assim como sua apreensão na realidade, a partir da psicologia socio-histórica de Vygotsky, que propôs o estudo dos fenômenos psicológicos como resultado de um processo de constituição social do indivíduo. Essa constituição acontece por meio das relações sociais, em um processo interativo e dialético entre pensamento e linguagem (Vygotsky, 2005). Portanto, a psicologia socio-histórica concebe o homem como ativo, social e histórico, e sua análise parte da realidade concreta e em constante transformação (Bock, 2011).

Conforme Ozella (2002), a adolescência foi criada historicamente pelo homem como representação e fato social e psicológico, sendo constituída como significado na cultura e na linguagem que permeiam as relações sociais. Então, com base em necessidades que surgem, em novas formas de vida decorrentes de condições econômicas ou fisiológicas, em descobertas científicas, estamos construindo significações acerca da adolescência a partir das realidades sociais. Portanto, devemos nos referir a adolescências no plural, pois muitas são as realidades sociais que contemplam a realidade brasileira. A

adolescência é um momento interpretado pelo homem, com características que surgem nas relações sociais. Ozella (2002) destacou que até mesmo as marcas corporais são significadas socialmente, a exemplo dos seios nas meninas. O desenvolvimento da massa muscular acontece no período da puberdade, mas a menina que tem os seios se desenvolvendo não mais lhes atribui o significado de amamentar seus futuros filhos, como ocorria em outro tempo histórico e cultural, pois atualmente os seios têm o significado de a tornarem sedutora e sensual.

Aguiar, Bock e Ozella (2011) afirmaram a condição de latência social instaurada na adolescência em função das exigências de mercado e também destacaram que ela caracteriza contradição na constituição da adolescência, pois os jovens apresentam todas as possibilidades de se inserir na sociedade adulta, em termos cognitivos, afetivos, de capacidade de trabalho e de reprodução, mas a sociedade adulta e capitalista lhes desautoriza essa inserção. Assim sendo, os jovens se distanciam do mundo do trabalho e, conseqüentemente, se distanciam das possibilidades de constituir sua autonomia e condições de sustento, tornando-se cada vez mais dependentes. Evidentemente, esses processos se transformam ou são reforçados dependendo das condições materiais da vida de um determinado grupo social.

Este trabalho, portanto, trata de adolescências, uma vez que aborda a adolescência constituída historicamente pelo homem, nas relações sociais, como um fato, e passa a fazer parte da cultura enquanto significado e construção de significações. Isso porque os jovens têm a referência para a construção de sua identidade e os elementos para a conversão do fato social em individual.

Ao tomar as relações sociais como mediadoras do processo de constituição da adolescência, em um momento histórico e em determinada cultura, compreende-se a importância de destacar algumas das relações sociais presentes nessa constituição, como:

relações familiares, relações escolares, relações grupais, relação consigo mesmo no que tange à identidade e à sexualidade e relações econômicas. Porém, essas não são relações universais, mas que estão comumente presentes na cultura ocidental, sendo constituintes de uma subjetividade social.

A importância da família não pode ser negada nos níveis das relações sociais e da vida emocional dos seus membros. Como apontou Reis (2004), é na família como mediadora entre indivíduo e sociedade que aprendemos a perceber o mundo e a nos situar nele. González Rey (2004b) se referiu à família como instituição social que tem papel decisivo no processo de desenvolvimento saudável do sujeito. Para ele, é na família que se “forma a personalidade dos mais novos e se desenvolve permanentemente a dos mais velhos” (González Rey, 2004b, p. 30), sendo também um espaço permanente de produção subjetiva. Outro aspecto que o autor destacou é a função primordial da família na educação afetiva dos seus membros, desde que é uma fonte de desenvolvimento permanente das emoções humanas. Precipuamente, o desenvolvimento do sujeito se dá nas relações familiares, por intermédio da comunicação, da interação e do diálogo entre os membros e no desempenho dos seus diversos papéis.

González Rey (2004b) também argumentou que a escola se constitui como uma instituição social eficaz, pois é nela que o indivíduo da sociedade contemporânea vivencia grande parte de sua infância e juventude. Então, a escola é responsável por continuar e complementar a educação recebida no contexto familiar, além de ter como meta a formação de indivíduos capazes de se tornarem sujeitos do seu conhecimento e do seu pensamento. Também se constitui como um sistema integral de exigências, relacionamentos e atividades que favorecem o desenvolvimento de sujeitos autênticos, que aprendem a expressar seus pensamentos, sentimentos e decisões.

Para Pereira e Sudbrack (2010), tanto a família quanto a escola são instituições que regularmente participam da constituição da subjetividade de crianças e adolescentes por meio da educação. Na família, as autoras consideram relevante para a constituição desses sujeitos a geração de um contexto de apoio, valorização e estímulo ao bem-estar e à aprendizagem. Por seu turno, a escola tem o importante papel de promover ambiente e práticas que facilitem a criatividade, a expressão de potencialidades, a socialização, o respeito e o apoio mútuos.

Quanto à educação na adolescência, Pereira e Sudbrack (2010) destacaram a noção de limite e autoridade. O limite significa proteção, pois limites e regras permitem a criação de um espaço no qual o adolescente possa exercer sua criatividade e espontaneidade sem riscos. Já a autoridade refere-se à habilidade de estabelecer regras e valores em atos de negociação e comunicação. Assim, as figuras de autoridade, geralmente associadas aos pais e professores, representam não apenas a função de controle e regulação social, mas de segurança e proteção.

O adolescente constitui-se nesses cenários sociais, mas, aos poucos, vai ampliando sua rede social, estendendo suas relações sociais para além da família e, posteriormente, para além da escola, com outros jovens, grupos de pares em outras instituições sociais (comunitárias, religiosas, esportivas, culturais), por interesses, afinidades, necessidades sociais e afetivas, constituindo-se a partir de novos valores e referências. Muitas vezes, a família, por apresentar comunicação fragilizada entre seus membros, não percebe e nem mesmo acompanha esse processo de desenvolvimento do adolescente. Dessa forma, os diversos membros da família convivem segundo suas próprias demandas ou interesses sem reconhecer o sujeito adolescente, com sua singularidade vivenciada neste momento do desenvolvimento.

Reiteradamente, o grupo de pares aparece como representação de uma fonte de socialização menos repressiva ou menos permissiva do que a família e a escola, e passa a desenvolver importante papel de referência social. Nesses espaços e relações, os adolescentes passam a ter a oportunidade de legitimar seus próprios sentimentos e visões de mundo, pela identificação, compreensão e aceitação pelo grupo, sendo reconhecidos como sujeitos (Pereira & Sudbrack, 2010).

Essas instituições e cenários sociais estão presentes na constituição da adolescência na sociedade ocidental contemporânea. Todas essas relações constituem dimensões do desenvolvimento humano e a sexualidade é uma delas, especialmente evidenciada e significada na adolescência por esta sociedade neste momento histórico.

De modo similar à concepção adotada por Kahhale (2011), discutir a sexualidade na vida e na adolescência é discutir valores, normas sociais e culturais, é buscar compreender as versões individuais que temos de algo que é social. Por conseguinte, dar sentido à sexualidade de cada um implica compreendê-la como construção histórica no âmbito das relações sociais. Portanto, ao abordar o tema da sexualidade, fala-se de corpo que se transforma, gênero, maturação fisiológica, dinâmica sociocultural, opção sexual, atividade sexual afetiva, cuidados com a saúde, do outro e de suas decorrências, anticoncepção, maternidade e paternidade.

A sexualidade tem seu lugar no corpo humano, seus aspectos biológicos, como são especialmente destacados na puberdade, que comumente é associada à adolescência. A puberdade é um processo biológico que se inicia, em nosso meio, entre 9 e 14 anos de idade e se caracteriza pelo surgimento de atividade hormonal e maturação do aparelho reprodutor. Esse processo desencadeia os chamados caracteres sexuais secundários (pelos pubianos, mudança de voz, aparecimento de acne, crescimento da estrutura óssea, oleosidade da pele, sonolência, entre outros), o desenvolvimento dos órgãos genitais

externos (testículos e pênis nos meninos e seios nas meninas), assim como o surgimento da menarca (primeira menstruação) nas meninas e da espermarca (primeira ejaculação consciente) nos meninos. Mas, até mesmo tais características podem apresentar variações cronológicas conforme fatores genéticos, saúde, alimentação, exercícios físicos, nível socioeconômico, entre outros (Coslin, 2002).

Embora a puberdade seja um fenômeno natural do desenvolvimento da espécie humana em sua dimensão biológica, de acordo com Kahhale (2011), até mesmo os aspectos biológicos devem ser analisados a partir das construções simbólicas que a cultura fez deles. Um corpo que se transforma não tem suas significações presas a suas funções biológicas, mas tem suas mudanças significadas na cultura, como embelezamento, potencial de sedução, autorização para o prazer e outros sentidos produzidos nos diferentes grupos sociais. O prazer, por exemplo, é uma experiência singular do indivíduo, mas suas possibilidades e limites, suas estimulações e impedimentos são constituídos nas relações sociais e culturais.

Por fim, cabe acentuar a concepção social de proteção do adolescente com o reconhecimento político e legal da pessoa humana em condição peculiar de desenvolvimento e como sujeito de direito. O ECA (Brasil, 1990b) afirmou o valor intrínseco de crianças e adolescentes como seres humanos, a necessidade de especial respeito à sua condição de pessoas em desenvolvimento e o reconhecimento de sua vulnerabilidade, o que os torna merecedores de proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado (Brasil, 2006).

Ciarallo e Almeida (2009) comentaram a doutrina da situação irregular, uma formulação doutrinária materializada no Brasil, nos Códigos de Menores de 1927 e 1979, que consistia em legitimar o Estado como controlador da vida dos “menores” que se encontrassem em “situação irregular”, ou seja, crianças e adolescentes que viviam

abandono material, afetivo e moral, que eram percebidos como risco social e vistos como “ameaça à ordem pública”. Portanto, sob a tutela do Estado, eles deveriam se tornar “cidadãos úteis e produtivos para o país”.

Passados 60 anos desde a promulgação do primeiro Código de Menores de 1927, na década de 1980, mobilizados pelas diretrizes de documentos internacionais e insatisfeitos com a política de atendimento a crianças e adolescentes no Brasil, grupos sociais conclamaram setores políticos requerendo mudanças na legislação infanto-juvenil. Como consequência, a Constituição Federal, em seu Art. 227 (Brasil, 1988), forneceu garantias para a consolidação da Doutrina de Proteção Integral, posteriormente efetivada pelo ECA (Brasil, 1990b):

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988).

Portanto, a Constituição Federal assegurou o dever da família, da sociedade e do Estado de garantir os direitos de crianças e adolescentes de acordo com as suas respectivas responsabilidades. Também estabeleceu a absoluta prioridade no atendimento e no cumprimento das políticas que lhes asseguram proteção especial contra toda forma de negligência, discriminação, crueldade e opressão, ao considerar que crianças e adolescentes são sujeitos de direito e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, independentemente de sua situação social, econômica, étnica, racial e de gênero.

O adolescente em foco.

Na contemporaneidade, o conceito de cidadania se expressa cada vez mais por valores de consumo. Em consonância com esse cenário, o cidadão é aquele que tem o poder de produzir e consumir marcas e não produtos. Assim, Castro e Guareschi (2007) advertiram que a globalização deixa de fora ou marginaliza dois terços da população mundial, pois como essas pessoas estão fora do mundo do consumo, vivem uma verdadeira exclusão do ser.

Nesse cenário de consumismo e desigualdade social, avança a reflexão sobre a adolescência e os adolescentes em contexto de vulnerabilidade social. A vulnerabilidade aqui é compreendida como a falta de acesso a políticas de atendimento básico, como educação, saúde, lazer, o que propicia maior exposição desses sujeitos aos problemas e sintomas sociais (Castro & Guareschi, 2007). Desse modo, as faltas materiais, sinônimo de pobreza, tornam-se condição favorável à vulnerabilidade, que constitui um lugar de exclusão de pertencimento, pois, para ser alguém, faz-se necessário ter um emprego, uma família, uma casa, filhos, ajudar economicamente os pais, entre outros requisitos.

Castro e Guareschi (2007) retomaram a concepção de adolescência socio-historicamente constituída e afirmaram que, para a classe dos “não proprietários”, a entrada no mundo adulto ocorre quando o adolescente passa a ter capacidade de obter dinheiro para responder à necessidade de auxiliar no sustento ou consumo de seus familiares. Essa possibilidade é muito desejada pelo próprio adolescente das classes populares e ocorre prematuramente em relação aos padrões das classes mais favorecidas. Desse modo, o adolescente assume a responsabilidade do trabalho precocemente para se filiar aos diversos contextos sociais, o que, por vezes, gera evasão escolar. E quando o

adolescente da camada popular não se insere precocemente no mercado de trabalho, neste contexto de exclusão é produzida uma adolescência denominada pobre e compreendida como risco social, porquanto quase todos os jovens pobres e excluídos são caracterizados como violentos, infratores e drogados.

Além dessa realidade material e social da adolescência em contexto de vulnerabilidade social, as trajetórias de vida desses sujeitos têm em comum a fragilidade das referências familiares, o abandono paterno, situações de uso abusivo de drogas, a baixa escolarização, maus-tratos, negligências e relações permeadas por violências. Quanto à filiação socioafetiva, Pereira e Sudbrack (2010) consideram que os motivos da fragilização dos vínculos entre pais e filhos são exatamente essa desqualificação social e o próprio processo de desfiliação sofrido pelos pais, na família e na sociedade capitalista, que deterioram as relações. Os pais não são capazes de cumprir, de modo integral, suas funções de agentes de socialização e mantenedores de condições gerais de sobrevivência, nem de proporcionar vínculos estáveis aos filhos.

O adolescente em situação de vulnerabilidade social sente-se explorado, discriminado, desvalorizado, não reconhecido e, principalmente, impotente e sozinho, pois tanto a culpa por seus problemas quanto suas soluções recaem sobre ele. O sofrimento gerado pela fragilidade dos seus vínculos pode levá-lo à descrença de si mesmo, tornando-o frágil e mais vulnerável ao envolvimento em situações de risco (ganges, pichação, tráfico de drogas). A escola, apesar de fragilizada, *a priori* permanece para o adolescente como uma rede de segurança, uma vez que nela encontra a possibilidade de ainda se ver incluído socialmente. Todavia, a fragilização dos vínculos com a escola também pode produzir rupturas, assim como reproduzir a exclusão e a estigmatização do adolescente, novamente conduzindo-o ao isolamento e a condutas de risco (Pereira & Sudbrack, 2010).

A repetição de relações frágeis e violentas, a insuficiência de referências familiares e substitutas e as falhas nas diversas formas de poder do Estado impõem a figura do adolescente como infrator, drogado, agressivo, violento, com prognóstico irrecuperável como a única possibilidade de ser neste mundo. Na constituição da subjetividade social desse adolescente, muitas vezes, ao cometer um ato infracional, ele está buscando entrar no “mercado da vida”, está tentando adquirir bens, afeto, família, futuro, atenção e cuidados. Nessa perspectiva, a violência pode ser pensada como uma forma de resistir às injustiças e ascender ao mundo do consumo (Castro & Guareschi, 2007).

A vulnerabilidade social, a violência, as drogas e o ato infracional são dimensões concretas e subjetivas de uma realidade que constitui esta adolescência em foco. Sudbrack (2003) alertou que, cada vez mais cedo, crianças e adolescentes estão se iniciando no consumo de drogas, se constituindo por valores inerentes ao tráfico, porquanto vivenciam a cultura da violência em suas comunidades, que são permeadas por assassinatos, pois a violência é justificada pela própria violência da sobrevivência.

A violência também é vivenciada na relação dos policiais com os adolescentes. Esses jovens aprendem desde cedo que a polícia defende os direitos dos consumidores, dos ricos. A violência se faz presente tanto na abordagem quanto no tratamento dos adolescentes pobres, o que não acontece em abordagens com adolescentes da classe média alta. Portanto, permanece a lógica contraditória do adolescente pobre identificado como bandido, o que já se constitui como uma violência (Penso, Conceição, Costa, & Carreteiro, 2012).

A adoção da Doutrina de Proteção Integral, preconizada pela Constituição Federal (Brasil, 1988) em substituição ao velho paradigma da “situação irregular”, no plano legal representou uma opção pela inclusão social do adolescente em conflito com a lei e não mais como simplesmente um objeto de intervenção ou exclusão (Brasil, 2006). Sua

responsabilização por meio da medida socioeducativa não significa que seus outros direitos não devam ser garantidos, como os direitos a segurança, saúde, educação, cultura, família, pois, como afirmou Conceição (2010), trata-se de um “um jovem que por acaso é um infrator, e não de um infrator que por acaso é um jovem” (p. 95).

O ECA considera “ato infracional” a conduta descrita como crime ou contravenção penal (Brasil, 1990b). Os indivíduos inimputáveis são os adolescentes entre 12 e 18 anos, considerando-se a idade na data do fato. As crianças até 12 anos incompletos recebem uma das medidas de proteção. Comprovada a prática do ato infracional pelo adolescente, podem ser aplicadas as seguintes medidas: a) sem privação de liberdade – advertência verbal pela autoridade judiciária, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade; b) em liberdade assistida – acompanhamento e orientação; c) com privação de liberdade – semiliberdade, internação.

O infrator é definido como aquele que infringiu as normas jurídicas estabelecidas. Castro (2002) destacou alguns fatores de risco que favorecem o cometimento do ato infracional, os quais são constituintes do contexto de vulnerabilidade: o consumo de drogas, o grupo de amigos, os tipos de lazer, a autoestima, a posição entre irmãos, os princípios éticos, a presença de vínculos afetivos e as violências infringidas pelos pais ou outros. Entretanto, faz-se importante salientar que, quando um adolescente comete um ato infracional, houve principalmente falhas nas políticas sociais básicas do Estado, como lazer, escola, cultura, pois ninguém nasce infrator.

Para Penso e Sudbrack (2010), o ato infracional cometido por membro de famílias regidas pela “lei do silêncio” tem a função de comunicar as dificuldades vividas na família, em um movimento de “agir fora o que não se pode falar dentro”. Portanto, o aparecimento do ato infracional na adolescência também pode estar relacionado às dificuldades de comunicação e às características relacionais da família.

Sudbrack (2003) chamou atenção para o risco de se julgar uma pessoa apenas pelo ponto de vista de sua transgressão à lei, ou pelo ato infracional cometido, sem considerar o contexto amplo das carências ou das violências sofridas que o antecederam. Esse aspecto é crucial quando se trata de adolescentes, sujeitos em constante transformação, podendo tomar vários caminhos e decisões. As possibilidades de intervir nesse processo são imensas, mas é preciso visualizar aquelas criadas pelas medidas socioeducativas como um espaço mediador para a constituição do adolescente como sujeito autônomo, consciente e autor da própria história.

Violência sexual e sua autoria.

Violência sexual contra crianças e adolescentes é uma dimensão da violência que começou a ser evidenciada com relevância política e de enfrentamento a partir da década de 1990 no Brasil. Nessa época, foi incluída na agenda da sociedade civil como questão relacionada com a luta nacional e internacional pelos direitos humanos, preconizados pela Constituição Federal Brasileira (Brasil, 1988), a Convenção Internacional dos Direitos da Criança (Brasil, 1990a), e o ECA (Brasil, 1990b).

A partir de então, a violência sexual contra crianças e adolescentes deixou de ser um crime contra a liberdade sexual e se transformou em uma violação dos direitos humanos universais e dos direitos peculiares à pessoa em desenvolvimento, isto é, direito ao respeito, à dignidade, ao processo de desenvolvimento físico, psicológico, moral e sexual sadio e à proteção integral (Faleiros & Faleiros, 2008). Portanto, ao negar a dignidade do outro, esse tipo de violência se contrapõe aos direitos humanos conquistados pela sociedade. Com base nessa perspectiva dos direitos humanos, da dignidade conferida

ao ser humano, Chauí (1985) definiu violência doméstica apontando para a complexidade das diferentes maneiras de manifestação da violência:

Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade com fins de dominação, de exploração e de opressão. Isto é, a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior. Em segundo lugar, como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio, de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência (p. 35).

Faleiros (2000) se remeteu aos tipos de violência sexual, com ênfase na natureza da relação que se estabelece em sua ocorrência, pois além do seu caráter interpessoal, sua natureza é de dominação, ou seja, uma “relação forçada”. Nesse sentido, a violência sexual tem origem nas relações desiguais de poder, sendo abusivas todas as formas de violência sexual contra crianças e adolescentes.

O abuso sexual, como uma das manifestações de violência sexual, é toda situação em que crianças ou adolescentes são usados para gratificação sexual de pessoas mais velhas, impondo-se pela força física, pela ameaça ou pela sedução, com palavras ou com oferta de presentes, podendo ser intrafamiliar, extrafamiliar ou institucional (Santos, Neumann, & Ippolito, 2004). Portanto, estabelece-se uma relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e de opressão; logo, o ser humano criança ou adolescente é tratado não como sujeito, mas como objeto.

Ao refletir sobre a “síndrome do pequeno poder”, que se caracteriza em relações nas quais a criança é vitimizada, como no abuso sexual, Azevedo e Guerra (1989) destacaram a constituição de polos de dominação e coisificação. Concluíram ser esse lugar

de coisificação do sujeito um lugar de passividade e de silêncio, de absoluta anulação de sua condição humana e, portanto, um lugar de violência. Na mesma perspectiva de violência, Gabel (1997) descreveu “três níveis de disfunção” que caracterizam o abuso sexual, enfatizando o aspecto relacional e de poder. Esses três níveis de disfunção são: o poder exercido pelo grande (forte) sobre o pequeno (fraco); a confiança que o pequeno (dependente) tem no grande (protetor); e o uso delinquente da sexualidade (violação do direito de propriedade sobre o próprio corpo).

Em documento produzido pelo Ministério da Educação e pela *United Nations Organization for Education, Science and Culture* (UNESCO), Faleiros e Faleiros (2008) definiram o abuso sexual e seus aspectos diversos de grande importância para a compreensão deste fenômeno: “O abuso sexual contra crianças e adolescentes é um relacionamento interpessoal sexualizado, privado, de dominação perversa, geralmente mantido em silêncio e segredo” (p. 39). Para compreender o contexto e a complexidade do abuso sexual, torna-se importante considerar o grau de parentesco entre os autores da violência e as crianças ou adolescentes sexualmente abusados, sua autoridade e responsabilidade em relação a eles, assim como a idade e o sexo de ambos, a duração, a frequência e o local em que ocorreu. Destaca-se, ainda, que nas situações de abuso sexual, as crianças ou adolescentes são usados para a gratificação de adultos ou até mesmo de adolescentes mais velhos, os quais podem realizar desde a manipulação de genitália, mamas, ânus, exploração sexual, voyeurismo, pornografia, exibicionismo, até o ato sexual com ou sem penetração (Faleiros & Faleiros, 2008).

Todas essas dimensões presentes no abuso sexual, seus atores, as polaridades que o constituem, assim como seu contexto, a relação entre poder, sexualidade e gênero, contemplam sua complexidade relacional, social, cultural e histórica. Assim sendo, o abuso sexual enquanto violência não é um ato isolado, mas um processo constituído por

cultura, classe, raça, normas, valores, limites, papéis, tabus e tantos outros aspectos que constituem a subjetividade da violência expressa em uma sociedade adultocêntrica, em plena efervescência do individualismo, do efêmero, da verdadeira coisificação e mercantilização da vida e do ser humano.

No decorrer dos avanços científicos, estudos relativos à violência, ao desenvolvimento humano, à infância e à adolescência se tornaram subsídios para políticas de defesa e proteção integral da infância e da adolescência. Porém, nas últimas décadas, nas quais houve expressivo fortalecimento desse enfrentamento no Brasil, comumente, os estudos que abrangem essa temática têm tido como foco as crianças ou adolescentes sexualmente abusados e/ou os familiares. Tal enfoque se faz significativo diante de uma história de abusos e crueldades em relação a crianças e das consequências de tal sofrimento.

No entanto, ao refletir acerca da complexidade do abuso sexual, não é possível contemplar apenas uma das polaridades desse fenômeno para a eficácia de seu enfrentamento, o que pode expressar uma perspectiva reducionista de proteção e prevenção. A presença do autor na dinâmica dessa violência é totalmente relevante. Esber (2009) advertiu que os autores de violência sexual têm sido negligenciados em estudos e pesquisas ou aparecem apenas secundariamente, porquanto são caracterizados por meio de dados quantitativos, evidenciando especialmente aspectos sociodemográficos ou psicopatológicos.

Furniss (1993) afirmou que, para as pessoas que abusam sexualmente de crianças ou adolescentes, a gratificação advinda do ato sexual ajuda a evitação da realidade e apoia a baixa tolerância à frustração. Furniss (1993) também relatou que o sentimento de culpa e o conhecimento de estar prejudicando a criança ou adolescente podem levar a tentativas de

parar o abuso, porém, isso pode causar sintomas de abstinência, como ansiedade, irritabilidade e agitação.

De acordo com a perspectiva cognitivo-comportamental, o ato do abuso sexual é baseado e justificado por distorções cognitivas. Moura e Koller (2008) afirmaram que as distorções cognitivas consistem em “crenças disfuncionais e desadaptativas que podem estar relacionadas à visão que o indivíduo tem sobre as outras pessoas, sobre si mesmo, sobre o mundo, etc.” (p. 85). Segundo as autoras, alguns estudos classificam a visão que os abusadores têm sobre crianças e adolescentes como distorções cognitivas, pois estes autores de violência têm crenças equivocadas, como erros consistentes no pensamento que ocorrem automaticamente após o ato abusivo. Outras distorções cognitivas se baseiam em mitos e estereótipos, explicitando crenças que minimizam ou justificam a violência de gênero, culpabilizando a vítima.

Na perspectiva da terapia familiar sistêmica, a violência sexual é compreendida como um sintoma que funciona como um regulador do sistema familiar. Dessa maneira, todos os membros da família têm sua coparticipação, de tal modo que os padrões relacionais e transgeracionais favorecem a construção de relações violentas. Em suma, os indivíduos coconstruem suas condutas, passando de uma leitura de perversidade individual para aspectos familiares e sociais (Costa, Gramkov, Santana, & Souza, 2005; Furniss, 1993; Marques, 2005).

Há, ainda, uma perspectiva social e histórica do abuso sexual. Esber (2009) afirmou que a responsabilidade por cometer violência sexual contra crianças ou adolescentes é do sujeito que assim o fez, mas pontuou que se deve abarcar a compreensão de que esse sujeito é fruto de suas condições socio-históricas, pois foi constituído em uma relação dialética com a sociedade. Portanto, não se deve buscar uma compreensão do

sujeito individual, mas sim a partir dos nexos constitutivos que ele empreende nas relações violentas.

A partir dessas perspectivas, percebe-se que o que fundamenta a terminologia utilizada para se referir ao sujeito que realiza o abuso sexual é sua concepção paradigmática. Os termos agressor, abusador ou ofensor são comumente utilizados por aqueles que fazem uma leitura cognitivo-comportamental do sujeito, direcionados ao ato violento e criminoso praticado. Outros ainda utilizam o termo autor de violência sexual ou autor de agressão sexual, compreendendo a importância da responsabilização pela autoria do ato, porém não o cristalizando como sujeito exclusivamente pelo ato cometido, mas considerando que sua subjetividade não se resume ao ato.

Apesar dessa consideração, acredita-se que há o risco da cristalização em uma condição permanente de ser “autor de violência sexual” contrapondo-se a uma concepção do ser humano em constante transformação e constituição por meio das relações sociais. Nesse sentido, adotar o termo “pessoa que cometeu violência sexual” ou, mais especificamente, “adolescente que cometeu abuso sexual”, caracteriza um estado, um momento e não uma condição permanente de ser. Assim sendo, caracteriza-se um sujeito que cometeu um ato de violência sexual, porém esse ato não o define em sua inteireza e complexidade como ser humano em desenvolvimento e em constante transformação.

O adolescente que cometeu abuso sexual.

Pesquisas realizadas nas duas últimas décadas, em países como Estados Unidos, Reino Unido, Austrália, Nova Zelândia e França têm demonstrado o crescente índice de abuso sexual cometido por adolescentes, ou ainda que muitos dos adultos que cometeram

abuso sexual iniciaram os atos de violência sexual contra crianças na adolescência (Borduin & Schaeffer, 2001; Borduin, Schaeffer, & Heiblum, 2009; Chagnon, 2008, 2009; Lambie, McCarthy, Dixon, & Mortensen, 2001; Oliver, 2007; Sanderson, 2005; Worling, Litteljohn, & Bookalam, 2010). Já no Brasil, a 1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal apresenta anualmente o cadastramento e os dados estatísticos referentes a casos de violência sexual envolvendo crianças e adolescentes ali atendidos. Em 2011, 20% dos autores de violência sexual contra crianças e adolescentes registrados tinham entre 12 e 17 anos e 13% eram jovens entre 25 e 29 anos. Importante ressaltar que houve aumento de autores na faixa etária de adolescentes em um período de 2 anos, pois em 2009, 13% deles tinham entre 12 e 17 anos, a mesma porcentagem daqueles entre 40 e 44 anos. Outro dado relevante no ano de 2011 se refere ao vínculo dos autores de violência sexual com as crianças ou adolescentes sexualmente abusados: em primeiro lugar, o padrasto, em segundo, o pai e em terceiro, primos. Porém, em outras localidades do Brasil, embora ocorram muitos casos de violência sexual, estes não são divulgados.

Sanderson (2005) informou que apenas no Reino Unido aproximadamente 30% de todos os abusos sexuais de crianças e/ou adolescentes são cometidos por adolescentes, sendo 500 deles condenados a cada ano. Assim sendo, a autora categoricamente afirmou que é vital identificá-los e que eles tenham acesso à terapia para evitar futuros abusos sexuais de crianças e/ou adolescentes e que fiquem presos em um ciclo vitalício de violências sexuais e condenados ao sistema prisional na vida adulta. Ela ainda destacou que muitos dos abusadores sexuais adolescentes também foram vítimas de abuso sexual na infância, e que um em oito dos que são vítimas se torna agressor.

Alguns dados levantados por Sanderson (2005) mostram especificidades do adolescente que comete abuso sexual. Ela afirmou que o adolescente que comete abuso pode fazê-lo com crianças de dentro da família (irmãos, primos, meios-irmãos, filhos de

amigos da família) ou de fora da família (crianças menores na escola ou em clubes). Os adolescentes masculinos geralmente têm preferência por crianças de um determinado sexo e utilizam comportamento abusivo invasivo, como, por exemplo, o sexo anal. Em casos de adolescentes, faz-se importante distinguir entre o abuso sexual de crianças e/ou adolescentes e a experimentação sexual entre crianças ou adolescentes, observando-se: diferença de idade, diferença de poder na relação, sofisticação da atividade, consentimento ou concordância, persistência da atividade, mudanças de atividade, violência explícita, experiência da pessoa receptora, tentativas de garantir o sigilo, como a atividade sexual foi revelada, vítima–alvo e natureza das fantasias (Sanderson, 2005).

Por fim, Sanderson (2005) apresentou os seguintes sinais de advertência para possíveis casos de abuso sexual de crianças e/ou adolescentes: procura a companhia de crianças mais novas e passa mais tempo na companhia delas; insiste em passar o tempo sozinho com uma criança; leva crianças mais novas para lugares “secretos”; brinca com elas de jogos incomuns para a sua idade; insiste em gestos como abraços, beijos ou lutas com a criança; recusa-se a permitir que a criança possa tomar suas próprias decisões; entra no banheiro quando há crianças; trata uma criança como sua predileta; usa linguagem sexual agressiva; mostra material sexual para crianças; compartilha drogas com crianças e/ou adolescentes mais novos; vê pornografia infantil; mostra os genitais para crianças e/ou adolescentes mais novos; força o outro a fazer sexo.

Oliver (2007) também destacou que alguns sinais podem ser indicadores do contexto favorável para que adolescentes abusem sexualmente de crianças e/ou adolescentes, pois onde houver jovens em risco, haverá sinais de alerta e de exposição. Didaticamente, apresentou os seguintes passos para reduzir o abuso sexual de crianças e/ou adolescentes por adolescentes: conversar com os jovens sobre os danos e as causas do abuso sexual; falar aos jovens sobre o perigo de fantasias infantis, propiciando-lhes

educação sexual saudável. Esses são pontos importantes para as prevenções primária e secundária, tanto em termos de proteção a crianças e/ou adolescentes potenciais vítimas quanto de proteção aos adolescentes potenciais sujeitos vulneráveis a cometer abuso sexual.

Ao serem observados em situações do cotidiano, quer seja nas famílias ou em diversos outros contextos em que há presença e relações entre crianças e adolescentes, tais sinais revelam possíveis ações preventivas, de orientação, intervenção ou mesmo denúncia. Além dos sinais para a identificação comportamental e contextual de adolescentes que cometem ou estão na iminência de realizar o abuso sexual, também há pesquisas que evidenciam características pessoais, parentais e relacionais desses sujeitos.

Em uma perspectiva comparativa, Zankman e Bonomo (2004) apresentaram características relevantes de adolescentes que cometeram abuso sexual contra crianças e/ou adolescentes diferenciando-os daqueles que cometerem outros atos infracionais. Para os autores, esse é um debate importante, pois pode favorecer a identificação de fatores únicos como possíveis fontes etiológicas, levando a estratégias mais claras de intervenção. Entre esses fatores e características, afirmaram que os adolescentes infratores sexuais são mais agressivos, socialmente introvertidos, ressentidos e mais hostis que os outros grupos de infratores em geral. Ainda destacaram que os adolescentes infratores sexuais apresentam altos níveis de ansiedade, distanciamento social e baixos níveis de autocontrole.

Quanto às características parentais, Zankman e Bonomo (2004) relataram que os pais desses adolescentes comumente apresentam sintomas de ansiedade e depressão. Outros pais ainda têm alto grau de negação, culpa, vergonha, confusão e raiva quanto ao comportamento agressivo de seu filho, em decorrência dos sentimentos de responsabilidade sobre este ou de sofrimento quanto ao seu próprio passado abusivo. A

maioria desses pais também se sente consideravelmente desconfortável em falar sobre questões relacionadas a excitação sexual, masturbação ou pornografia.

Referindo-se diretamente ao desenvolvimento do desvio sexual, Zankman e Bonomo (2004) sugeriram que há relação das primeiras experiências e sua interrupção com a experiência de vida do adolescente, da família e, mais especificamente, com a dinâmica pai-filho. O psicanalista francês Chagnon (2009) afirmou que tais manifestações de violência sexual remetem a falhas educativas parentais, ausências afetivas, conflitos com autoridade ou contexto familiar permissivo.

Ainda sobre as características parentais, Penso et al. (2012) asseveraram que a ausência da figura paterna na vida desses adolescentes é uma constante, o que favorece a concepção naturalizada dessa ausência e a parentalização na relação mãe-adolescente, pois este assume a posição de “marido” da mãe e “pai” dos irmãos. Penso et al. (2012) definiram parentalização como “o processo inconsciente que leva um membro da família a assumir um papel desfocado do seu verdadeiro lugar em relação a outro membro da família” (p. 73).

Ao estudar as relações parentais dos adolescentes infratores sexuais, especialmente a relação materna, evidenciada sobre a ausência paterna, Penso et al. (2012) fizeram algumas ponderações relevantes. Segundo as autoras, o filho dessa mãe está preso a ela em uma posição periférica, a seu serviço. Portanto, ela o ignora como sujeito, enquanto ele assume um lugar de “coisa” que serve para “dar trabalho” ou para fazer os serviços domésticos e cuidar dos irmãos. Ainda destacaram que essas mães são dominadoras e querem manter esses adolescentes em uma condição infantil para controlá-los, porquanto, para elas, proteger é prender; assim, elas controlam ou “reprimem” a sexualidade e as amizades dos filhos, evidenciando desqualificação, desconfiança e ausência de continência afetiva para com seus filhos.

Na história de vida dessas mães, Penso et al. (2012) encontraram relações não muito diferentes das que elas têm com seus filhos, pois muitas viveram situações de violência e relações de a-sujeitamento, submissão e desqualificação, seja nas relações parentais ou conjugais. A violência é naturalizada em nome da boa educação ou, ainda, favorece a anulação da figura paterna em seu próprio discurso de desqualificação do genitor do adolescente. Diante dessa realidade, há dificuldade de identificação saudável por parte desses adolescentes com tais figuras parentais.

Reflexões sobre características pessoais, sociais e parentais dos adolescentes que cometerem abuso sexual, especialmente as últimas, nos remetem a dois pontos centrais discutidos na literatura: explicações para tais atos e propostas de intervenção. Esses são pontos também discutidos na literatura sobre os adultos que cometeram abuso sexual contra crianças e/ou adolescentes, porém, em relação ao adolescente que cometeu abuso sexual, há especificidades a serem consideradas.

Penso et al. (2012) – autoras de referência no Brasil sobre violência sexual, adolescência, ato infracional e família – definiram o ato cometido pelo adolescente de abuso sexual, isto é, a passagem ao ato, como um pedido de socorro para que seja dada atenção à sua condição de duplo pertencimento a papéis diferentes e complementares. A passagem ao ato também foi definida por Marcelli e Braconnier (1989) como *acting out* ou atuação, que representa ações de caráter impulsivo auto ou hetero-agressivo, que se opõem a ações de verbalização e reflexão, ou seja, um agir que expressa o conflito. Essa reflexão corrobora o que Chagnon (2008) afirmou sobre a dificuldade dos adolescentes que cometem abuso sexual de falar do seu ato, de se identificar com a vítima, com a sua dor, em decorrência de sua frágil ou falha capacidade de simbolização, pois a passagem ao ato se revela como possibilidade de “não simbolização”.

Ao considerar tais explicações quanto ao ato de violência sexual na adolescência em relação a aspectos parentais, contextuais e de não simbolização, assim como o fato de que jovens estão, desenvolvimentalmente, em um processo contínuo de constituição, de aprendizado de novas maneiras de interagir e de pensar, a intervenção torna-se primordial, tanto para a não reincidência quanto para a promoção de saúde e qualidade de vida desses adolescentes. Para Sanderson (2005), a intervenção terapêutica poderá auxiliar esses jovens especialmente a explorar o trauma e a experiência de abuso sexual e a evitar novos abusos.

Modelos de atendimento para o adolescente que cometeu abuso sexual.

Atendimento individual.

Muitos programas desenvolvidos na década de 1980 para o tratamento de adolescentes que cometeram abuso sexual foram baseados em programas concebidos para adultos que abusaram sexualmente. Contudo, a maioria das propostas de tratamento para esses adolescentes, desenvolvidas nos últimos anos, compartilha da ideia de que eles devem ser compreendidos dentro do contexto sistêmico de desenvolvimento no qual vivem. Desse modo, propõem tanto a terapia individual quanto com os pais e com grupo de pares.

Seguindo os programas tradicionais concebidos para adultos, a abordagem mais utilizada de tratamento individual é a de “prevenção de recaídas”, originalmente utilizada em tratamentos de drogadição. Baseada em terapia cognitivo-comportamental, essa abordagem envolve tarefas, como: identificar situações em que o indivíduo está em risco

elevado para reincidência; desenvolver estratégias para evitar situações de alto risco (passar o tempo sozinho com uma criança); desenvolver estratégias de enfrentamento em situações que não podem ser evitadas (Seto, 2009).

Marshall et al. (2005) acrescentaram outros pontos que devem ser considerados, tais como: modificação de atitudes e percepções; melhora das habilidades de relacionamento e de enfrentamento; aumento da empatia pela vítima; regulação do humor. Mas, ainda assim, fizeram ressalvas quanto à proposta tradicional de tratamento, pois o foco continua sendo uma lista de controle baseada em “nãos”. Quanto a isso, os autores evidenciaram que o foco do tratamento deve envolver, mais do que os “nãos”, principalmente a melhora de habilidades, atitudes sociais favoráveis, compromissos e metas, favorecendo a esperança e a autoestima do sujeito.

Nessa mesma perspectiva, Ward, Gannon e Birgden (2007) postularam que o terapeuta deve se concentrar em aumentar as habilidades de empatia do infrator e melhorar sua capacidade de resolver problemas, inserindo-o em redes sociais de apoio. Essas são dimensões do tratamento individual do adulto que também são utilizadas no atendimento do adolescente que cometeu abuso sexual.

Além das semelhanças no atendimento de adultos e adolescentes que cometeram abuso sexual, Borduin e Schaeffer (2001) e Borduin et al. (2009) apontaram alguns diferenciais quanto ao atendimento individual do adolescente, como a identificação de fatores de risco no plano individual, entre colegas, na família, na escola, no bairro e nos domínios. Worling et al. (2010) avançaram para a singularidade do adolescente e destacaram a importância do sistema familiar e das relações entre pares.

Atendimento familiar e grupal.

Seguindo esses diferenciais do adolescente, Zankman e Bonomo (2004) evidenciaram a importância da presença dos pais no processo de tratamento, pois os jovens raramente identificam o seu ciclo de abuso sexual sem incluir a sua relação com os pais em algum estágio desse ciclo. Além disso, afirmaram que, quando os pais estão incluídos na terapia, o processo de mudança pode tornar-se mais significativo e relevante para o adolescente, pois seus pais são fundamentais em seu cotidiano.

Zankman e Bonomo (2004) sugeriram a participação dos pais na terapia com os adolescentes que cometeram abuso sexual, pois a melhora da capacidade dos pais para apoiá-los e supervisioná-los pode ajudar a quebrar os ciclos de abuso e mudar as interações diárias dentro do contexto familiar e de outros sistemas sociais. As habilidades ensinadas tanto aos jovens quanto aos pais, nessa perspectiva, são o alicerce de um significativo plano de prevenção de recaída. Por fim, os autores alertaram que, além dos pais, o terapeuta também deve promover a interface com outras pessoas importantes na vida do adolescente, como professores, profissionais do sistema de cumprimento de medidas socioeducativas, profissionais da saúde ou da assistência social que os acompanham e outros membros da família.

Borduin et al. (2009) também destacaram a importância do tratamento conjunto tanto com os pais quanto com outros sistemas relevantes na vida do adolescente, quer seja escolar ou comunitário, e denominaram essa proposta “terapia multissistêmica”. Definiram-na como uma abordagem para intervenções com potencial para prevenção da reincidência de crimes sexuais entre esses jovens, tanto durante a adolescência quanto na idade adulta.

A terapia multissistêmica integra técnicas clínicas das terapias comportamental, cognitivo-comportamental e familiar-estrutural. No nível familiar, as intervenções visam: reduzir a negação de pais e jovens sobre os crimes sexuais e suas sequelas; eliminar os obstáculos à educação eficaz; reforçar o conhecimento da parentalidade; promover o afeto e a comunicação entre os membros da família. Já as intervenções direcionadas às relações de pares são conduzidas pelos pais dos adolescentes e consistem em apoio ativo e encorajamento de habilidades de relacionamento e associações com pares (Borduin et al., 2009). As intervenções também são usadas com os adolescentes ou seus pais para modificar habilidades sociais, sistemas de crenças ou atitudes.

Em certos casos, os pais também desenvolvem estratégias para promover o desempenho do adolescente na escola. As intervenções nesse domínio geralmente se concentram no estabelecimento de melhor comunicação entre pais e professores e no esforço para a promoção dos estudos extraescolares com o apoio dos pais (Borduin et al., 2009). Com esse foco, a terapia multissistêmica alcança as relações escolares e entre pares do adolescente.

Worling et al. (2010) afirmaram que, diferentemente dos programas tradicionais de tratamento para adultos, aqueles profissionais que tratam adolescentes que cometeram abuso sexual sempre envidaram esforços para trabalhar de forma colaborativa com os jovens e seus pais. Esse tipo de trabalho tem como intuito lidar simultaneamente com o risco de reincidência e outras necessidades clínicas importantes que possam estar presentes, tais como angústia traumática, atitudes antissociais, depressão e problemas sociais, procurando estimular os pontos fortes individuais e familiares.

Borduin e Schaeffer (2001), Borduin et al. (2009), Worling et al. (2010) e Zankman e Bonomo (2004) apresentaram olhar sistêmico e contextual para a proposta de intervenção em casos de adolescentes que cometeram abuso sexual, o que representa

avanço em relação às propostas que enfocam apenas o indivíduo na perspectiva da prevenção de recaídas. Porém, por vezes, a prevenção de reincidência ainda parece ser o único propósito da intervenção, pois, em alguns momentos, mesmo com a inclusão grupal e familiar, as diretrizes e os objetivos enfocam essencialmente o controle comportamental e cognitivo do adolescente, de acordo com padrões socialmente predefinidos. Um exemplo disso é a proposta grupal de Borduin e Schaeffer (2001) e Borduin et al. (2009), ainda na perspectiva multissistêmica, na qual o tratamento do grupo tem como foco com os adolescentes: aceitar a responsabilidade pessoal sobre o delito sexual; eliminar crenças desviantes; aprender novas habilidades sociais; desenvolver a consciência empática pela vítima; e se engajar em comportamentos e pensamentos que previnam a recaída.

Já no Brasil, Costa, Junqueira, Ribeiro e Meneses (2011) e Costa, Junqueira, Meneses, Stroher e Moura (2012) iniciaram uma proposta grupal de intervenção psicossocial para trabalhar com adolescentes que cometeram abuso sexual do Distrito Federal, atendidos por uma unidade de saúde mental infanto-juvenil. A modalidade de grupo utilizada nessa proposta é denominada “grupo multifamiliar” e se fundamenta, teoricamente, na psicologia comunitária, na terapia familiar, no sociodrama e na teoria das redes sociais.

Essa proposta grupal ocorre em cinco encontros, promovidos quinzenalmente, com duração de três horas cada um. Cada sessão é dividida em três momentos, denominados aquecimento, discussão e conclusão. A discussão é dividida em subgrupos para maior aprofundamento nos seguintes temas selecionados comuns às famílias: proteção (“eu devo proteger outras crianças, mas ainda preciso de proteção”); sexualidade (“este é o tempo da sexualidade desabrochar”); violência sexual (“a violência sexual é um crime e uma violência”); transgeracionalidade (“precisamos conhecer nossos antepassados”); projeto de namoro (“ainda quero namorar muito”) (Penso et al., 2012).

Ao final desta pesquisa com grupos multifamiliares para trabalhar com adolescentes que cometeram abuso sexual, Costa et al. (2011, 2012) apontaram questões significativas quanto à subjetividade destes sujeitos, as quais representam avanços nos estudos comportamentais e cognitivos até então apresentados. Essas autoras destacaram que a passagem ao ato é expressa indiretamente como um pedido de ajuda desses adolescentes e de suas mães, que sofrem por seus filhos.

Outros pontos relevantes citados por Costa et al. (2011, 2012) são a dimensão desenvolvimental da adolescência e a família como mediadora deste processo. As autoras asseveraram que a adolescência é uma fase de transição do desenvolvimento permeada de impulsos e dificuldade de contê-los. Nesse sentido, os adolescentes que cometeram abuso sexual revelaram carência de intimidade nas relações parentais, ocasionando a ausência de um espaço que garantisse a eles uma maneira segura de contornar a dificuldade de lidar com seus desejos.

Costa et al. (2011) ainda destacaram que, por conta da condição socioeconômica desfavorável, diante da prioridade de sobrevivência, há a necessidade de participação e cooperação de todos os membros da família. Assim, o adolescente assume a função de cuidar dos irmãos menores, aspecto que traz vulnerabilidade para a proteção das crianças e obriga os adolescentes a assumir papéis parentais, o que também os torna vulneráveis. As autoras concluíram que há uma expressão significativa de abandono, carência e desproteção por parte das famílias.

Na pesquisa e proposta de intervenção desenvolvida por Costa (2011), Costa et al. (2011) e Penso et al. (2012) no Distrito Federal, foi possível contemplar dimensões subjetivas dos adolescentes, suas famílias, contradições, histórias, possibilidades e limitações. Acredita-se que esse foi um primeiro trabalho que rompeu com as intervenções comportamentais e cognitivas focadas essencialmente na prevenção de recaídas, discutindo

a adolescência como fase de desenvolvimento, assim como aspectos parentais, sociais e culturais que constituem a subjetividade desses adolescentes. Desse modo, Costa (2011), Costa et al. (2011) e Penso et al. (2012) mostraram a dimensão do sofrimento e da vulnerabilidade de adolescentes que cometeram abuso sexual e alertaram que esses jovens estão pedindo ajuda e que é preciso protegê-los, dando-lhes atenção, cuidados e orientação.

Essas autoras propuseram investigar a condição subjetiva e relacional de adolescentes envolvidos com atos infracionais, marcados por pobreza, exclusão social e violência, cujo ato infracional se caracteriza como violência sexual contra crianças e/ou adolescentes. Diante dessa ousada proposta, percebe-se a relevância de se compreender a subjetividade dos adolescentes que cometeram abuso sexual a partir de uma perspectiva clínica e histórico-cultural.

A clínica do adolescente em conflito com a lei.

Ao se referir à clínica do adolescente em conflito com a lei, Conceição (2010) propôs a intervenção em uma perspectiva relacional, levando em consideração três níveis relacionais: a) o adolescente e a lei; b) o adolescente e a sociedade; c) o adolescente e ele mesmo. Segundo a autora, o psicólogo deve se perguntar o que o adolescente está comunicando com seus atos transgressivos. Para ele, torna-se importante ressignificar e transformar seu lugar de protagonista e sujeito da própria história, podendo, assim, encontrar novas respostas para situações antigas, de maneira espontânea e criativa.

Nessa perspectiva, Costa e Penso (2010) propuseram a ampliação do conceito de clínica em busca de uma intervenção que tenha um caráter transformador, que vai além do *setting* clínico ou de abordagens terapêuticas. Também reafirmaram o caráter relacional da

clínica como espaço de escuta e fala. Quando se trata de adolescente em conflito com a lei, as autoras pontuaram que essas observações e reflexões adquirem um sentido diferenciado, porquanto esses adolescentes estão em atendimento por obrigação, aparentemente sem demandas por reflexão. Consequentemente, discute-se a dimensão clínica presente em contextos psicossociais, pois se trata, inicialmente, da demanda institucional.

A ampliação da clínica refere-se à construção de um vínculo que seja importante, de modo que questões subjetivas sejam articuladas com a realidade social, na análise de contextos sociocomunitários e jurídicos inerentes ao adolescente. Nesse cenário, a intervenção psicossocial busca a participação ativa do sujeito, de suas potencialidades e de soluções para suas dificuldades, bem como a criação de contextos de proteção que façam sentido em sua história de vida. Todavia, para que essa possibilidade se realize, é preciso que o terapeuta aprenda a escutar a real demanda das famílias e do sujeito (Costa & Penso, 2010). Em sintonia com esse contexto, os atendimentos de adolescentes que cometeram abuso sexual têm como propósitos: contribuir para a reflexão sobre suas potencialidades; reconstruir suas histórias de vida e seus laços afetivos, produzindo novos sentidos em relação à posição tanto de “vítima” quanto de “vitimizador”; constituir um projeto de vida em que eles sejam protagonistas da própria história, favorecendo seu posicionamento autônomo e ativo como sujeitos.

Alguns construtos teóricos presentes na literatura internacional e nacional, referentes ao atendimento do sujeito que praticou ato de violência sexual contra crianças e/ou adolescentes, orientam as reflexões para o início desses atendimentos. Entre eles, estão: a responsabilização pelo ato cometido; a relação de poder implícita no ato de violência; a percepção de crianças ou adolescentes sexualmente abusados como sujeitos com emoções e sofrimento; a busca da não reincidência; o desenvolvimento saudável da sexualidade; o resgate da sua história de vida com o objetivo de ressignificar experiências

muitas vezes envolvidas em rejeição, abandono, violências diversas; sua relação com a lei e com o sofrimento existente nesta condição (Esber, 2009; Furniss, 1993; Jesus, 2006; Marshall, 2006; Sattler, 2011; Schmickler, 2006).

Especialmente com relação a adolescentes que cometeram ato de violência sexual contra crianças e/ou adolescentes, outros construtos devem ser incluídos nesta reflexão, como: seu momento de desenvolvimento biopsicossocial; sua sexualidade; dimensões relacionais e sociais (família, amizades, escola); projetos de vida e de namoro; proteção; dimensão educativa quanto ao abuso sexual; e transgeracionalidade (Chagnon, 2008; Costa et al., 2011; Penso et al., 2012; Seto, 2009). Tais aspectos se apresentam como “pano de fundo” para nortear o atendimento clínico desses adolescentes que cometeram abuso sexual.

Ao propor esse “pano de fundo”, deve-se pensar acerca da realidade social em que esses adolescentes vivem, assim como em sua singularidade no todo social. Carreteiro (2010) considerou as subjetividades como constituídas em um contexto socio-histórico, que tem “influência sobre as famílias, as instituições e o imaginário social” (p. 21). Também postulou que, na clínica, o profissional deve “empenhar-se para conhecer os adolescentes em suas singularidades, entendendo que a originalidade desses sujeitos se constrói no debate ou no embate para existir, à procura de serem únicos no meio de uma multiplicidade de demandas e de influências” (Carreteiro, 2010, p. 22).

A partir do resgate da subjetividade na psicologia, em uma perspectiva histórico-cultural, González Rey (2007, 2011b) teceu considerações sobre a clínica a partir de uma aproximação histórico-cultural, semelhantemente a Costa e Penso (2010), propondo reflexões quanto à gênese da clínica e da relação terapêutica, a partir da qual, o sujeito gera novos sentidos e se transforma, assim como a sua realidade. Portanto, não se trata de

abordagem teórica ou de técnicas, mas de um posicionamento do terapeuta em que este se compromete com o sujeito e sua subjetividade em uma ênfase relacional.

Nesse sentido, para González Rey (2007, 2011b), a terapia é um cenário dialógico no qual se produzem processos novos de significação e sentido. Porém, esses só vão aparecer quando o paciente transforma-se em sujeito diante de sua situação atual, produzindo novas emoções e processos simbólicos, pressupondo seu reposicionamento em suas relações e atividades. Dessa forma, a conversação deve possibilitar ao sujeito a inserção em campos subjetivos de sua experiência (González Rey, 2012). Esse deve ser o lugar assumido pelo adolescente que cometeu abuso sexual, pois esse indivíduo, assim como muitos outros em conflito com a lei, comumente se encontra em uma condição de não-sujeito em suas múltiplas relações, sejam estas familiares, escolares ou sociais, de negação de suas produções subjetivas. Como afirmou González Rey (2011b), o desaparecimento do sujeito é o desaparecimento das emoções e da produção de sentidos.

O espaço clínico e terapêutico deve permitir e favorecer que o sujeito expresse “seu mundo, suas necessidades, seus conflitos e suas reflexões, processo esse que envolve emoções, que por sua vez, facilitam o surgimento de novos processos simbólicos e de novas emoções, levando à trama de sentidos subjetivos” (González Rey, 2011a, p. 126). Contudo, tais manifestações não aparecem de maneira linear na expressão concreta do sujeito, mas aparecem tanto em atributos gerais de um conceito como em formas indiretas por meio de emoções implícitas, assim legitimando a lógica do adolescente em sua expressão (González Rey, 2012).

A percepção e a interpretação dessas expressões e desses indicadores não explícitos tornam-se desafios para o terapeuta, que não deve estar em busca de resposta, mas de ser sujeito do seu pensamento na relação estabelecida no contexto terapêutico. Para tanto, é preciso se destituir das relações causais encontradas na teoria, dos discursos já construídos

teoricamente sobre o adolescente em conflito com a lei e sobre o adolescente que cometeu abuso sexual, pois, como destacou Neubern (2004), é importante que “a teoria não se imponha como verdade e possua sensibilidade às diversas tessituras complexas que compõem os processos dos sujeitos” (p. 92).

Diante dessas considerações, no processo terapêutico e de pesquisa, tanto o sujeito pesquisado (paciente) quanto o sujeito pesquisador (terapeuta) se constituem em sujeitos na produção de novos sentidos. Nesse momento, o desafio que encerra tal reflexão é o da geração de sentidos em ambas as polaridades da relação entre sujeito-paciente e sujeito-terapeuta, constituindo o espaço terapêutico como espaço de produção de conhecimento, de construção teórica e de transformação social e individual.

Ao desenvolver uma nova concepção sobre a psique humana, González Rey (2007) revelou que, mesmo sem haver intencionalidade voltada para o desenvolvimento da clínica, essa possibilidade surge a partir da categoria da subjetividade. Assim, pode-se perceber a relação clara na obra desse autor entre a subjetividade, a clínica e a pesquisa qualitativa, em um entrelaçamento rico para o estudo da subjetividade, por meio da pesquisa clínica orientada pela epistemologia qualitativa. Nesse sentido, a apreensão da subjetividade desses adolescentes no contexto clínico, por meio dos sentidos subjetivos produzidos por eles, pode favorecer a constituição de novos olhares, mais sensíveis e acolhedores e não excludentes e patologizantes, para os adolescentes em geral, para os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e para os adolescentes que cometeram abuso sexual (González Rey, 2004b).

Método

O caráter qualitativo desta pesquisa não se refere à quantidade de sujeitos ou ao tipo de instrumentos utilizados, mas ao fato de se adotar uma perspectiva epistemológica, a qual permite a apreensão da subjetividade do adolescente que cometeu abuso sexual. A epistemologia qualitativa proposta por González Rey (2005b, 2011a), apresentada anteriormente, se configura como uma convocação para que a pesquisa qualitativa seja repensada em seu estatuto de produção de conhecimento. Esta é uma proposta na qual se adotam pressupostos teórico-metodológicos e epistemológicos a partir de uma postura não neutra ou descritiva, mas relacional diante do homem, do mundo, da realidade, uma postura de construção empírica e teórica.

Diante dessa perspectiva, este estudo se configura como uma pesquisa-intervenção, pois enfatiza o valor da pesquisa no processo de intervenção. Para Lèvy (2001), a intervenção não se limita a uma prática de mudança, cujo único objetivo seria o de favorecer a evolução de uma situação e sua compreensão pelos atores nela implicados, mas seria também um meio de produzir um saber específico a respeito da intervenção, do sujeito e da realidade implicada neste processo.

Para Rocha e Aguiar (2003), a pesquisa-intervenção consiste em uma tendência das pesquisas participativas, nas quais não se visa a mudança imediata da ação instituída, mas a mudança como consequência da produção entre teoria e prática, assim como entre sujeito e objeto. Aqui, a intervenção evidencia que pesquisador/pesquisado, ou seja, sujeito/objeto, fazem parte do mesmo processo e, portanto, se constituem como sujeito/sujeito. Essa relação se configura na pesquisa-intervenção de maneira dinâmica e conduzirá os caminhos da pesquisa, sendo uma produção de todos os envolvidos, em uma

concepção que se aproxima dos princípios da epistemologia qualitativa de González Rey. Assim, a pesquisa-intervenção é definida como “ação, construção, transformação coletiva, análise das forças sócio-históricas e políticas que atuam nas situações e das próprias implicações, inclusive dos referenciais de análise” (Rocha & Aguiar, 2003, p. 72).

Contexto

A pesquisa foi realizada no contexto do projeto “Invertendo a Rota: ações de proteção aos direitos de crianças e adolescentes em situação de exploração sexual”, etapa 2010 a 2012. O “Invertendo a Rota” é um projeto de enfrentamento da violência sexual infanto-juvenil em Goiás, desenvolvido e coordenado pelo Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão Aldeia Juvenil (CEPAJ), vinculado ao Instituto Dom Fernando (IDF), da Pró-Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil (PROEX) da PUC-Goiás. Esse projeto foi financiado pelo prêmio de 2009, recebido da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), do Ministério de Ciência e Tecnologia, referente à categoria de premiação “Inovação em Tecnologia Social”.

A pesquisadora desempenhava a função de psicóloga no projeto e propôs seu estudo a partir do programa “Repropondo: atendimento a autores de violência sexual”, como estratégia de garantia dos direitos de crianças e adolescentes. O programa é uma ação-intervenção que se fundamenta na complexidade do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes e busca superar a polarização vítima–algor e prevenir reincidências. Ao compreender o autor de violência sexual como sujeito que se constitui socio-historicamente por meio das relações sociais (Bock, 2011), o qual está em constante

transformação e constituição, o projeto considera relevante o atendimento individual e familiar deste sujeito, seja ele adulto ou adolescente.

Participantes

O projeto “Invertendo a Rota” teve como meta na etapa de 2010 a 2012 o atendimento de nove adultos e três adolescentes que cometeram abuso sexual contra crianças e/ou adolescentes. Todos foram encaminhados ao projeto “Invertendo a Rota” pela Delegacia de Polícia de Apuração de Atos Infracionais (DEPAI) de Aparecida de Goiânia, cidade vizinha a Goiânia e geograficamente próxima ao CEPAJ, local de realização dos atendimentos.

Os participantes desta pesquisa foram convidados a partir dos atendimentos realizados pela psicóloga e pesquisadora responsável por este estudo. Os três adolescentes atendidos foram convidados a participar, pois atendiam aos critérios definidos para a presente pesquisa: adolescentes, entre 12 e 17 anos de idade, que abusaram sexualmente de crianças e estavam inseridos no sistema judiciário. Na Tabela 1 é mostrada a identificação dos participantes, com nomes fictícios para garantir o sigilo de suas identidades. Também são descritos a escolaridade dos adolescentes, percebendo-se significativo atraso escolar, a composição familiar e a renda média familiar, aspectos que evidenciam famílias compostas principalmente de mães em um contexto de vulnerabilidade social.

Tabela 1. Identificação dos participantes quanto a idade, escolaridade, composição familiar e classe socioeconômica.

Nome	Idade (anos)	Escolaridade	Composição familiar e idade (anos)	Classe socioeconômica e renda média familiar (R\$)
Paulo	16	1º ano ensino médio	Mãe – 40 Irmã – 23	D – 484,97
Augusto	17	7º ano ensino fundamental	Mãe – 38 Pai – 38 Irmã – 21 Irmão – 13 Sobrinha – 3	E – 276,70
Daniel	14	5º ano ensino fundamental	Mãe – 40	E – 276,70

Na Tabela 2 é apresentada a configuração do abuso sexual cometido pelos adolescentes participantes deste estudo. Percebeu-se diferença de idade entre quatro a oito anos entre os adolescentes que cometeram abuso sexual e as vítimas. Todos os adolescentes cometeram abuso extrafamiliar e todas as vítimas eram do sexo masculino. Dois dos adolescentes praticaram sexo anal e um praticou sexo oral. Todos estão em cumprimento de medida socioeducativa denominada liberdade assistida.

Tabela 2. Configuração do abuso sexual cometido pelos participantes quanto a idade na época da ocorrência, idade da vítima, relação com a vítima, tempo e tipo do abuso e medida socioeducativa.

Nome	Idade quando praticou o abuso sexual (anos)	Idade da vítima (anos)	Relação com a vítima	Tempo da prática e tipo	Medida socioeducativa
Paulo	15	8	Vizinho	Uma vez, sexo anal	Liberdade assistida
Augusto	16	8	Vizinho	Uma vez, sexo oral	Liberdade assistida
Daniel	14	10	Amigo	Durante 1 ano, sexo anal	Liberdade assistida e serviço comunitário

Na Tabela 3 são descritos os fatores de risco encontrados na história de vida dos adolescentes que cometeram abuso sexual participantes deste estudo. Dois aspectos significativos apontados entre os fatores de risco são a representativa presença de violências sofridas pelos adolescentes e o significativo distanciamento físico e afetivo entre os adolescentes e seus pais.

Tabela 3. Fatores de risco que compõem o contexto social e a história dos adolescentes que cometeram abuso sexual.

Nome	História prévia de abuso sexual	História prévia de outras violências (física, psicológica, escolar)	Ausência paterna (física e/ou afetiva)	Baixa auto-estima	Baixa escolaridade	Dificuldade de aprendizagem escolar
Paulo	Sim	Física e psicológica	Física e afetiva	Não	Não	Não
Augusto	Não	Física, psicológica e escolar	Afetiva	Sim	Sim	Sim
Daniel	Não	Física e psicológica	Física e afetiva	Sim	Sim	Sim

As mães dos adolescentes também participaram da pesquisa como informantes e responderam perguntas referentes à entrevista de anamnese do desenvolvimento e da história de vida dos adolescentes. Essa participação ocorreu em um único encontro. Portanto, as histórias de vida dos adolescentes descritas nesta pesquisa contêm informações fornecidas tanto pelos próprios adolescentes durante os atendimentos clínicos quanto por suas mães nesse único encontro.

A história de Paulo

Paulo é o mais novo de um casal de filhos. Sua gestação e desenvolvimento foram saudáveis, porém a mãe não queria engravidar, pois seu marido já apresentava problemas com o álcool. Seus pais se separaram três vezes: primeiro, quando Paulo tinha 1 ano de idade; posteriormente, retomaram o relacionamento quando ele tinha 7 anos; separaram-se novamente quando ele tinha 8 anos; quando ele tinha 12 anos, se relacionaram por um mês e se separaram mais uma vez. O motivo das separações sempre foi o alcoolismo do pai e seu envolvimento com outras mulheres. Após a última separação, a mãe de Paulo namorou um rapaz por quatro anos, mas terminaram o relacionamento, sobre o qual ela não relata detalhes, e atualmente está sozinha.

Durante as separações, a mãe de Paulo se mudava com os filhos para a casa de sua mãe, mas assim que conseguia se manter economicamente, se mudava com eles, pois tinham problemas com seu padrasto. Ele sempre se mostrou um homem malicioso e fazia insinuações para a mãe e a irmã de Paulo. A mãe de Paulo tem dúvidas se o seu padrasto chegou a abusar sexualmente de sua filha aos 6 anos de idade, mas a moça nega. A mãe de Paulo teve uma criação muito rígida, pois seu pai era militar, e ela se casou para se sentir livre dele, embora seus pais tenham se separado quando ela ainda era jovem.

A mãe de Paulo é técnica de saúde e o pai, motorista de caminhão. Atualmente, seu pai vive com outra mulher e tem pouco contato com os filhos. Raramente faz ligações telefônicas, mas quando o faz, apenas fala com a ex-esposa, pois ainda tem interesse por ela. Paulo sente muito a falta do pai e sofreu bastante quando o viu ir embora pela última vez, aos 12 anos. Há aproximadamente um ano, sua mãe recebeu diagnóstico de depressão pelo psiquiatra e, desde então, faz tratamento medicamentoso. Nesse mesmo período, se

tornou Testemunha de Jeová. O relacionamento de Paulo com a irmã é amigável, mas ela não lhe dá muita atenção; às vezes, ele tenta se aproximar mais e ela não permite.

A relação com sua mãe é de extremo controle e desconfiança. Ela o proíbe excessivamente de fazer muitas atividades típicas de sua idade, como namorar, e lhe diz que só permitirá caso seja um namoro “santo”; no entanto, ele “fica” com meninas escondido da mãe. Ela o controla 24 horas por dia e ele já nem sabe dizer quantas vezes ela liga no celular dele para conferir o que está fazendo. Ela tem medo dele “se perder na vida, nas drogas” e esse excesso de controle aumentou após o abuso sexual praticado.

Por ser o único que não trabalha fora, Paulo faz o almoço e ajuda na limpeza, mas gosta de ficar no computador e jogar futebol. Embora seja bom aluno, não gosta de estudar, fazendo tudo por obrigação; porém, foi reprovado apenas no 6º ano do ensino fundamental. É tímido, passivo, faz tudo o que lhe é ordenado sem questionamento; mas, ao falar sobre isto, demonstra revolta, embora prefira “deixar pra lá”.

Aos 8 anos de idade, Paulo foi abusado sexualmente por colegas da rua em duas ocasiões, e contou o ocorrido apenas para a sua mãe. Entretanto, não foi feita nenhuma denúncia ou notificação, e ele não foi encaminhado para nenhum atendimento médico, psicológico ou social. Gosta muito da avó materna e de um tio, irmão de sua mãe. Quer muito ver sua mãe feliz, mas acredita que grande parte do sofrimento da mãe decorre do abuso sexual praticado por ele. Para o futuro, quer ter suas próprias coisas (casa, carro e emprego bom), sua independência e sair da casa da mãe.

Sobre a violência sexual cometida por ele, no dia 31 de agosto de 2011, a criança vítima foi ouvida na delegacia na presença de sua mãe e afirmou que, no final de 2010, estava brincando na porta de sua casa quando foi chamado pelo adolescente Paulo para brincar em uma construção. Lá chegando, Paulo tirou sua roupa e introduziu o pênis em seu ânus. Embora tivesse ameaçado a criança para que não contasse nada a ninguém, ele

mesmo saiu dizendo que o tinha “comido”. Paulo, na mesma ocasião, foi ouvido pela delegada na presença de sua mãe, e confirmou que chamou seu vizinho de 8 anos para brincar em uma construção e lá chegando mandou a criança tirar a bermuda e tentou colocar seu pênis no ânus dele. A mãe de Paulo ficou indignada e o adolescente não sabe dizer o que o levou a fazer isso, afirmando que foi tudo muito rápido.

A história de Augusto

Augusto é o segundo de três filhos. Sua gestação foi normal, porém nasceu de 8 meses. Pouco antes de sua gravidez, a mãe de Augusto foi estuprada na rua por um estranho e contou apenas para a sua mãe e a sua cunhada, que a acolheu em casa logo após o ocorrido. Em seguida, engravidou e por 10 anos guardou esse segredo: o medo e a dúvida de Augusto ter sido gerado no ato do estupro. Augusto teve desenvolvimento lento, demorou a andar, caía muito, não foi amamentado pela mãe, pois ela trabalhava, e usou fraldas até os 3 anos de idade. Quando criança, nunca reagia a nada e apanhava muito dos outros. Aos 5 anos, foi esquecido no centro da cidade pela tia por uma hora e, desde então, passou a ter comportamento de evitação de ambientes sociais movimentados e medo de sair sozinho para lugares distantes.

O pai de Augusto trabalha como pedreiro, é tímido, conversa pouco, não gosta de sair para passeios e vai apenas à casa de sua mãe. Ele tem problemas com álcool e ciúmes da mãe de Augusto, controlando-a constantemente. A mãe de Augusto é aposentada em função de uma doença em seus ossos e, por este motivo, tem dificuldade de andar e fazer atividades físicas. Assim sendo, Augusto e sua irmã mais velha cuidam dos serviços domésticos, ele fazendo a limpeza e ela cozinhando.

A relação de Augusto com sua mãe é de extrema admiração, obediência e submissão. A mãe o trata como seu preferido e como uma criança ingênua a ser protegida de tudo e de todos. Ela tem medo que o filho fique “perdido na vida” ou que pessoas ruins possam influenciá-lo. Portanto, não o deixa ir sozinho a lugares distantes de sua casa, o que o torna muito dependente. Augusto briga muito com sua irmã mais velha, que não o respeita e o trata mal, com críticas e xingamentos. Com seu irmão mais novo, tem bom relacionamento e este o ajuda com as tarefas escolares. Augusto também gosta de brincar com sua sobrinha de 3 anos; porém, após o abuso sexual cometido por ele, sua irmã, a mãe da criança, não gosta da proximidade entre ele e a sobrinha.

Augusto tem 17 anos, baixa autoestima, mede 1 m 80 cm de altura e está no 7º ano do ensino fundamental, tendo sido reprovado três vezes, e tem dificuldade para ler. Na escola, os outros adolescentes e crianças já praticaram vários tipos de violência contra ele, como xingamentos e violência física. Apenas tem amizade com as “tias” da cantina e algumas poucas meninas. Próximo de sua casa, tem apenas dois amigos. Não reage à violência diretamente, porém fica nervoso e expressa seu incômodo por meio de xingamentos dentro de casa. É um adolescente sensível, se sente amado por sua família, especialmente pela mãe, e sofreu muito ao decepcioná-los com o ato cometido. Gosta muito de futebol, de ver filmes, de ouvir música e de fazer desenhos grafitados.

As famílias de Augusto e Paulo têm proximidade, pois o avô materno de Augusto se casou com a avó materna de Paulo, sendo o padrasto da mãe de Paulo. Sobre a violência sexual cometida, Paulo, Augusto e o irmão mais novo de Augusto foram denunciados e intimados a comparecer à delegacia juntos, pois abusaram sexualmente da mesma criança em circunstâncias diferentes. Na delegacia, também em 31 de agosto de 2011, Augusto foi acusado e confirmou que, em dezembro de 2010, levou a criança, vizinha de ambos os adolescentes, para debaixo de uma árvore e colocou o pênis em sua boca. Augusto diz ter

sido muito ruim e que não aconteceu nada do que imaginou. Sofreu muito por decepcionar sua família e pela maneira como os agentes policiais o trataram na delegacia.

A história de Daniel

Daniel é o primeiro de um casal de filhos. Sua gestação foi normal, porém quase “passou da hora” de nascer e, após o nascimento, precisou ter uma semana de “banho de luz”. Sua mãe, natural do Ceará, mudou-se para São Paulo quando jovem para trabalhar e lá conheceu o pai de Daniel. Casaram-se e tiveram dois filhos; porém, quando Daniel tinha 4 anos e sua irmã 6 meses, sua mãe não aguentou mais a violência sofrida, pois o pai era extremamente desconfiado e violento física e psicologicamente. A mãe se mudou para Goiânia com os dois filhos, onde vive há 10 anos, longe do pai de Daniel, de quem nunca mais tiveram notícias. Quando criança, Daniel presenciou vários momentos de violência do pai contra a sua mãe e hoje afirma que o odeia.

Há um ano, a irmã de Daniel foi morar com sua avó materna e a família de sua mãe no Ceará, devido às dificuldades financeiras enfrentadas pela mãe de Daniel, que trabalha como doméstica e sustenta os dois filhos sozinha. Antes da viagem da irmã para o Ceará, Daniel e ela não se relacionavam bem, pois ela sempre quebrava os brinquedos dele. Por seu turno, ele sempre teve ciúmes dela, a ponto de tentar matá-la sufocada com o travesseiro quando bebê.

A relação de Daniel com sua mãe é de controle e submissão. Ela diz o que ele deve ou não fazer, o que pode ou não fazer e ele passivamente aceita tudo o que ela ordena. São evangélicos e a mãe impõe aos filhos uma educação muito rígida em função da religião, tendo educado ambos utilizando “varadas” e “cabo de rodo”. Eles vivem com muitas privações. Daniel conheceu e passou a assistir televisão somente depois que se mudaram

para Goiânia. Ele sempre quer muitas coisas, como brinquedos, computador, vídeo game, mas a mãe nunca tem dinheiro para adquiri-las.

Na escola, Daniel confunde as letras e os acentos, escreve e lê com lentidão. Já foi reprovado três vezes no 5º ano. Tem poucos amigos e após o ato cometido, sua mãe decidiu não o colocar na escola até “tudo se resolver”, pois a mãe da criança que foi abusada, sua ex-amiga, ameaçou fazer algo a Daniel se ele continuasse estudando na mesma escola que seu filho. Portanto, Daniel passou a ficar mais sozinho, trancado em casa, enquanto sua mãe vai trabalhar. Atualmente, Daniel assiste a desenhos durante todo o dia e, nos intervalos, arruma a casa para a mãe, cozinha de vez em quando, come e dorme, sendo esta a sua rotina. Às vezes, frequenta a casa de uma tia, irmã de sua mãe, onde joga futebol com um vizinho de 11 anos, ou algumas vezes na semana frequenta a igreja com sua mãe no período noturno. Gosta muito das brincadeiras tradicionais (bola, peão, bolinhas de gude, pique-esconde) e de vídeo game. Entretanto, após a denúncia, ficou impossibilitado de realizar tais atividades, pois sua mãe exige que ele fique em casa.

Sobre o abuso sexual cometido por Daniel, no dia 30 de agosto de 2011, a mãe da criança que foi abusada compareceu à delegacia junto com seu filho de 10 anos. Ela informou que, no dia 26 de agosto de 2011, ela chegou do trabalho e foi dormir e que a criança foi passear pela feira do bairro na companhia de Daniel. Quando a mãe acordou e os procurou, encontrou seu filho no sofá da sala sentado no colo de Daniel, ambos nus. Ela começou a agredir Daniel fisicamente e ele ficou apenas calado.

Na delegacia, a criança relatou que são amigos desde seus 2 anos de idade e sempre brincavam de bola e carrinho; porém, há um ano, quando tinha 9 anos, Daniel pediu pela primeira vez que tirasse a roupa e se sentasse no seu colo, ocasião em que introduziu o pênis em seu ânus. A criança não soube precisar quantas vezes isso aconteceu, mas esclareceu que no dia em que foram à feira, Daniel o chamou para sentar-se em seu colo e

a criança negou, pois sua mãe estava em casa. Daniel o puxou à força, tirou sua bermuda e o colocou sentado em seu colo, momento em que sua mãe chegou; portanto, neste dia, não houve penetração. Daniel confirmou toda a acusação feita pela mãe e pela criança e acrescentou que não recorda quantas vezes praticou o ato. Daniel relatou que parou devido à denúncia, mas acredita que teria continuado a praticar tal ato, pois estava “viciado” nessa “brincadeira”. Também afirmou que sofreu muito com o que aconteceu e não vê a hora de “tudo isso” acabar, pois passou a ficar isolado, sem amigos, escola e brincadeiras.

Instrumentos

Na perspectiva epistemológica de González Rey, os instrumentos são compreendidos como “toda situação ou recurso que permite ao outro expressar-se no contexto de relação que caracteriza a pesquisa” (González Rey, 2011a, p. 42). Portanto, são uma ferramenta interativa, para provocar formas diferenciadas de expressão do sujeito, para facilitar o desenvolvimento de emoções, reflexões e posicionamentos que possibilitem e emergência de novos sentidos subjetivos. Essa concepção de instrumento contrapõe uma concepção instrumentalista, na qual este é um recurso para coleta de dados a partir de categorias teóricas *a priori*, o que omite o outro enquanto sujeito participante, cristalizando-o em uma posição passiva de objeto de estudo. Seguindo essa perspectiva epistemológica e metodológica, os dois instrumentos utilizados na presente pesquisa – entrevista clínica e completamento de frases – permitem a expressão do sujeito no contexto clínico.

Ao discutir a pesquisa clínico-qualitativa, Turato (2003) propôs a entrevista clínica ou psicológica como instrumento propício. Nessa perspectiva, a entrevista é compreendida como um encontro interpessoal, no qual se estabelece um *setting*, bem como a valorização

do vínculo e da reflexão de ideias, opiniões, valores e atitudes. A entrevista psicológica semidirigida com questões abertas é a proposta mais indicada para esse tipo de pesquisa e foi adotada neste estudo, pois assim como propõe a epistemologia qualitativa adotada, há a valorização da relação entre sujeito-pesquisador e sujeito-participante, em uma relação dialógica e ativa, em que ambos os sujeitos da relação são responsáveis por seu direcionamento e produção.

Na entrevista psicológica, o pesquisador faz-se presente por meio de expressões faciais, demonstrando interesse no aprofundamento do sujeito, solicitando que ele mencione mais particularidades sobre a questão em foco em busca dos sentidos e significados. É uma entrevista interativa e responsiva ao entrevistado, e este segue espontaneamente seu pensamento a partir de suas experiências relativas ao foco apresentado pelo entrevistador, assim participando na elaboração do conteúdo da pesquisa (Turato, 2003).

Outro aspecto de proximidade entre esse instrumento e a epistemologia qualitativa é a valorização da singularidade do sujeito, porquanto o percurso da entrevista respeita a flexibilidade da relação e da expressão do sujeito entrevistado. Assim, ele pode tanto falar espontaneamente sobre aspectos considerados anteriormente pelo entrevistador como apresentar questões não consideradas *a priori*. Nesse sentido, as perguntas abertas permitem que o entrevistado coloque livremente o conteúdo de sua resposta, sendo acolhidas e reconhecidas tanto expressões verbais quanto não verbais.

Turato (2003) destacou a importância da observação e da auto-observação contínua durante a entrevista, pois o silêncio, a fala embargada, as colocações com inibição e desinibição, assim como qualquer mudança na postura física, gesticulações, mudanças faciais e afetivas da voz ou sorriso e choro são igualmente relevantes ao considerar a

expressão do sujeito. E com igual relevância, as reações e expressões do entrevistador devem ser observadas por ele mesmo.

Esse modelo de entrevista não segue um roteiro de perguntas, mas apresenta temas norteadores, inerentes ao contexto da pesquisa e do sujeito participante. Assim, as perguntas abertas são constituídas espontaneamente no decorrer da entrevista, direcionadas pelos temas abordados pelo entrevistador e igualmente pelo sujeito entrevistado. Os temas norteadores da entrevista clínica abordados ao longo dos atendimentos feitos durante este estudo foram: história de vida do adolescente, relações sociais (família, escola, amigos), adolescência, sexualidade, namoro, lazer, o abuso sexual cometido, relação com a justiça, relação com a vítima, autoestima, violências vividas, proteção e projeto de vida. Tais temas constituem um dos principais critérios de escolha desse instrumento, pois como assinalou González Rey (2011a), além de permitir a expressão do sujeito, igualmente permite o aprofundamento de aspectos clínicos, que são inerentes e necessários à clínica do adolescente que cometeu abuso sexual contra crianças, pois se constitui a partir de um contexto psicossocial, com demandas tanto do sujeito quanto institucionais, sociais e judiciais.

O outro instrumento utilizado, o completamento de frases, foi proposto por González Rey (2012) como frases construídas pelo sujeito que expressam sua subjetividade. Dessa maneira, ele se expressa livremente, de forma criativa e personalizada sobre o tema apresentado, remetendo a sentidos subjetivos que geralmente marcam o caráter conflitivo do momento atual de sua vida. Segundo González Rey (2012), o instrumento pode favorecer a expressão rápida e simples do sujeito, que aparece em sua complexidade real e, diante de indutores conectados entre si na tessitura do instrumento, emergem novos sentidos até então não abordados por suas possibilidades.

O completamento de frases pode se referir a atividades, experiências ou pessoas, ou seja, temáticas sobre as quais se quer que o pesquisado se expresse intencionalmente (González Rey, 2012). Outro ponto relevante é que as frases não têm seu valor definido pelo conteúdo explícito, mas pela expressão de sentidos subjetivos diferentes daqueles que elas sugerem. Por fim, é um instrumento que traz a possibilidade de elaboração de hipóteses que favorecem o processo de produção da informação.

No completamento de frases, os indutores são curtos e devem ser preenchidos por meio da escrita pelo participante (González Rey, 2012). Porém, nesta pesquisa, devido à dificuldade referente à leitura e escrita dos adolescentes participantes, o que lhes causa constrangimento, o instrumento não foi configurado pela escrita, mas pela fala. Portanto, o instrumento foi apresentado como um jogo em que o adolescente imediatamente completava a frase, por meio da fala, com a primeira expressão que lhe viesse à mente (Apêndice 1).

Além dos dois instrumentos utilizados com os adolescentes ao longo dos atendimentos clínicos, também foi utilizado um roteiro de entrevista de anamnese, construído pela pesquisadora, para que as mães respondessem a respeito do desenvolvimento dos adolescentes (Apêndice 2). No roteiro, apresentado às mães individualmente após o primeiro atendimento clínico de cada adolescente, são abordados aspectos do desenvolvimento físico, motor, cognitivo, afetivo, escolar, relacional e familiar dos participantes, desde o nascimento até o momento atual.

Procedimentos

Em fevereiro de 2012, três adolescentes foram encaminhados ao projeto “Invertendo a Rota” pela DEPAI de Aparecida de Goiânia. Após o encaminhamento, a

pesquisadora e psicóloga do projeto e uma assistente social realizaram visitas domiciliares às famílias dos adolescentes. Nessas visitas, apresentaram a proposta de atendimento do projeto “Invertendo a Rota” e os convidaram a participar. Desses três primeiros casos, apenas a família de Daniel aceitou participar pelo interesse em ajudá-lo, sofrimento vivenciado e proximidade de sua residência do local de atendimento.

Posteriormente, no início de março de 2012, outros três adolescentes foram encaminhados ao “Invertendo a Rota”, também pela DEPAI de Aparecida de Goiânia, tendo sido realizado o mesmo procedimento de contato e convite. Os três adolescentes e suas famílias aceitaram participar dos atendimentos e dos quatro adolescentes participantes do projeto “Invertendo a Rota”, três começaram a ser atendidos pela psicóloga e pesquisadora deste estudo.

Ao iniciar os atendimentos, no primeiro encontro com o adolescente e sua família, junto com o contrato terapêutico, eles foram convidados a também participar da pesquisa “Atendimento psicoterapêutico ao adolescente autor de violência sexual: o sujeito que produz sentidos”, nome do projeto concernente a esta pesquisa. Depois de realizado o convite, foram feitas as devidas considerações e dadas explicações quanto aos cuidados éticos e à liberdade de aceitarem ou não a participação, assim como a possibilidade de desistência quando entendessem por bem, independentemente da realização dos atendimentos. Em seguida, os três adolescentes e seus responsáveis concordaram em participar da pesquisa.

Diante do contrato terapêutico e de pesquisa, os atendimentos se iniciaram no final de março e seguiram até o final de outubro do ano de 2012. Todos os atendimentos foram gravados com gravador de áudio digital e tiveram duração de aproximadamente 60 minutos, semanalmente com o adolescente e mensalmente com a família. Foram realizados, em média, 12 atendimentos individuais e cinco atendimentos familiares.

Para a análise e a interpretação das informações produzidas ao longo dos atendimentos, segundo o objeto de estudo desta pesquisa, foram utilizadas as gravações dos quatro primeiros atendimentos individuais. O critério desse recorte baseou-se na possibilidade de apreensão das dimensões relacionais, afetivas e simbólicas que expressam a singularidade desses adolescentes, assim como das expressões que se apresentaram como indicadores para possível compreensão da configuração subjetiva que o abuso sexual assume na subjetividade do adolescente a partir das informações produzidas nos atendimentos. Para a seleção dos quatro primeiros atendimentos, foram ouvidas as gravações de todos os atendimentos individuais realizados com cada adolescente e identificado até que momento compareciam novas dimensões relacionais, afetivas e simbólicas do adolescente como expressões iniciais do sujeito e a partir de qual atendimento tais aspectos começavam a se repetir.

Na Tabela 4 são descritos os quatro atendimentos clínicos realizados, os instrumentos utilizados, os temas abordados e as expressões dos adolescentes referentes aos temas em cada um deles. No primeiro atendimento, por meio da entrevista clínica, buscou-se criar um vínculo terapêutico com o adolescente, assim como conhecer brevemente sua história de vida, acontecimentos e aspectos relevantes para ele. No segundo e demais atendimentos, o curso da entrevista clínica seguiu a expressão de cada participante, a partir de suas possibilidades subjetivas referentes a alguns temas, como: família, violência cometida, escola, sexualidade, amizades, lazer, entre outros.

Para cada adolescente, foi utilizado o instrumento de completamento de frases em um momento específico: para Augusto, foi utilizado no segundo atendimento; para Daniel, durante o terceiro atendimento; e para Paulo, no quarto atendimento. Buscaram-se expressões intencionais referentes aos temas que já haviam sido mencionados na entrevista clínica, porém ainda de maneira incipiente e sutil.

Tabela 4. Caracterização dos quatro atendimentos clínicos iniciais realizados com os adolescentes que cometeram abuso sexual participantes da pesquisa.

Nome	Atendimento			
	Primeiro	Segundo	Terceiro	Quarto
Paulo	Entrevista clínica Temas: autopercepção (timidez); amizades (poucos amigos); família (admiração pela mãe; ausência paterna; tristeza por decepcionar a mãe); violência cometida	Entrevista clínica Temas: autopercepção (timidez); namoro escondido; religião; família (mãe controladora; incompreensão e desconfiança da mãe; regras na casa)	Entrevista clínica Temas: família [irritação com a mãe (controle) amor pela mãe e pela avó]; namoro (término, mãe descobre e proíbe); futuro (planos, profissão, dinheiro, aquisição de bens)	Completamento de frases
Augusto	Entrevista clínica Temas: relação com a justiça (sofrimento após a denúncia; desejo de fugir); família (sofrimento e decepção causados aos pais); violência cometida	Completamento de frases	Entrevista clínica Temas: autopercepção (timidez); família (sofrimento causado à mãe); escola (violência sofrida - <i>bullying</i>); ato cometido (vergonha); amizades (mãe “melhor amiga”, relação de dependência); relação com a justiça (medo da internação; pedido de perdão (culpa).	Entrevista clínica Temas: família (relação violenta com a irmã; prática de serviços domésticos; ausência paterna); lazer (gosta de desenhar e assistir filmes); rotina (escola e casa); isolamento social; esperança

Continua

Continuação

Tabela 4. Caracterização dos quatro atendimentos clínicos iniciais realizados com os adolescentes que cometeram abuso sexual participantes da pesquisa.

Nome	Atendimento			
	Primeiro	Segundo	Terceiro	Quarto
Daniel	Entrevista clínica Temas: escola (sem estudar, dificuldade de aprendizagem, trancado em casa); isolamento social; religião; televisão (desenhos); violência cometida (aprendizado)	Entrevista clínica Temas: família (não gosta da irmã; mãe controladora; dependência da mãe); relação com a justiça; religião	Completamento de frases	Entrevista clínica Temas: família (ausência paterna); sexualidade (negada e demonizada); lazer (desenhos animados – fantasia); violência cometida (vício); sofrimento pelo isolamento social

Cuidados éticos

Em 11 de outubro de 2011, a pesquisadora recebeu o aceite institucional do IDF para a realização da pesquisa intitulada “Atendimento psicoterapêutico ao adolescente autor de violência sexual: o sujeito que produz sentidos” (Apêndice 3). No dia 23 de novembro de 2011, foi apresentado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto de Ciências Humanas (IH), da UnB, o referido projeto de pesquisa, tendo sido aprovado em 12 de dezembro de 2011 (Apêndice 4). Somente após o parecer favorável deu-se início ao processo de pesquisa propriamente dito.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido seguiu as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos estabelecidas na Resolução nº 196 (Brasil, 1996) e na Resolução CFP nº 016/2000 (Conselho Federal de Psicologia, 2000). Foram elaborados e apresentados três termos para o contrato de participação dos adolescentes e suas famílias na pesquisa: um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 5) apresentado aos familiares e/ou responsáveis para que conhecessem a proposta da pesquisa, seu objetivo, condições de participação voluntária, riscos, possibilidades e condições de desistência para participação na pesquisa como responsáveis pelo adolescente; um Termo de Autorização (Apêndice 6) para os familiares e/ou responsáveis autorizarem a participação dos adolescentes; e um Termo de Assentimento (Apêndice 7) para os adolescentes assinarem em concordância com sua participação.

Além dos termos necessários para a participação dos sujeitos, as gravações de áudio dos atendimentos foram realizadas com o consentimento de todos os participantes. Para análise e construção das informações da pesquisa são utilizados nomes fictícios e omitidas informações que possam identificar os participantes, de modo a garantir o sigilo sobre a sua identidade.

Construção e interpretação das informações

Aqui retomamos um dos princípios norteadores da epistemologia qualitativa de González Rey, seu caráter construtivo-interpretativo. Esse deve ser um dos grandes saltos qualitativos da produção de conhecimento e da pesquisa como espaço de produção teórica. Nessa perspectiva, que compartilhamos, a teoria é compreendida como “a construção de um sistema de representações capaz de articular diferentes categorias entre si e de gerar

inteligibilidade sobre o que se pretende conhecer na pesquisa científica” (González Rey, 2012, p. 29).

Portanto, o teórico não se reduz às teorias que constituem fontes de saber prévio, mas constitui processos de construção intelectual que acompanham a pesquisa, com a capacidade de gerar novas zonas de inteligibilidade acerca do que é estudado, por meio da atividade pensante e construtiva-interpretativa do sujeito pesquisador. A teoria constituída *a priori* não gera sentido em si mesma, apenas orienta a reflexão do pesquisador para que, ao assumir o diálogo com o empírico e com pressupostos teóricos, ou seja, ao produzir uma tensão neste movimento, este diálogo possa gerar sentido. Desse modo, surgem novas zonas de inteligibilidade do real, do estudado, do fenômeno da violência sexual na constituição da subjetividade do adolescente que cometeu abuso sexual.

Para tanto, nessa perspectiva, o dado é substituído pelo indicador. O dado é percebido pelo autor como uma entidade estática, enquanto o indicador é um elemento vivo que “se integra às manifestações do estudo pelos processos de construção teórica do pesquisador” (González Rey, 2012, p. 123). Os indicadores são apreendidos ao longo da pesquisa, nas entrevistas clínicas, por meio de expressões verbais e não verbais dos participantes.

Para González Rey (2004a, 2012), os indicadores são significados gerados pelo pesquisador a partir de elementos e relações entre elementos que aparecem em vários instrumentos e momentos da pesquisa. As hipóteses que vão se organizando ao longo da pesquisa constituem-se por meio dos indicadores, os quais podem ser considerados hipóteses que vão variando seu valor no decorrer da própria pesquisa. Novamente, a dialética configura-se nesse processo qualitativo, pois há um movimento constante de reflexão, transformação e produção, movimento este irregular, aberto e processual, que permite a apreensão da complexidade em que a subjetividade se constitui.

Para a busca desses indicadores, foram analisados trechos da entrevista clínica entre a pesquisadora e os adolescentes participantes, assim como o completamento de frases produzido pelos sujeitos da pesquisa também durante os atendimentos clínicos. A partir dos indicadores, foram configurados núcleos de sentidos subjetivos, os quais constituíram as zonas de sentido como produção de conhecimento acerca do tema estudado, ou seja, a subjetividade do adolescente que cometeu abuso sexual.

Resultados e Discussão

As zonas de sentido devem ser entendidas como uma construção, pois “representam uma forma de inteligibilidade sobre a realidade e não uma correspondência com a realidade” (González Rey, 2005a, p. 32). Portanto, são construções interpretativas e não verdades absolutas, elaboradas ao longo dos atendimentos com três adolescentes, a partir dos indicadores e núcleos de sentidos elaborados, os quais expressam a configuração subjetiva que a violência sexual assume na subjetividade desses sujeitos.

Ao analisar o material transcrito das entrevistas clínicas, juntamente com as observações feitas pela pesquisadora e o material apresentado no completamento de frases, os indicadores se revelaram por uma perspectiva relacional dos adolescentes. Os participantes deste estudo se expressaram principalmente por meio da descrição de espaços sociais e de outras pessoas que não eles mesmos, como se as relações, os ambientes e as pessoas revelassem suas emoções, desejos e angústias.

Desse modo, foram construídos três núcleos de sentido referentes a três amplas dimensões relacionais dos adolescentes, pois sua expressão subjetiva foi indissociável destas: 1) as relações sociais (instituições e pessoas) estabelecidas pelo adolescente (igreja, família e escola; pais, irmãos, parentes e pares) e os sentidos implicados nessas relações; 2) a relação do adolescente com ele mesmo (autopercepção, desejos, planos); 3) a relação do adolescente com a violência, seja por meio da relação com a vítima ou com a justiça e suas consequências sociais e emocionais.

A partir desses núcleos, foram construídas três zonas de sentido: “O filhinho da mamãe – o adolescente dominado pela mãe”; “O filho de ninguém – o adolescente que não

sabe quem ele é”; “O filho da mãe – o adolescente estigmatizado autor de violência sexual”.

Zona de sentido A: “O filhinho da mamãe – o adolescente dominado pela mãe”

Esta primeira zona de sentido evidencia a importância do outro na constituição da subjetividade do adolescente que cometeu abuso sexual, bem como destaca aspectos sociais e culturais desta realidade, sendo a mãe o único outro significativo para estes sujeitos. Vygotsky (2005) referiu-se ao outro na zona de desenvolvimento proximal como apoio instrumental no processo de solução das tarefas, enquanto González Rey (2004a), ao avançar na perspectiva histórico-cultural de Vygotsky, enfatizou a dimensão afetiva da relação com o outro para o desenvolvimento do sujeito.

Assim, aqui, o outro parte dos sistemas complexos que envolvem atividades e processos comunicacionais, e esta relação com o outro vai se transformando em um sistema de sentido, passando a ter uma significação no desenvolvimento psíquico do adolescente. Neste estudo da subjetividade do adolescente que cometeu abuso sexual, as relações estabelecidas por Paulo, Augusto e Daniel, assim como as instituições sociais nas quais tais relações se desenvolvem, constituíram-se como indicadores significativos para a construção de núcleos de sentidos que levaram à compreensão dessa realidade.

Para González Rey (2004a), os sistemas relacionais entre as pessoas são sempre parte dos espaços institucionais. Entre as instituições sociais, o autor destacou a família ao discutir sua relevância no processo de desenvolvimento saudável dos sujeitos que a constituem, assim como a riqueza dos processos de subjetivação associados a essa estrutura. Na expressão subjetiva dos adolescentes pesquisados, a família é o principal

lócus relacional e desenvolvimental, e a relação com a mãe constitui a principal fonte de subjetivação, em uma relação complexa, pois a mesma mãe que é amável e cuidadora também se mostra controladora, repressora e dominadora.

Paulo: *Igual, tava na casa dos meus tios, e eles estavam tomando cerveja normal, como eles sempre faz. E quando tava faltando dois minutos para dar dez horas, ela [mãe] ligou me mandando ir embora. Conversei com ela pra ela deixar eu ficar mais, mas me mandou ir. Desci pra casa e ela ficou brigando.*

Pesquisadora: *Sua mãe controla muito você?*

Paulo: *É, não ligou até agora porque eu tô aqui.*

Pesquisadora: *O que você sente?*

Paulo: *Dá vontade de quebrar esse celular e sumir.*

Pesquisadora: *Se sua mãe estivesse aqui hoje, tipo assim, ela está aqui e quer ouvir você...*

Paulo: *Eu ia falar pra ela que ela tinha que me entender...*

Pesquisadora: *E o que você gostaria de ouvir dela nessa hora?*

Paulo: *Queria que ela falasse que ia passar a me escutar mais... Ela fica lá, enchendo o saco, brigando comigo... Perguntando, ligando toda hora.*

González Rey (2004b) destacou que “sem o sujeito a subjetividade permaneceria assujeitada” (p. 22). Nesse cenário, o posicionamento ativo do sujeito revela um posicionamento crítico, o que representa um aspecto importante para o desenvolvimento do adolescente. Paulo percebe e questiona o controle excessivo da mãe sobre ele, evidenciando claramente seu incômodo ao ser controlado pelo telefone, com horários, com comportamentos e atitudes. Até mesmo expressou sua vontade de “quebrar o celular e

sumir”, um desejo de rompimento pela ação. Não chegou a quebrar o celular, mas tomou atitudes que expressam um sentido subjetivo de não conformismo, como: não se importar em mentir para a mãe para fazer algo proibido por ela; quando ela grita ao telefone, ele se afasta; percebe a incoerência e a chatice da mãe ao fazer tantas perguntas controladoras.

Pesquisadora: *Como é para você ter de contar essas mentirinhas para a sua mãe?*

Paulo: *É ruim, mas eu não ligo. (...) Ah, não! É muito chato as perguntas. Ela faz pergunta demais. E eu não tenho paciência de ficar respondendo, não. (...) Uai, quando ela tá falando normal, eu escuto, e quando ela tá gritando, eu tiro o telefone de perto da orelha.*

Paulo posicionou-se criticamente diante dessa relação, expressando seu desejo de ser respeitado, escutado, compreendido, percebido como sujeito de sua fala e emoções. Falou de seu desejo em fazer as coisas que quer e não apenas obedecer às ordens e vontades da mãe. González Rey (2004b) afirmou que um momento inseparável da produção de sentido subjetivo é quando a pessoa se converte ou não em sujeito de seu desenvolvimento. Precipuamente, Paulo faz tentativas de ser sujeito de seu desenvolvimento, de seu pensamento e ação e demonstra não querer simplesmente reproduzir a vontade e o controle da mãe sendo submisso.

Pesquisadora: *O que deixaria você mais tranquilo em relação à sua mãe hoje?*

Paulo: *Ela parar de ficar me controlando. Quero fazer um pouco das coisas que eu quero. Eu faço coisas quando ela deixa, quando ela quer. (...) Porque eu não posso fazer as coisas que eu quero. Nem todas as coisas, né?*

Pesquisadora: *Você acha que, em algum momento, ela exagera?*

Paulo: *Muitas vezes.*

Pesquisadora: *Como é que você se sente com esse controle todo da sua mãe? Que sentimento vem em você?*

Paulo: *Sentimento de tristeza.*

Pesquisadora: *Como é que você gostaria de se sentir?*

Paulo: *Feliz.*

Contudo, a mãe de Paulo insiste em manter o filho em uma condição infantil, de dependência, na qual sua autonomia não é encorajada e nem mesmo aceitável, o que gera um sentimento profundo de tristeza no adolescente. Assim sendo, a mãe estabelece uma relação de poder, de dominação sobre o filho adolescente.

Na pesquisa realizada por Penso et al. (2012), com adolescentes que cometeram abuso sexual, aspectos semelhantes foram percebidos e descritos pelas famílias. Ao traçar um paralelo entre adolescentes que cometeram ato infracional e adolescentes que cometeram abuso sexual, as autoras observaram que as mães dos últimos “são mães dominadoras, controladoras, que tentam mantê-los em uma condição de cerceamento, infantilizados, para melhor poder controlá-los” (Penso et al., 2012, p. 85), sendo exatamente esta a condição em que Paulo se encontra. Assim, as pesquisadoras confirmaram a não promoção da autonomia do adolescente como sujeito do seu desenvolvimento.

Apesar das tentativas para assumir um lugar de sujeito ativo na relação com a mãe, o adolescente acaba por reconhecer sua dependência, especialmente afetiva e financeira. Paulo gerou um sentido de expectativa quanto à sua independência e ao rompimento com a dominação da mãe no futuro, quando tiver condições de trabalhar e de sair da casa dela. Entretanto, no presente, considera impossível tal rompimento, devido à sua dependência financeira e afetiva, ou seja, por “morar na casa dela” e pelo fato da mãe ser a única pessoa que se preocupa com ele. Esse reconhecimento expressa um sentido de fidelidade, mas

também de “dívida” com a mãe. Por conseguinte, apesar das tentativas de questionamento quanto à dominação da mãe, Paulo sempre volta a se submeter à condição de dominado.

Pesquisadora: *Sobre essa questão da sua mãe, de que você fica chateado, você acha que isso pode mudar?*

Paulo: *Por enquanto, eu acho que não. Minha mãe é difícil de mudar. Vou esperar começar a trabalhar, que eu não paro em casa e ela não me liga. (...) Pra falar a verdade, eu nem gosto muito de ficar falando, assim, da minha mãe, não. Deixa assim mesmo. Uma hora passa. Eu aguentei até hoje, por que eu não posso aguentar até completar meus 18 anos? [sorrindo] (...) Ela [mãe] já tá legal comigo. Vou fazer só o que ela quer.*

Pesquisadora: *O que você acha disso, fazer só o que ela quer e pronto?*

Paulo: *É meio difícil, né? Mas é o certo.*

Pesquisadora: *É?*

Paulo: *É. Eu tô na casa dela. Sou o filho dela. Sou de menor, ainda. É minha obrigação fazer o que ela quer.*

Pesquisadora: *Você acha que ela poderia confiar mais em você?*

Paulo: *Mas ela vai confiar. Eu vou fazer o que ela quer [risos]. (...) É, se ela ver que eu tô seguindo direitinho as coisas que ela pede, ela confia mais em mim.*

Paulo vivencia conflitos em sua subjetividade, o desejo de rompimento da relação de controle com a mãe e a necessidade de dependência. Sua dependência gera sentido de culpa por desejar romper com a “mãe dominadora”, pois é também a mãe de quem depende e a quem é grato pelo amor a ele dedicado ao cuidar e se preocupar com o filho.

Assim sendo, apesar do incômodo pelo controle exercido pela mãe, Paulo decide se submeter, pois associa a submissão à conquista de confiança, o que tanto deseja receber da

mãe. Resta claro que, para esse adolescente, a confiança se estabelece apenas na relação de dominação. Conforme Pereira e Sudbrack (2010), a família deveria ser um contexto relacional de apoio, de confiança, de valorização mútua e estímulo ao bem-estar dos seus membros, o que favoreceria seu desenvolvimento como sujeitos autônomos. No entanto, Paulo não encontra esse reconhecimento e valorização em sua família. Apesar de todos esses questionamentos e insatisfações, paradoxalmente, o adolescente declarou seu afeto e amor pela mãe, especialmente no completamento de frases.

Pesquisadora: *O que você sente quando lembra de sua família?*

Paulo: *Amor.*

Pesquisadora: *E quando você pensa nesse amor, pensa em alguém específico?*

Paulo: *Minha mãe, minha irmã, minha avó também.*

Pesquisadora: *Admiro...*

Paulo: *Minha mãe.*

Pesquisadora: *Maior alegria...*

Paulo: *Ver minha mãe feliz.*

Pesquisadora: *Maior decepção...*

Paulo: *Magoar minha mãe.*

Pesquisadora: *Acredito...*

Paulo: *Que um dia vou fazer minha mãe muito feliz.*

Pesquisadora: *Me orgulho...*

Paulo: *Da minha mãe.*

Para González Rey (2004b), o outro aparece “como um momento de produção emocional da pessoa” (p. 4). A emoção assume lugar nos processos mais complexos de configuração da subjetividade humana e se constitui em processos contraditórios e dinâmicos das relações. À vista disso, a subjetividade de Paulo se configura por processos emocionais contraditórios entre o desejo de estar com a “mãe cuidadora” e o desejo de romper com a “mãe controladora”. Porém, no presente, prevalecem os sentidos de dependência, gratidão e submissão em relação à mãe.

Augusto e Daniel também expressaram a relação de controle estabelecida entre eles e a mãe, embora não percebam esse controle como dominação, pois para eles é também uma maneira de cuidar e de dar atenção. Nessa perspectiva, pode-se perceber maior comprometimento do desenvolvimento psíquico de Augusto e Daniel, uma vez que ambos se acomodam a tal condição relacional sem gerar reflexão sobre ela. Já Paulo decidiu se submeter à dependência que estabeleceu na relação com a mãe, reconhecida por ele como necessária até o momento.

Augusto: *Se um dia eu morrer eu num... eu vou tá satisfeito na família que eu nasci.*

Pesquisadora: *O que deixa você tão satisfeito?*

Augusto: *São parte da minha vida.*

Pesquisadora: *Que parte da sua vida?*

Augusto: *São forças pra mim.*

Pesquisadora: *Todos eles ou alguém em especial?*

Augusto: *Minha mãe.*

Pesquisadora: *Sua admiração é pelos...*

Augusto: *O que ela viveu e o que ela ensinou pra mim.*

Pesquisadora: *Você acha que sua mãe é mais sua amiga ou ela tenta controlar mais você?*

Augusto: *É só um... O controle dela é a preocupação, é o bem-estar. Dela querer: “É, você tem que me obedecer”. Obedece, mas não é isso. É o ponto que ela quer se comunicar, quer saber o que tá acontecendo. Ela é como um diário, pode escrever tudo que você quer...*

Pesquisadora: *Por que diário?*

Augusto: *Um diário é como assim: o que eu falo, ela guarda pra ela. Ela é a única que eu confio.*

Pesquisadora: *O que acha dessa preocupação um pouco excessiva da sua mãe por você?*

Augusto: *Eu acho bom [risos]. Não é muito que ela preocupa, não.*

Nas considerações sobre a família, González Rey (2004a) destacou seu lugar prioritário na promoção da saúde humana como espaço de formação permanente da personalidade de seus membros. Para Augusto, ao expressar admiração e orgulho pelos pais, a família se configura como força. Todavia, evidenciou o valor da mãe em sua subjetividade quando a considerou metaforicamente como “seu diário”. Na construção de sua personalidade, esse sentido de “depositária”, de confiança absoluta, limita substancialmente o processo de individuação do adolescente. Portanto, essa é uma relação que não promove o desenvolvimento saudável de Augusto enquanto sujeito, mas uma relação de assujeitamento.

Augusto: *Porque é a única que entende, quando eu tô triste, quando eu tô... É a única que pergunta mais, né? Como eu tô, como eu não tô, se eu tô bem, se machuquei. Então, eu vejo ela como uma bela maneira de se viver. (...) É o jeito dela de... Assim, é uma mãe, assim, que não tem outra que eu queria ter. Só ela. Eu dou graças a Deus por ter nascido dela. Ela me entende mais.*

Pesquisadora: *Uma palavra que representa sua mãe na sua vida, qual seria?*

Augusto: *Esperança, né? Gosto muito dela.*

Pesquisadora: *Esperança?*

Augusto: *Porque... Como eu vou falar? Eu aprendi muito com ela. Esperança por causa de quando eu nasci, né? Porque quase que eu morri e ela morreu também. (...) Tudo eu falo pra ela.*

Pesquisadora: *O que ela é pra você?*

Augusto: *Maravilhosa pra mim.*

O assujeitamento de Augusto se explicita também quando o adolescente naturaliza o “controle” da mãe, tendo para ele um sentido de preocupação e cuidado, o que o faz se sentir importante. Augusto não percebe sua condição de submissão e dependência, que se agrava quando ele associa simbolicamente sua relação com a mãe a uma realidade transcendental, de vida e morte. No nascimento de Augusto, tanto a mãe quanto ele estiveram na iminência de morrer por complicações no parto. Essa experiência constitui uma relação de lealdade entre mãe e filho, pois ambos se salvaram da morte. Assim, ao longo do crescimento de Augusto, a mãe assumiu em sua subjetividade um sentido mítico, de estar acima de tudo e de todos para o adolescente, tendo um valor absoluto.

Quanto ao controle das mães sobre os filhos, há ainda similaridades entre os três adolescentes e a pesquisa realizada por Penso et al. (2012) com adolescentes que cometeram abuso sexual. Segundo as autoras, diante da dominação e do controle da mãe, os adolescentes ficam presos em suas casas, submissos a uma relação de posse, fazendo os serviços domésticos, como cozinhar e faxinar, e assim permanecem sob a vigilância da mãe. Tanto Paulo quanto Augusto e Daniel assumem esse lugar na família, cuidam da casa e permanecem “presos” ao contexto domiciliar e à relação com a mãe.

Na relação estabelecida com a mãe, Daniel reconhece o afeto que recebe dela afirmando receber mais carinho e atenção do que a irmã, embora associe isto ao fato de não ter sido abandonado pela mãe em um orfanato. Esse aspecto demonstra o sentido de valor que Daniel atribui a si mesmo de não ser rejeitado. O sentido de não rejeição é suficiente para o adolescente se sentir amado pela mãe. Assim como Augusto, Daniel também não percebe o controle e a dominação exercidos pela mãe como nocivos a ele. Há um sentido de valorização, de importância em ser obediente e submisso, mesmo negando seus próprios desejos e percepções. Daniel também expressou afetividade em relação à mãe no completamento de frases.

Daniel: *A Maria [irmã] tá recebendo da minha mãe das coisas materiais, e eu tô recebendo das coisas materiais e sentimentais também. Eu tô recebendo mais sentimental...*

Pesquisadora: *Como você recebe sentimental?*

Daniel: *Ah, recebendo carinho, atenção...*

Pesquisadora: *Como sabe que ela dá carinho, atenção a você?*

Daniel: *Porque eu não tô no orfanato.*

Pesquisadora: *Você gosta disso?*

Daniel: *Quem não gosta de receber atenção, né?*

Pesquisadora: *Queria receber mais atenção ainda?*

Daniel: *Ah, recebo o tanto. Mas, não tem jeito de eu receber mais, por causa que minha mãe trabalha. (...) Minha mãe cuida muito de mim.*

Pesquisadora: *Cuida muito? Como, por exemplo?*

Daniel: *Ela não gosta de me deixar sozinho. Sentimento de mãe nem filho consegue explicar. (...) Minha mãe é muito boa. Ela cuida de mim muito bem.*

Pesquisadora: *Por que ela é boa? Como ela é boa para você?*

Daniel: *Eu tô vivo! Eu tô vivo e não tô no orfanato. Isso já é uma coisa boa.*

Pesquisadora: *Então, sua mãe podia ter colocado você no orfanato?*

Daniel: *Se ela não gostasse de mim...*

Pesquisadora: *De um a dez, quanto você gosta da sua mãe?*

Daniel: *De um a dez é pouco!*

Pesquisadora: *Quanto seria bom?*

Daniel: *Dez mil.*

Pesquisadora: *O que ela representa na sua vida?*

Daniel: *Felicidade e vida.*

Pesquisadora: *Família...*

Daniel: *Mãe.*

Pesquisadora: *Admiro...*

Daniel: *Mãe.*

Pesquisadora: *Minha mãe...*

Daniel: *Boa.*

Pesquisadora: *Amo...*

Daniel: *Minha mãe.*

É preocupante o sentido que a mãe assume para Daniel, de bondade e cuidado, de simplesmente fazer o mínimo que lhe é de direito enquanto filho e cidadão, de não ser abandonado, de ter o que comer, de não gostar que ele fique sozinho – apesar de ficar sozinho em casa para não correr “riscos” na escola – e tão-somente por estar vivo. O caráter de conformismo e assujeitamento configurado em sua subjetividade é extremamente nocivo e limitador para o seu desenvolvimento saudável como sujeito. Nesse contexto, o que se torna ainda mais preocupante é o fato da relação com a mãe ser a principal relação social a que o adolescente tem acesso em seu cotidiano.

González Rey (2004b) postulou que “a ausência do sujeito leva a pessoa a posicionar de forma passiva, orientada ao cumprimento e não de forma criativa no que faz” (p. 26). O assujeitamento de Daniel é perceptível quando ele não consegue se posicionar ou expressar seu pensamento por si mesmo, uma vez que ele sempre transfere ao outro sua percepção, em uma perspectiva de significação social e não pessoal, reproduzindo principalmente as concepções da mãe.

Daniel: *É e o que eu gosto de lembrar é de fazer tudo que a minha mãe manda. (...)*

Bondade vem de família, né?

Pesquisadora: *Ah, tá! E a sua mãe, o que você lembra dela?*

Daniel: *Bondade também.*

Pesquisadora: *O que mais que você recebe da sua mãe?*

Daniel: *Amor, né?*

Pesquisadora: *Por que você acha que é amor?*

Daniel: *Porque ela é mãe.*

Pesquisadora: *Da sua família, quem você gosta menos?*

Daniel: *Da minha irmã. Ninguém gosta muito da irmã.*

Para a compreensão da complexidade da subjetividade, González Rey (2005b) declarou que a subjetividade individual passa por diferentes contextos sociais de subjetivação, constituindo-se dentro deles, e que também atua como elemento do desenvolvimento da subjetividade social. A subjetividade é dialeticamente social e individual (González Rey, 2004a). Assim, faz-se importante considerar nesta reflexão a realidade social e histórica das famílias goianienses, contexto no qual as famílias dos adolescentes participantes deste estudo se constituem.

Em pesquisa realizada com famílias goianienses, Paro, Machado e Oliveira (2001) verificaram que 78,9% dos membros eram mulheres, 55,9% eram casadas e 21,4% passaram por casamento com fim por viuvez, divórcio ou separação. Quanto aos aspectos culturais, essas famílias são, em sua maioria, provenientes do êxodo rural, processo migratório do campo ou do interior do estado de Goiás (41,7%) para a metrópole, assim como de migrações inter-regionais, especialmente de Minas Gerais, com 11,7% do total. A partir de uma herança familiar patriarcal, com predominância da autoridade do pai e dependência da mulher, as famílias goianienses ainda expressam uma significação social da mulher dependente, apesar das transformações sociais.

Atualmente, essas mulheres, assim como a maioria das mães de adolescentes que cometeram abuso sexual, são sozinhas e fortemente religiosas. A religião reforça um ideal de dependência da mulher em relação a um homem. Assim, essas são mães-mulheres sozinhas assujeitadas a esse processo histórico e cultural contraditório entre a emancipação feminina (divórcio ou separação e inserção no mercado de trabalho) e relações de poder (de gênero, raça, etnia, etária). Nessa perspectiva, as mães geram um sentido de dependência afetiva em relação a seus filhos, objetivando essa dependência na relação de

controle e poder que estabelecem com eles, mantendo-os em uma condição infantil e também dependente.

Na família dos adolescentes que cometeram abuso sexual, as outras relações também são permeadas por sentidos subjetivos constituídos na relação com a mãe. Paulo expressou emoções de gratidão em relação à sua avó materna, assim como à sua mãe, e de abandono em relação ao pai.

Pesquisadora: *Quando fala o nome da sua mãe, que palavra vem na sua cabeça?*

Paulo: *Agora, gratidão mesmo...*

Pesquisadora: *Gratidão pelo que?*

Paulo: *Tudo.*

Pesquisadora: *Tudo?*

Paulo: *Que ela tenha feito por mim.*

Pesquisadora: *Como é ele [pai] para você?*

Paulo: *Ah, ele nunca deu moral pra mim, não... Não é um pai de cuidar, de brigar... Ele é um pai que deixa eu solto... Nem liga.*

Pesquisadora: *Como você gostaria que ele fosse?*

Paulo: *Não... Queria que ele preocupasse comigo.*

Pesquisadora: *Você se lembra de quando era pequeno, quando ele morava com vocês?*

Paulo: *Que ele trabalhava muito... Naquela época, ele não bebia, não. Aí que ele começou a beber, brigava muito com minha mãe... Depois que ela pegou ele com outra mulher, aí, eles largaram.*

Pesquisadora: *Você se lembra de alguma coisa ruim que aconteceu quando você era mais novo?*

Paulo: *A última vez que ele [pai] saiu e eu vi ele indo embora.*

Pesquisadora: *Como foi esse tempo que você morou com sua avó?*

Paulo: *Ela me ajudou, ela cuidou de mim...*

Para Paulo, a mãe e a avó materna são as pessoas que realmente se preocuparam com ele ao longo de sua vida, pessoas significativas que lhe ofereceram cuidado, educação e afeto, enquanto o pai se configura como uma pessoa distante que nunca se preocupou com ele. Paulo também relatou o contexto da relação conjugal dos pais (alcooolismo, brigas e traição) na sua infância, quando ainda viviam juntos. E descreveu a última vez que viu o pai indo embora, um marco na configuração do abandono vivenciado por ele, uma cena carregada de emocionalidade para o adolescente. Mesmo na infância de Paulo, seu pai foi uma figura ausente, uma vez que trabalhava muito e não estabeleceu uma relação próxima com o filho. Entretanto, a cena do pai indo embora marcou seu sofrimento. Interessante observar que o adolescente destacou os fatos tanto de ser cuidado quanto de não ser cuidado, expressando emoções sobre pessoas que lhe ofereceram ou não esse tipo de atenção. Sua importância ou não para o outro se expressa pelo sentido de ser cuidado.

A relação ausente entre Paulo e seu pai, assim como os aspectos relativos à traição e ao alcoolismo, se assemelham aos casos encontrados no estudo de Penso et al. (2012). As autoras registraram que a ausência da figura paterna na vida dos adolescentes que cometeram abuso sexual é uma constante. Os genogramas construídos junto com as

famílias dos adolescentes mostraram a grande ocorrência de pais alcoolistas e “mulherengos” que não tinham contato com os filhos.

Já os resultados da pesquisa de Zankman e Bonomo (2004) com adolescentes que cometeram abuso sexual sugeriram que há relação entre as primeiras experiências e a sua interrupção, mais especificamente da dinâmica pai-filho, com a experiência de abuso sexual do adolescente. Chagnon (2009) afirmou que manifestações de violência sexual remetem a falhas educativas parentais e ausências afetivas. Portanto, a literatura sobre adolescentes que cometeram abuso sexual já aponta para a significância da ausência paterna na vida desses sujeitos. Porém, na presente pesquisa, evidenciaram-se aspectos afetivos e simbólicos singulares dessa ausência para cada adolescente.

Enquanto Paulo e Daniel vivem a ausência paterna física e afetiva que se configura como abandono, Augusto convive na mesma casa com o pai, embora viva uma relação distante com ele, quase sem diálogo, com expressões afetivas apenas quando o pai está alcoolizado. Interessante notar que os três adolescentes falaram sobre a figura paterna apenas uma vez ao longo dos atendimentos, o que também expressa essa ausência: Paulo citou o pai somente no primeiro atendimento; Augusto o mencionou apenas no segundo atendimento; e Daniel falou sobre ele unicamente no terceiro atendimento por meio do instrumento de completamento de frases.

Augusto: *Ele [pai] fala assim que leva uma vida sofrida, vai trabalhar cedo, né? Então, não é um... Não foi por que ele quis que ele parou de estudar.*

Pesquisadora: *Ele parou de estudar?*

Augusto: *É. Foi pra sustentar o Lucas [irmão]. Meu pai é um pai maravilhoso.*

Pesquisadora: *Que emoção lhe vem quando você fala disso?*

Augusto: *Alegria...*

Pesquisadora: *Já falou essas coisas para o seu pai?*

Augusto: *Quando ele bebe, eu falo pra ele. É. Ele fica enjoado, ele briga, aí a gente fala: “A gente te ama”. E ele fala: “É, eu vou parar de beber”.*

Pesquisadora: *Odeio...*

Daniel: *Pai.*

Pesquisadora: *Meu pai...*

Daniel: *Ruim.*

Pesquisadora: *Como você queria que fosse sua relação com seu pai?*

Paulo: *Queria que fosse de pai e filho, né? Ver um ao outro. Mas, eu não vejo ele.*

Pesquisadora: *Como você gostaria que ele fosse?*

Paulo: *Não... Queria que ele preocupasse mais comigo.*

Pesquisadora: *Para quem você não pediria ajuda de jeito nenhum?*

Paulo: *Pai.*

Pesquisadora: *Qual sentimento lhe vem quando você se lembra dele?*

Paulo: *Que eu gosto mesmo dele.*

Embora tenha uma relação distante com o pai em seu cotidiano, Augusto expressou um sentido subjetivo de admiração por ele, percebendo-o como um “pai maravilhoso” pelo esforço e sofrimento para criar os filhos. Novamente, compareceu o sentido de ser cuidado para Augusto, assim como para Paulo. Entretanto, o pai de Augusto se mostra acessível

afetivamente aos filhos somente quando está alcoolizado, ao dizer que vai parar de beber por eles. O álcool se configura como mediador na relação de Augusto com o pai.

Daniel e Paulo também geraram diferentes emoções diante da ausência paterna. Daniel expressou ódio pelo pai e o percebe como uma pessoa ruim, que agredia sua mãe fisicamente. Portanto, a única expressão que o pai assume para Daniel é mediada pela mãe, por meio da violência sofrida por ela. Já Paulo, apesar do abandono, afirmou gostar do pai e ainda desejar uma relação de pai e filho; porém, jamais pediria ajuda a ele. Paulo expressou emoções contraditórias em relação ao pai, mas diferentemente de Daniel, não chega a odiá-lo e rejeitá-lo. Assim sendo, os três participantes vivem diferentes emoções diante da ausência paterna, o que está presente na maioria dos casos de adolescentes que cometeram abuso sexual; contudo, evidencia-se a singularidade de cada sujeito e a impossibilidade de generalização de aspectos simbólicos e emocionais.

Quanto às outras relações familiares, diferentemente de Augusto e Paulo, Daniel deixou-se revelar pela ação ao relatar sua tentativa de sufocar a irmã com um travesseiro quando pequeno porque tinha ciúmes por receber menos atenção da mãe. Essa ação revela o sentido que Daniel gerou do nascimento da irmã, que foi de se sentir substituído por ela. O ciúme e a destituição do seu lugar de importância para a mãe até então foram revelados pela ação de tentativa de sufocamento da irmã.

Daniel: *Quando eu era pequeno, tava com ciúme da minha mãe, da minha irmã mais nova. Ela tinha acabado de nascer. Levava mais atenção que eu. Aí, eu quase matei.*

Pesquisadora: *Como assim?*

Daniel: *Aí, eu quase matei minha irmã enforcada com o travesseiro.*

Marcelli e Braconnier (1989) propuseram o estudo da psicopatologia do adolescente e destacaram que a atuação é uma conduta, um agir “comumente violento e

agressivo, tendo frequentemente um caráter impulsivo e delituoso” (p. 81). Também afirmam que esse agir é um modo de expressar conflitos e angústias vivenciadas subjetivamente pelo adolescente. Essa expressão pela ação sem reflexão é também denominada *acting out*.

De acordo com a teoria da subjetividade de González Rey (2004a, 2005a), os sentidos subjetivos são compreendidos como uma produção singular e subjetiva do sujeito, ou seja, uma produção diferenciada que se dá por meio de suas ações concretas e de processos simbólicos e emocionais, que nem sempre são conscientes para o sujeito. Diante dessas afirmações teóricas, pode-se considerar que a ação concreta de Daniel tentar matar a irmã expressa o sentido subjetivo de substituição e perda da atenção da mãe. Apesar disso, o adolescente não explicitou uma reflexão em sua fala, de modo a perceber o ciúme experienciado e a ação praticada como formas de expressão do sentido do nascimento da irmã para ele. Essa ação e a emoção de ciúme denotam a singularidade do sujeito em relação à irmã, mesmo que por meio de uma ação violenta não reflexiva.

González Rey (2004b) apontou que a subjetividade social caracteriza os processos de subjetivação dentro dos espaços e das instituições sociais. Assim como o contexto familiar, a igreja, enquanto instituição social, se configura para os adolescentes que cometeram abuso sexual como um espaço de socialização, mas também de repressão e controle, gerando sentidos contraditórios.

Augusto: *Nossa! Todo mundo da igreja me conhece.*

Pesquisadora: *É?*

Augusto: *Antes, eu não ia por causa de vergonha, né? Porque eu não conhecia o pessoal da igreja... Aí, depois, eu conheci um bocado de gente. Participava de muitas coisas, dos jovens...*

Paulo: *Porque eu... por causa da nossa igreja não permitir namorar antes de 18 anos. Não é “permite”, não é “aconselhável”. Então, minha mãe não pode saber. (...) Gosto de ir [à igreja], mas bem pouco, mesmo. Vou mais porque minha mãe manda.*

Daniel: *Aí, nós sempre ia pra igreja. Minha mãe gosta de ir pra igreja.*

Pesquisadora: *E você gosta de ir à igreja?*

Daniel: *Hã-hã.*

Pesquisadora: *Muito ou pouco?*

Daniel: *Tá no médio.*

Outro aspecto evidenciado em pesquisa realizada com famílias goianienses por Monteiro e Cardoso (2001) refere-se aos conteúdos fundamentais para a formação dos filhos, os quais, segundo as mães, são orientações vinculadas a religião, escola e televisão. Esses fatores estão fortemente presentes na cultura das famílias que vivem em Goiânia, especialmente naquelas das camadas populares. Dessa maneira, são elementos que configuram a subjetividade social das famílias dos adolescentes que cometeram abuso sexual participantes desta pesquisa.

Para Monteiro e Cardoso (2001), a dualidade entre as orientações preconizadas pela igreja e pela televisão pode ser nociva para o desenvolvimento psíquico, emocional e ético de crianças e adolescentes, pois esses dois veículos transmitem mensagens que se contradizem, especialmente em relação à sexualidade. Essa é exatamente a realidade vivida pelos adolescentes que cometeram abuso sexual, os quais recebem muitas

informações via televisão, sua principal fonte de lazer, e também por meio das orientações das mães, que reproduzem regras religiosas.

Para os três adolescentes participantes deste estudo, a religião é um mecanismo pelo qual as mães reprimem sua sexualidade, não admitem falar sobre o assunto e nem mesmo permitem que seus filhos namorem, embora Augusto, Paulo e Daniel sejam adolescentes de 17, 16 e 14 anos de idade, respectivamente. Nesse contexto, Paulo foi o único que tentou uma ação de se rebelar e namorar escondido da mãe. Contudo, ao ser descoberto, a mãe retomou o controle por meio da religião. Ela exigiu que ele conversasse com líderes da igreja para se arrepender e terminar o namoro, e assim foi feito. Já Augusto e Daniel nem mesmo consideraram a possibilidade de namorar, apenas em um futuro distante, quando puderem se casar.

O controle também é estabelecido pelas mães quando exigem que os filhos frequentem a igreja. Todas as mães têm medo dos filhos se “perderem na vida”. Tanto Paulo quanto Daniel frequentam a igreja mais de duas vezes por semana por exigência da mãe, pois nem sempre querem ir. Já Augusto sente-se valorizado ao ser bem recebido na igreja pelas pessoas e até mesmo chegou a participar do grupo de jovens esporadicamente, mas não estabeleceu vínculos neste grupo.

Para Daniel, apesar da dimensão repressora da religião, a igreja é um espaço agradável pelo fato de ser o único ambiente social de que participa. O adolescente parou de estudar desde que houve a denúncia da violência cometida por ele, porque foi ameaçado pela mãe da vítima caso continuasse a frequentar a escola. A mãe retirou Daniel da escola e, desde então, ele fica durante todo o dia “trancado” em casa sozinho, assistindo televisão, enquanto a mãe trabalha; durante a noite, vão à igreja. No ambiente da igreja, o adolescente destacou características como: não ter tumulto, não ter brigas, ter paz, lugar onde todos conversam, lugar agradável de estar. Por meio dessa descrição, Daniel

expressou o desejo de ter sossego, de ser ouvido e de ter paz diante das consequências vivenciadas após a revelação do abuso sexual cometido por ele, que tanto deseja esquecer.

Daniel: *Ela [mãe] sempre gosta de ir pra igreja.*

Pesquisadora: *E o que é bom lá?*

Daniel: *Tudo!*

Pesquisadora: *Tudo?*

Daniel: *É. Lá num tem tumulto, num tem briga.*

Pesquisadora: *Ah...*

Daniel: *Aí, tem paz. Todo mundo conversa. Nós ouve as partituras e a bíblia.*

Quanto às amizades, o controle das mães também se expressa por meio da religião. Tanto a mãe de Daniel quanto a de Paulo incentivam amizades na igreja, como “boas companhias” ou com quem conhecem (amigas da mãe), para manterem seus filhos submissos e condicionados ao seu controle. Nas próprias amizades dos adolescentes, a família e a igreja assumem lugar significativo em sua constituição subjetiva, pois os três participantes não se importam de ter poucos amigos e assumem posição passiva e de acomodação diante desta situação.

A ausência de relações sociais estabelecidas entre os três adolescentes e seus pares foi sutilmente revelada em todos os quatro atendimentos. Zankman e Bonomo (2004) destacaram, entre algumas características dos adolescentes que cometeram abuso sexual, altos níveis de ansiedade, distanciamento social e baixos níveis de autocontrole. Ao discutir propostas de tratamento de adolescentes que cometeram abuso sexual, Worling et al. (2010) apontaram, entre muitos aspectos, a importância de aumentar as relações sociais, principalmente com pares. Esse foi um fato relatado pelos adolescentes como pouco

significativo, como se não se importassem em ter poucas ou quase nenhuma amizade com outros adolescentes. Entretanto, apesar da sutileza de expressão, esse fato se configura como um indicador significativo como inibidor do desenvolvimento psíquico saudável dos adolescentes.

Pesquisadora: *Mas você não fez amizade com eles [grupo de futebol da rua] para conversar, para saber?*

Augusto: *Ah... eles é meio doido. Eles vai jogar bola. Aí, chama um. Aí, vai chamando o outro. Eles não sabem o dia que vai jogar.*

Pesquisadora: *E os amigos?*

Augusto: *Os que jogam bola. Não sou muito de conversar, não.*

Pesquisadora: *Você tem algum amigo que é aquele cara que está sempre pronto a estar com você, a ajudar no que você precisar?*

Augusto: *Não. Só minha mãe.*

Pesquisadora: *Você tem amigos?*

Daniel: *Pouquíssimo.*

Pesquisadora: *Que amigo?*

Daniel: *Filho da patroa da minha mãe.*

Pesquisadora: *Quantos anos ele tem?*

Daniel: *Ele é menor.*

Pesquisadora: *Você tem algum amigo especial na escola?*

Paulo: *Não. Não eram boa companhia.*

Pesquisadora: *Todos na escola não são boa companhia?*

Paulo: *É porque eu não quero mesmo ter amizade com eles.*

Pesquisadora: *Tem amigos lá na igreja?*

Paulo: *Tem quatro.*

Pesquisadora: *Qual a idade desses amigos?*

Paulo: *O Kássio tem 15. É meu melhor amigo.*

O grupo de pares na adolescência aparece para Pereira e Sudbrack (2010) como importante fonte de socialização menos repressiva do que a família e a escola, além de desempenhar importante papel de referência social. Os adolescentes passam a ter a oportunidade de legitimar seus próprios sentimentos e visões de mundo pela identificação, compreensão e aceitação pelo grupo, sendo reconhecidos como sujeitos.

Contudo, os adolescentes que cometeram abuso sexual não estabelecem relações sociais significativas com seus pares. Por conseguinte, muitos processos sociais que favorecem seu desenvolvimento na adolescência, como estabelecimento de limites em relação ao outro, resolução de conflitos, trocas afetivas e de interesses, frustração, realização de escolhas, os quais propiciam a autonomia do sujeito, também serão limitados. Essa limitação pode favorecer a permanência do adolescente em uma condição infantil de dependência e submissão estabelecida apenas em sua relação com a mãe. O desenvolvimento é um processo integral, no qual um aspecto desenvolvimental está implicado em vários outros momentos e facetas da vida do sujeito.

Ao enfatizar a importância do outro no desenvolvimento humano, González Rey (2004b) argumentou que o outro tem significação neste processo somente quando o sujeito consegue um relacionamento que seja fonte de sentido. Portanto, se não são produzidos sentidos subjetivos na relação com o outro, este outro não será uma figura significativa

para o desenvolvimento do sujeito. Assim sendo, o desenvolvimento dos adolescentes participantes deste estudo se mostrou limitado diante das restritas relações sociais estabelecidas por eles.

Além dos três adolescentes não estabelecerem relações significativas com seus pares, as relações sociais que conseguem promover alguma proximidade apresentam risco para os adolescentes ou as crianças com as quais se relacionam. Augusto afirmou ter amizades com pessoas desconhecidas e estranhas do futebol de rua em sua vizinhança, local onde ocorreu a violência praticada por ele e, portanto, um contexto vulnerável para práticas violentas. Porém, ao ser questionado sobre quem seria seu melhor amigo, declarou ser sua mãe. Então, percebe-se que ele não tem nenhuma amizade com adolescentes e que estabeleceu uma relação de exclusividade com sua mãe, o que impede seu desenvolvimento saudável como sujeito.

Quanto a Daniel, as poucas amizades que estabelece são com meninos mais novos que ele, filhos de amigas da mãe ou de sua patroa. Esse, portanto, também é um contexto vulnerável para a reincidência do adolescente, pois Daniel cometeu abuso sexual contra o filho de uma amiga de sua mãe. Essas relações favorecem o desenvolvimento desviante e não saudável do adolescente, fortalecendo sua condição de dominação nas relações com esses meninos.

Diante das reflexões e interpretações realizadas, as relações sociais como fonte de subjetivação do adolescente que cometeu abuso sexual estão restritas principalmente à relação com a mãe. Essa, por sua vez, é uma relação que expressa sentidos de assujeitamento e dependência na subjetividade dos adolescentes, sendo, por certo, uma relação de dominação-submissão, caracterizando “o filhinho da mamãe”, que fica “protegido” de tudo e de todos, inclusive de si mesmo.

Conseqüentemente, a ausência do outro, senão a mãe, é concretizada quando todas as outras relações refletem a relação do adolescente com a mãe, pois a ausência paterna fortalece a presença materna; a relação com pares, com a escola e com a igreja também é controlada pela mãe, assim como a própria sexualidade dos adolescentes. Em suma, a relação com a mãe restringe outros espaços sociais, novas relações comunitárias e afetivas, restringindo o próprio desenvolvimento saudável do adolescente.

Zona de sentido B: “O filho de ninguém – o adolescente que não sabe quem ele é”

Esta zona de sentido expressa a relação do adolescente que cometeu abuso sexual com ele mesmo. Ela possui uma relação direta com a zona de sentido anterior, que tem como foco a presença do outro na constituição da subjetividade, pois esta, como sistema complexo, se constitui do individual e do social, ou seja, a subjetividade individual e a subjetividade social se constituem mutuamente.

Nesse cenário, quando há limitações no desenvolvimento relacional e social dos adolescentes pesquisados, também será possível haver limitações no desenvolvimento do adolescente individualmente enquanto sujeito. Durante o primeiro atendimento, houve um vazio na expressão dos adolescentes referente a eles mesmos, porquanto a relação estabelecida com a mãe se faz de maneira fusionada e, assim, não conseguem se perceber como sujeitos individualizados, com emoções e pensamentos próprios em relação a si mesmos. Inicialmente, não houve uma produção singularizada referente aos adolescentes, apenas uma expressão de si muito empobrecida em suas dimensões subjetiva, simbólica e emocional.

Na zona de sentido A, com ênfase nas relações sociais, os adolescentes conseguiram falar de si apenas por meio da mãe, como se fossem a mesma pessoa, havendo uma significativa produção subjetiva em relação à mãe, que se configura em uma relação de dependência e submissão. Já na zona de sentido B, percebe-se significativa ausência de produção subjetiva em relação a eles mesmos, de elaboração simbólica, reflexiva e emocional sobre si próprios.

Daniel conseguiu falar brevemente de si mesmo, mas este se constituiu como ponto nevrálgico de sua expressão, pois se expôs sem reservas ao se desqualificar, se desvalorizar. Contou sobre a sua lentidão, a dificuldade de escrever e de memorizar, chegando até mesmo a gaguejar ao falar de suas limitações. Ele acredita na possibilidade de ser melhor apenas por meio da mãe, não por ele mesmo, retornando novamente à sua dependência materna.

Pesquisadora: *Você tem dificuldade?*

Daniel: *Todas. De escrever... Eu escrevo. Dificuldade de escrever rápido. Depois, eu tento... [gaguejando] Quando eu tô escrevendo na lousa é que eu tenho dificuldade de escrever rápido. A professora vai e apaga.*

Pesquisadora: *Como sua mãe sabe que não era verdade?*

Daniel: *Ela tem a mente mais melhor que eu e ela sabe se é ou não é verdade.*

González Rey (2009) indicou que um dos aspectos essenciais da reivindicação do sujeito para seu desenvolvimento deve ser a tensão existente entre a subjetivação individual e a pressão social. Para o autor, a subjetividade individual delimita um espaço de subjetivação que se confronta com os espaços sociais de subjetivação. Destarte, essa tensão é essencial para o desenvolvimento de ambos os níveis, individual e social.

Contudo, a possibilidade dessa tensão e, conseqüentemente, da subjetivação, se encontra limitada na vida dos adolescentes que cometeram abuso sexual, pois nem mesmo lhes é permitido acesso contínuo a múltiplos espaços sociais e relacionais. O controle e o domínio das mães os aprisionam a elas e ao espaço doméstico, não sendo oferecidas aos adolescentes outras fontes de subjetivação que não estas. Assim, a possibilidade de ter uma produção subjetiva diferenciada e singularizada também se torna limitada. Ao não dispor da possibilidade de confronto social, os adolescentes não se constituem como sujeitos ativos do seu processo de desenvolvimento.

O individual está limitado pelo social e o social fica limitado pelo individual. Tais limitações compareceram nos atendimentos seguintes, ora com maior gravidade, ora com menor gravidade. No segundo atendimento, aparentemente, Augusto iniciou uma reflexão sobre si mesmo referente ao seu presente e ao seu futuro, que expressou um sentido de perseverança, de não desistência diante das adversidades e de acreditar em si mesmo. Porém, logo se voltou para a mãe e explicitou que essa é uma reflexão que parte da mãe, do discurso dela, do qual ele se apropriou. No entanto, ao final, conseguiu expressar um novo sentido em sua vida, de não mais querer fugir, de enfrentamento. Nesse sentido, houve a tentativa de ser sujeito de sua própria história e parte dessa elaboração se constituiu na relação com a mãe, que, contraditoriamente, também restringe o desenvolvimento do adolescente.

Pesquisadora: *Hoje...*

Augusto: *Novo dia de viver.*

Pesquisadora: *No futuro...*

Augusto: *Crescer.*

Pesquisadora: *Acredito...*

Augusto: *No futuro.*

Pesquisadora: *Eu sou...*

Augusto: *Pessoa que vai conseguir o que quer.*

Pesquisadora: *Agora...*

Augusto: *É a hora de viver.*

Pesquisadora: *Você colocou no “hoje” “um novo dia de viver”.*

Augusto: *Que amanhã vai chegar, vai chegar pra nós.*

Pesquisadora: *Sua mãe fala?*

Augusto: *É. Quem sabe o amanhã. Que pode dormir hoje e depois pode chamar ela. Pode tá morta no outro dia, né?*

Pesquisadora: *Você concorda?*

Augusto: *Com a minha mãe?*

Pesquisadora: *É.*

Augusto: *Sim.*

Pesquisadora: *Me fala uma palavra sobre a conversa de hoje para você.*

Augusto: *A vida, né? Da vida, assim, quando eu falava que queria fugir...*

Pesquisadora: *E agora, nem está pensando nisso mais?*

Augusto: *Não. Isso aí já ficou no passado.*

Pesquisadora: *É mesmo? Que coisa boa!*

Augusto: *Agora é só coisas novas.*

González Rey (2011b) explicou que um aspecto central da subjetividade é o caráter não racional. Contudo, a racionalidade e a concretude do pensamento constituem a expressão de Daniel a respeito de si mesmo, o que demonstra sua dificuldade de elaboração simbólica e emocional. Daniel se referiu a ações dele em relação ao contexto doméstico, espaço social ao qual tem maior acesso e em que tem maior vivência, no qual ser bagunceiro é “não fazer” o que a mãe ordena que ele faça em termos de serviços domésticos.

Pesquisadora: *Se alguém perguntasse para mim como é o Daniel, o que eu deveria dizer?*

Daniel: *Bagunceiro na sala e também em casa.*

Pesquisadora: *Bagunceiro?*

Daniel: *Na sala, eu já não sou bagunceiro. Mas também em casa, eu já faço a bagunça.*

Pesquisadora: *Como você faz bagunça em casa?*

Daniel: *Esqueço de lavar a vasilha, não passo vassoura no chão...*

As subjetividades social e individual são momentos diferentes de um mesmo sistema. González Rey (2009) destacou que ambas as instâncias da subjetividade são sistemas processuais em permanente desenvolvimento, os quais se expressam por meio dos sujeitos que se posicionam ativamente no curso deste desenvolvimento. Entretanto, a subjetividade social constituída pelos adolescentes e por suas famílias se configura por meio do isolamento social, pelo controle da mãe sobre os filhos, seja pela dependência dela mesma ou por religião, restrição afetiva, repressão da sexualidade, baixa escolaridade, assim constituindo uma subjetividade individual de dependência afetiva mútua e assujeitamento dos adolescentes.

Nesse cenário concreto e simbólico, o desenvolvimento psíquico saudável dos adolescentes que cometeram abuso sexual se encontra comprometido, pois não conseguem perceber o outro como sujeito, assim como não conseguem se perceber e se posicionar como sujeitos da própria história. Assim sendo, há um vazio de trocas sociais, um empobrecimento de produção subjetiva diante de tantas limitações.

Aspectos culturais e históricos também são constituintes da subjetividade social dessa realidade, uma vez que essas famílias têm histórias de repressão e de submissão, especialmente as mulheres-mães, que se desenvolveram em uma realidade interiorana em que se configura a família goianiense, permeada por uma cultura ainda provinciana, em que os conflitos são encobertos em prol de uma moral irrepreensível. Essa é uma postura que se perpetua na relação entre mães e filhos, constituindo uma subjetividade individual dos filhos também reprimida e submissa e, portanto, assujeitada.

O sujeito se constitui na legitimidade de seu pensamento, de sua reflexão e das decisões por ele tomadas. Diante disso, o sujeito entra na dinâmica complexa da vida social (González Rey, 2009). Todavia, o controle excessivo das mães e toda a subjetividade social constituída em processos limitadores não permitem que os adolescentes assumam esse lugar de sujeito ativo. Como consequência, não conseguem uma expressão subjetiva singularizada de si mesmos, de sentidos subjetivos que configurem a percepção que têm de si próprios. Nessa dinâmica relacional, o adolescente que cometeu abuso sexual não percebe o outro (vítima) como sujeito, bem como o outro (mãe) não permite que ele se perceba e se constitua também como sujeito do seu desenvolvimento. Em uma perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento, o social se torna relevante para o desenvolvimento psíquico somente quando considera a posição ativa do sujeito nos diferentes espaços sociais.

A dificuldade de elaboração simbólica, a concretude e a racionalidade do pensamento em relação a si mesmo compareceram novamente no terceiro e no quarto atendimentos de Paulo. O adolescente construiu uma lógica racional de que será independente ao conquistar emprego, dinheiro, carro e casa. Essa lógica foi construída a partir do discurso da mãe, ao afirmar que enquanto Paulo estiver na casa dela, dependendo dela financeiramente, quem decide sobre a vida do filho é a mãe. Não obstante, essa concretude material que transparece tanto no discurso da mãe quanto no discurso de Paulo expressa uma realidade ideológica e subjetiva da contemporaneidade, uma vez que o conceito de cidadania e autonomia está cada vez mais atrelado aos valores de consumo.

Para Castro e Guareschi (2007), o cidadão contemporâneo é aquele que tem o poder de produzir e consumir produtos, de modo a perpetuar a ordem do mundo globalizado: nascer, estudar, se profissionalizar, trabalhar para consumir, consumir para ser. Os autores advertiram que a globalização marginaliza as pessoas que estão fora do mundo do consumo, as quais vivem uma verdadeira exclusão do ser. Dessa forma, o discurso de autonomia pela via do consumo, assumido por Paulo, também expressa valores sociais e históricos que têm aprisionado o sujeito em uma ilusão consumista, de acordo com a qual “é preciso consumir para ser”.

Pesquisadora: *Quais são seus planos para o futuro?*

Paulo: *Ter minhas coisas. Tudo que eu preciso.*

Pesquisadora: *O que você precisa?*

Paulo: *Minha casa, carro... Tudo que eu precisar.*

Pesquisadora: *Você acha que precisa dessas coisas?*

Paulo: [rindo] *É, e um serviço que ganha dinheiro, também.*

Pesquisadora: *Então, esse é um objetivo seu, “sair da casa da sua mãe”?*

Paulo: *É.*

Pesquisadora: *Por quê?*

Paulo: *Ah, não! Porque eu quero ter minha casa, minhas coisas. Se eu ficar na casa da minha mãe, eu nunca vou comprar nada pra mim. Mais fácil eu sair, que eu compro minhas coisas. E também vou fazer as coisas que eu quero se tiver morando na minha casa.*

Pesquisadora: *Meu sonho...*

Paulo: *É ter um emprego bom.*

Pesquisadora: *Gostaria...*

Paulo: *De tá trabalhando.*

Pesquisadora: *No futuro...*

Paulo: *Ter minhas coisas, minha casa, carro, ter um bom emprego.*

Pesquisadora: *Dinheiro...*

Paulo: *Quero muito.*

A expectativa de Paulo em ser sujeito da sua vida, da sua história, em ser autônomo, se concentra na ação de ter, de consumir, de adquirir bens. Só assim acredita que poderá ser quem deseja ser, fazer o que gosta e ser livre do controle e do domínio da mãe. Esse é o sentido de ser que Paulo produz, empregando um plano prospectivo de emancipação por meio de uma lógica consumista. Daniel também associa o trabalho ao consumismo. Entretanto, para ele, esse sentido se limita ao consumo e não à perspectiva de ser, talvez por Daniel viver maiores privações materiais do que Paulo.

Pesquisadora: *Ah, tá. Você tem vontade de ser adulto?*

Daniel: *Sim e não. Sim pra trabalhar e conseguir dinheiro pra comprar as coisas que eu gosto. Dinheiro, pra mim, não é importante. Importante, pra mim, é o que ele traz.*

Pesquisadora: *Como assim?*

Daniel: *Pra não ficar naquela chatice toda, só trabalhar, dormir e assistir jogo. Não, prefiro desenho.*

Pesquisadora: *Então, você não quer ser adulto?*

Daniel: *Hã-hã.*

Pesquisadora: *Por que tem de trabalhar?*

Daniel: *Trabalhar até que eu quero, mas eu só não quero ficar naquela chatice.*

Pesquisadora: *Ficar na chatice?*

Daniel: *Trabalhar eu sei que é chato de natureza. [gaguejando] Sentado, vendo jornal de notícias e vendo este mundarel agressivo. (...) É. Sempre gostei de brincar. Uma pergunta que não sai da minha cabeça é “por que os adultos não gostam de brincar?”*

Nesse momento da fala de Daniel, começaram a ser evidenciados indicadores de caráter “patológico” constituintes do seu processo desenvolvimental, mostrando seu desejo de permanecer infantil aos 14 anos, ao comentar sobre a chatice da vida adulta. Esse desejo se complementou quando Daniel expôs o lugar da televisão e dos desenhos em sua vida.

Pesquisadora: *Hoje...*

Daniel: *TV.*

Pesquisadora: *Hoje, TV? O que você quis dizer?*

Daniel: *A TV é o único amigo [gaguejando] que eu tenho.*

Pesquisadora: *O que você anda pensando nos últimos dias?*

Daniel: *Desenho.*

Pesquisadora: *Só desenho?*

Daniel: *Única coisa que tem pra pensar, né?*

Ao enfatizar o outro como fonte de sentido subjetivo, como figura significativa para o desenvolvimento, González Rey (2004b) asseverou que esse sentido pode “se expressar tanto em favor do desenvolvimento quanto em favor do caráter patológico desse processo” (p. 8). Diante do isolamento social vivenciado por Daniel, a televisão se torna a única possibilidade de estabelecimento de vínculo além da mãe. Dessa forma, a realidade fantasiosa e lúdica dos desenhos oferece elementos simbólicos “patológicos” para a sua produção subjetiva, com a presença de heróis e vilões, de poderes sobre-humanos, em histórias nas quais não há morte nem dor e “até os vilões saem ganhando”. No quarto atendimento, a centralidade da fantasia na subjetividade de Daniel se configurou de maneira ainda mais evidente e acentuada.

Pesquisadora: *Fantasia...*

Daniel: [gaguejando] *Inventar uma máquina que transforma o inanimado em real, desenhos, essas coisas. (...) É que a vida no desenho, todo mundo sai ganhando.*

Pesquisadora: *No final, tudo dá certo?*

Daniel: *Até pros vilões!*

Pesquisadora: *O que do inanimado você gostaria que se tornasse real?*

Daniel: *Ah, deixa eu ver... Máquinas, poderes especiais. (...) Homenetrix. Porque os poderes são bom e não mata ninguém. Dói, mas não mata.*

Pesquisadora: *Ah, bom. Então, se você pudesse tornar o inanimado em real, você queria?*

Daniel: *Na verdade, eu até posso. Só que não inventei essa máquina ainda.*

Pesquisadora: *Ah.*

Daniel: *Só não sei como eu vou conseguir. Só preciso das coisas certas.*

Pesquisadora: *Mas tudo isso aí ainda é inanimado, não é real. Tudo isso é só hipótese sua.*

Daniel: *Hipótese que pode ser real.*

Pesquisadora: *E como você poderia criar uma máquina dessas?*

Daniel: *Primeiro, inventar uma dimensão e pegar essa dimensão... Ia criar um jeito de todos esses personagens existir nessa dimensão.*

Pesquisadora: *O que essas máquinas deveriam fazer?*

Daniel: *Ajudar.*

Pesquisadora: *Ajudar o que?*

Daniel: *As pessoas, uai.*

Pesquisadora: *Ah...*

Daniel: *Ajudar do jeito que pode. Um recolhe o lixo e joga lá fora. Um arruma a casa. O outro, se o canal de TV tiver ruim, arruma.*

Ao propor reflexões psicológicas contemporâneas, Ratner (1995) apresentou uma discussão coerente acerca da psicopatologia seguindo os princípios da psicologia socio-histórica. Para o autor, disfunções psicológicas graves também devem ser compreendidas por meio de um paradigma abrangente, pois até mesmo Vygotsky mencionou, por exemplo, o pensamento psicótico como originário de interações sociais perturbadoras. De forma semelhante a González Rey, Ratner (1995) buscou romper com generalizações

psicopatológicas imprecisas e mentalistas, mas este posicionamento não significa negar processos psíquicos de caráter patológico constituídos socialmente. Portanto, ele utilizou o termo “loucura” ou “disfunção psicológica” para evitar conotações médicas e comportamentais que permeiam a linguagem psiquiátrica convencional, as quais, em sua essência, aprisionam o sujeito em um diagnóstico. Ratner (1995) declarou que, “despojado de apoio social, o indivíduo deve solitariamente constituir o próprio mundo, e esse esforço é malsucedido devido seu caráter associal” (p. 209). Ao adotar essa concepção de psicopatologia, o termo “patológico” nesta análise é utilizado entre aspas, para que seja garantida sua conotação diferenciada das concepções deterministas e individualistas do fenômeno psicológico.

Essa é exatamente a dinâmica psíquica por meio da qual Daniel tem se desenvolvido. Diante de um mundo ruim, repleto de dor e sofrimento, apresentado e paradoxalmente negado ao adolescente pela mãe insegura, o mundo lúdico e fantasioso se apresenta como único recurso vincular possível e desejado por Daniel. Daí decorrem seu desejo de não querer se tornar adulto, sua fantasia de achar que sua vida é “uma maior brincadeira” e sua crença de que é possível criar uma máquina que transforma o inanimado em real. Os fatos de se referir aos personagens como companhias reais do seu dia a dia e de ter perpetrado a violência sexual por um ano, sendo considerada por ele uma “brincadeira” em que estava “viciado”, são sérios indicadores de um processo de desenvolvimento psíquico “patológico”, o qual se configura exatamente na dimensão associal que expressa essa relação entre sujeito, objeto e fantasia.

Daniel internalizou a realidade idealizada dos desenhos, configurando-a como recurso subjetivo para suportar o vazio da solidão, desde que os desenhos são reconhecidos por ele como “a única coisa que tem para pensar”. Os desenhos também se apresentam como uma realidade menos ameaçadora, a qual não exige envolvimento emocional

interpessoal que pode torná-lo vulnerável ao sofrimento. Entretanto, ao propor “uma máquina que transforma o inanimado em real”, paradoxalmente, Daniel expressou seu desejo de romper com a fantasia, mas não com o que ela lhe oferece, pois é um mundo em que nada lhe é proibido, em que ele é independente, em que ele é quem tem o poder da dominação, dominação esta objetivada principalmente na violência sexual praticada. Interessante observar que muitos elementos da realidade fantasiosa criada por Daniel expressam sua realidade e seus desejos subjetivos. O desejo de construir uma máquina que, por exemplo, ajudaria as pessoas a recolher o lixo, jogar fora e arrumar a casa, representa algo que o auxiliaria a se libertar da “escravidão” imposta pela mãe, pois essas são atividades domésticas que estão sob a responsabilidade diária de Daniel por ordem de sua mãe.

Diante dessas considerações, a “patologia” se configura como possibilidade de preencher um vazio que deveria ser preenchido por relações sociais de trocas afetivas com outros humanos que sejam fonte de subjetivação, e não seres inanimados, que lhe oferecem perspectivas irreais de ser. Contudo, o sintoma ou a atividade psicológica que está culturalmente desorganizada na perspectiva socio-histórica não se expressa para cristalizar o sujeito ou para apresentar uma tendência incapacitante na condição “patológica”, mas comunica a maneira que o indivíduo encontrou para lidar com seu sofrimento subjetivo, que, no caso de Daniel, se refere especialmente à solidão.

Ao partir da perspectiva dos direitos humanos e da psicologia socio-histórica, considera-se que os adolescentes são sujeitos de direito que vivem a peculiar situação de seres humanos em processo de desenvolvimento, o que lhes permite construir suas potencialidades (Bock, 2011; Brasil, 1988; Machado, 2006). Dessa maneira, vivem um processo de desenvolvimento que é permanente, assim como sua constituição subjetiva e de sua identidade que está em processo contínuo de transformação (Ciampa, 2004). Com

base nessas considerações, o foco não está no caráter “patológico”, mas no processo contínuo de constituição do adolescente e, conseqüentemente, na possibilidade de rompimento do processo “patológico” e da construção de um desenvolvimento saudável. Para tanto, faz-se necessário construir novas condições sociais, relacionais e afetivas na vida do adolescente, que favoreçam a produção de novos sentidos subjetivos a partir dessas relações.

No quarto atendimento, diferentemente de Daniel, Augusto conseguiu expressar um pensamento emocionalmente elaborado e mais reflexivo a respeito de si mesmo, ainda que, inicialmente, apresentasse uma expressão fusionada à mãe quanto às suas qualidades. Posteriormente, expressou um sentido de sofrimento subjetivo ao ser desqualificado pelo outro.

Pesquisadora: *Quais são suas qualidades?*

Augusto: *Ah, um menino que gosta da mãe, que não gosta de sair, não gosta de festa, não gosta... É qualidade.*

Pesquisadora: *Então, vamos pensar agora, quem é o Augusto?*

Augusto: *Legal, inteligente, que gosta de soltar raia, jogar bola. (...) Não sou briguento não, mas não gosto que as pessoas fica olhando de banda comigo...*

Pesquisadora: *Olhar preconceituosamente?*

Augusto: *Aquela pessoa que olha de cima abaixo.*

Pesquisadora: *Mas se mexerem com você, você não vai fazer nada?*

Augusto: *Não, não tenho coragem, não.*

Pesquisadora: *Você fica na sua?*

Augusto: *Abaixo a cabeça e vou embora.*

Pesquisadora: *Isso incomoda você? Essas brigas, esse nervosismo, discussões...* [com a irmã]

Augusto: *Ah, um pouco. É ruim.*

Pesquisadora: *O que acontece que você acha ruim?*

Augusto: *Quando começa a briga, assim. As palavras que troca um pro outro é ruim, machuca por dentro. A gente acha que só machuca por fora, mas, no fundo, no fundo, machuca por dentro, não é? (...) Ela [irmã] me falava, assim, que eu não trabalhava, que eu era vagabundo. E isso me machucava muito.*

Pesquisadora: *O que mais você admira no Harry Potter?* [filme preferido]

Augusto: *No Harry? A inteligência dele, que vai além do medo. Que ele supera, né? Que ele faz.*

Pesquisadora: *Me explica mais.*

Augusto: *O medo dele faz ele criar mais coragem, mais inteligência, ser mais esperto...*

Augusto expressou sua insatisfação ao ser percebido de maneira preconceituosa, seja pelo olhar de desqualificação de sua aparência por pessoas na rua ou pela fala da irmã, também com palavras ofensivas e de desqualificação do sujeito. Ele mostrou um sofrimento emocional diante da desqualificação, de não ser reconhecido como sujeito, de não ser respeitado como pessoa humana, por sua maneira de se vestir e de ser considerado “vagabundo” por não estar trabalhando. São concepções culturais e sociais de estereótipos que desconsideram o sujeito, sua maneira singularizada de ser. Paralelamente à dor de ser desconsiderado em sua singularidade, Augusto expressou admiração pelo personagem

Harry Potter, por sua coragem, inteligência e esperteza perante o medo. Nesse momento, Augusto desejava romper com o medo e ser um jovem corajoso, inteligente e esperto, características essas que acredita não possuir. Em sua concepção, esse seria um lugar de reconhecimento e valor.

Nesta zona de sentido, portanto, se configura a expressão do “filho de ninguém”, de adolescentes que não sabem quem são, porquanto, apesar de serem adolescentes em desenvolvimento, estão diante de condições que os impedem de se constituir como sujeitos ativos, produtores de sua história, que os impedem de produzir sentidos subjetivos que os permitam se desenvolver psicologicamente de maneira saudável e autônoma. Assim sendo, o ser “filho de ninguém” expressa um “sujeito encapsulado”, um adolescente que não apresenta desenvolvimento afetivo e emocional em relação ao outro correspondente ao seu desenvolvimento físico e biológico.

Produtos e produtores de subjetividades social e individual mutuamente empobrecidas em suas dimensões simbólica e emocional, os três adolescentes não conseguem elaborar uma produção subjetiva singularizada de si mesmos. Tentam por uma via racional e concreta, que expressa dimensões externas a eles, ou assumem as concepções e o discurso das mães sobre eles, ou ainda, no caso específico de Daniel, tenta por meio da fantasia.

Contudo, González Rey (2009) asseverou que ambas as instâncias da subjetividade, social e individual, “são sistemas processuais em desenvolvimento permanente” (p. 145). Nesse sentido, acredita-se na possibilidade de novas produções subjetivas do adolescente que cometeu abuso sexual, de sentidos subjetivos que expressem seu posicionamento ativo como sujeitos diante de novos espaços sociais e relacionais. Dessa forma, poderão construir relações que sejam novas fontes de subjetivação, que favoreçam seu

desenvolvimento psíquico saudável e contínuo, não mais limitado às condições atuais que os caracterizam como “os filhos de ninguém”, como alguém sem referências relacionais.

Zona de sentido C: “O filho da mãe – o adolescente estigmatizado autor de violência sexual”

Nesta zona de sentido, busca-se compreender a complexidade da violência sexual na subjetividade dos adolescentes que cometeram este ato. Aqui, o ato de violência se configura de maneira singular para cada adolescente e, simultaneamente, nos permite tecer reflexões acerca desta realidade enquanto subjetividade social compartilhada e construída antes do abuso sexual e posteriormente ao ato que os levou à condição de “filhos da mãe”, ou seja, de sujeitos odiados pela sociedade.

González Rey (2009) citou a violência familiar para exemplificar que os elementos de sentido envolvidos na experiência de violência de um sujeito serão diferentes do mesmo tipo de elementos de outro sujeito, pois o comportamento de violência ou qualquer outro comportamento em si mesmo “não é a expressão objetiva de nenhuma entidade psicológica universal” (p. 134). Ao tratarmos da subjetividade, nos referimos a dimensões subjetivas específicas da experiência e da história de cada adolescente, que expressam motivações singulares a respeito da violência sexual praticada por eles, mas que também expressam dimensões da subjetividade social compartilhada, a qual, de alguma maneira, legitimou o ato para eles. Durante o primeiro atendimento clínico, quando se expressaram sobre o abuso sexual cometido, demonstraram expectativa a respeito do ato sexual, de experimentação, de curiosidade, de “pensar alguma coisa e acontecer outra”.

Augusto: *Foi numa hora pra outra. Por causa de uma brincadeira. Aí, pegou e aconteceu...*

Pesquisadora: *Mas, isso foi ideia sua ou você ficou... sabia dessas coisas e quis?*

Augusto: *Foi. Foi quase isso, né? Só que de uma forma inesperada.*

Pesquisadora: *Em algum momento você percebia que tinha alguma atração, achou legal e...*

Augusto: *É... Pensar alguma coisa e acontecer outra, como aconteceu... Já era tarde demais.*

Pesquisadora: *Você queria também?*

Daniel: *É pra quando chegasse essa hora verdadeira, não fizesse nada de errado. Quando chegasse a hora verdadeira, quando tivesse a mulher, não fizesse nada de errado.*

Pesquisadora: *Vocês tinham assistido um filme pornô antes?*

Daniel: *Assistimos, mas só a primeira parte.*

Pesquisadora: *Esse aconteceu, como foi?*

Paulo: *Foi andando pra construção...*

Pesquisadora: *O que pensou na hora?*

Paulo: *Foi rápido demais.*

Pesquisadora: *Você quis ir?*

Paulo: *Tava só eu e ele só. Foi a única vez também. (...) Os irmãos dele [vítima] vivia no meio e ficava rindo... Eles eram três irmãos. É... A vez do irmão do Augusto, eu cheguei a ver, as outras eu só ouvi falar...*

Pesquisadora: *Então, você viu uma vez.*

Paulo: *É que quando era na rua, tudo junto, ficava na rua jogando bola... Eles ficavam escondidos no mato...*

Peres (2012) enfatizou que, “embora o sujeito produza uma subjetividade que aparece em um momento de sua própria história, ela não pode ser descolada da história da sociedade em que vive” (p. 194). Nesse sentido, a sexualidade do adolescente, por exemplo, se expressa em sua história singular, mas articulada a processos socialmente e culturalmente constituídos. Como apontou Kahhale (2011), discutir a sexualidade na adolescência gira em torno de discutir valores, normas sociais e culturais, significa buscar compreender as versões individuais de algo que é social. Por conseguinte, cada vez mais a sociedade pós-moderna idealiza e reproduz uma sexualidade hedonista e performática, com padrões distantes do aspecto relacional que a constitui. A sociedade brasileira tem utilizado a prática de exibição dos corpos por intermédio de inúmeros mecanismos culturais veiculados principalmente pela mídia, e essa prática tem alcançado crianças e adolescentes (Felipe, 2006).

Para os três adolescentes participantes desta pesquisa, que cometeram abuso sexual, a relação com a televisão é sua principal via de contato social e lazer, sendo este o meio de comunicação de maior veiculação de informações relacionadas à sexualidade pela mídia a que eles estão expostos. A outra via de contato social desses sujeitos é a família, com relações dominadoras e de submissão, especialmente em relação às mães, como visto na zona de sentido A. Por sua vez, as mães assumem uma relação submissa com a religião,

transferindo tal controle religioso aos filhos por meio da repressão da sexualidade. Assim, os adolescentes se deparam com informações contraditórias quanto à sexualidade, uma vez que são estimulados pela televisão, por meio de filmes e novelas, mas vivem a repressão da família e da religião, o que gera conflito subjetivo.

A prática da sexualidade também é estimulada nas relações sociais que Augusto e Paulo estabeleceram no grupo de futebol da rua. Nele, compartilhavam das “brincadeiras” que aconteciam com a criança contra a qual praticaram violência sexual e com outros meninos “no mato”, principalmente atos de violência sexual praticados pelos irmãos da vítima, isto é, eram atividades comuns ao grupo, tidas como “brincadeiras normais”. Esse movimento grupal legitima o ato de violência, não reconhecido como tal e já praticado pela maioria. Quando Daniel e seu amigo, uma criança mais nova, assistiram parte de um filme pornográfico, a criança desafiou Daniel afirmando que ele não teria coragem de fazer “aquilo”. Ao ser desafiado, Daniel se sentiu autorizado a praticar o ato. Os dois contextos geraram curiosidade, desafio e legitimaram nos adolescentes a crença da aceitação de uma experiência de dominação.

Esses aspectos podem ser destacados como dimensões significativas do abuso sexual extrafamiliar, pois são socialmente constituídos por meio das relações familiares e grupais. Importante destacar que as famílias dos três adolescentes vivenciam crenças religiosas rígidas que constroem uma subjetividade proibitiva quanto a falar sobre sexo com seus filhos, ou até mesmo de pensar na possibilidade de namorar, o que indica uma educação repressora e autoritária, não dialógica, que limita o desenvolvimento saudável da sexualidade destes sujeitos. Entretanto, o impedimento pela não permissão das mães não anula ou interrompe o desenvolvimento hormonal desses adolescentes, o que também pode ter favorecido tal impulso, como expresso por Augusto, “de forma inesperada”.

A educação repressora pode ser considerada um aspecto que constitui o sentido de curiosidade e experimentação do abuso sexual para os adolescentes, uma transgressão como possibilidade de vivenciar sua sexualidade reprimida. Penso et al. (2012) destacaram esse fator de repressão da sexualidade na vida desses adolescentes que, segundo as autoras, relaciona-se com o fato de as mães não permitirem que eles desenvolvam sua sexualidade. A não construção de uma educação sexual dialogada mas apenas proibitiva pode levar o adolescente a diversas concepções equivocadas a respeito da sexualidade, como: não diferenciar a experimentação sexual com crianças e com adolescentes da mesma idade; não perceber a gravidade do ato sexual com crianças mais novas; estar vulnerável às situações mais acessíveis a eles, até mesmo porque nem namorar as mães permitem.

Nesse sentido, Oliver (2007) apontou aspectos preventivos do abuso sexual de crianças e/ou adolescentes por adolescentes. Entre eles, destacou justamente a importância de conversar com os jovens sobre os danos e as causas do abuso sexual, de se conhecerem, de conhecerem seus desejos e necessidades e de refletirem sobre suas possibilidades reais, propiciando-lhes uma educação sexual saudável. Essa indicação preventiva requer, essencialmente, uma comunicação aberta e dinâmica entre jovens e adultos. Entretanto, o diálogo acolhedor só é possível quando há a construção de uma relação respeitosa e horizontal, principalmente entre pais e filhos, o que não se percebe na relação entre Paulo, Augusto e Daniel e suas respectivas mães.

Ao falar sobre o abuso sexual, Augusto repetiu as palavras “de uma hora para a outra” e “de forma inesperada”, enquanto em outras vezes, silenciou. Também demonstrou certa surpresa e, contraditoriamente, expressou certa frustração quanto ao seu ato, afirmando que “foi totalmente ruim”. Entretanto, são palavras verbalizadas sem uma reflexão do sujeito. Percebe-se o empobrecimento linguístico e reflexivo quando tentou dizer o que sentiu, mas apresentou dificuldade para definir sua experiência. Esse

empobrecimento pode ser referente às experiências relacionais e sociais restritas e também empobrecidas, as quais Augusto vivenciou ao longo de sua vida.

Pesquisadora: *Inesperada?*

Augusto: *É... que aconteceu. Foi sem motivo. Aí, pegou e eu nem saía pra rua direito, ficava só dentro de casa.*

Pesquisadora: *Você pensou nas consequências?*

Augusto: [silêncio] (...) *Ficou certo. Aí, foi assim, uma coisa inesperada. Foi ao acaso. Aí, aconteceu. Foi totalmente ruim...*

Pesquisadora: *Não ficou ereto o seu pênis? Nem chegou a ejacular?*

Augusto: *Não. Só que num durou assim... como tá no papel... Eles falou que foi muito tempo e que tava bom... Não chegou ao caso de sentir prazer, né?*

Pesquisadora: *Chegou a ficar curioso? Como foi isso?*

Paulo: *Não lembro.*

Pesquisadora: *Consegue lembrar de algum sentimento daquela hora?*

Paulo: *Não.*

Peres (2012) destacou que a complexa experiência emocional de contradições na vida concreta do sujeito permite gerar sentidos subjetivos que orientam suas atividades e relações. Nas colocações de Augusto, a contradição se faz presente. Ao mesmo tempo em que existiu o desejo da experimentação, expresso de maneira sutil, ele também considerou a violência sexual como um ato ao acaso, como se jamais tivesse pensado na possibilidade de sua ocorrência, ao passo que, em outro momento, demonstrou frustração em relação a determinada expectativa. Já Paulo apenas se referiu ao grupo do contexto em que ocorreu a

violência sexual, mas negou qualquer lembrança de aspectos pessoais referentes ao ato cometido, como se houvesse uma interdição ao reconhecimento do gozo, do prazer, pois não pode ser bom, segundo a repressão da mãe. Entretanto, ao contar sua história de vida, relatou que foi abusado sexualmente por colegas aos 8 anos de idade, por duas vezes, mas nada falou sobre este fato ao longo dos quatro primeiros atendimentos.

Na experiência de Daniel, a contradição também se fez presente. Ele disse o que pensava sobre o abuso sexual, sobre o seu desejo, porém não assumiu inteiramente a responsabilidade sobre o seu ato, depositando parte da culpa na vítima. A consciência acerca da culpa e, ao mesmo tempo, a necessidade de compartilhá-la foram edificadas diante da gravidade da experiência do abuso sexual, pois o ato foi perpetrado ao longo de um ano. Daniel afirmou que perguntava para a vítima se queria parar e esta dizia que não, o que, para ele, legitimava a continuidade do seu ato e diminuía sua culpa e responsabilidade. A tentativa de diminuir a culpa ou de justificar o acontecido expressa um sentido subjetivo de reparação do sofrimento posterior, discutido a seguir.

Daniel: *A verdade é que o Flávio [vítima] quis. Eu vivia perguntando pra ele se ele queria parar. Ele mesmo dizia que não. Aí, deu no que deu... Eu não ia fazer nada sem ele querer...*

Pesquisadora: *Você queria?*

Daniel: *Pouquinho.*

Pesquisadora: *E aconteceu mais de uma vez?*

Daniel: *Hã-hã.*

Pesquisadora: *Muitas vezes?*

Daniel: *Hã-hã.*

Tanto Daniel quanto Augusto comentaram que sabiam ser errado o que fizeram, porém, não sabiam das consequências e de se tratar de um crime, o que expressa a não percepção da violência como tal. Isso nos remete a outro aspecto social, recorrente em contextos sociais vulneráveis, que é a educação formal e preventiva falha, bem como informações que nem mesmo seus responsáveis possuem para orientá-los, apenas utilizando um excesso de proibições. Contudo, a não percepção da violência como tal também está atrelada a uma significativa dimensão subjetiva desses adolescentes que será discutida adiante, ou seja, a não percepção da vítima enquanto sujeito, o que não é estranho, pois eles próprios não são considerados sujeitos.

Augusto: *O que eu fiz é errado.*

Pesquisadora: *Mas você sabia que era errado?*

Augusto: *Na hora, eu sabia.*

Pesquisadora: *Sabia?*

Augusto: *Sabia. Só não tinha noção das consequências.*

Pesquisadora: *O que você achava que estava acontecendo?*

Daniel: *Nada.*

Pesquisadora: *Nada?*

Daniel: *Só o que estava acontecendo mesmo.*

Pesquisadora: *Crime...*

Daniel: *Nenhum, até agora.*

Augusto não percebeu seu ato de abuso sexual como violência; no entanto, ao falar sobre sua concepção de violência, que se refere ao ato de “bater”, remeteu à história de sua infância. Augusto se colocou no lugar de vítima, de alguém que sofreu “brincadeiras” que geraram sofrimento e que ainda tem em sua memória simbólica e emocional a dor deste lugar.

Augusto: *Antes, né? Quando eu era menor, pedia pra minha mãe me tirar da escola, porque eles tavam me batendo. Tinha umas brincadeira de jogar dentro do lixo, sabe? Enfiar sua cabeça dentro do lixo.*

Pesquisadora: *Como eles batiam em você?*

Augusto: *Ah, a gente brincava. A gente tava correndo no meio deles, eles pegavam e rumava a bicuda sem dó...*

Pesquisadora: *Chutavam?*

Augusto: *Chutava, dava murro... Um dia, eu levei um tapa na cara que eu nunca esqueci até hoje...*

Pesquisadora: *Sem motivo?*

Augusto: *É, sem motivo. Aí, ficava lá... Minha mãe não sabe disso até hoje.*

Stelko-Pereira e Williams (2010) discutiram o conceito de violência escolar e, entre suas categorias, definiram *bullying* como “situação em que uma criança ou estudante é exposto repetidamente e ao longo do tempo a ações negativas, que podem tanto ser físicas, psicológicas ou sexuais, por parte de outros alunos” (p. 51). São, portanto, situações de violência entre pares de caráter preconceituoso e em condição desigual de poder. Augusto sofreu *bullying* repetidas vezes, de forma física ou psicológica, não apenas na infância, mas também na adolescência. Entretanto, as consideradas “brincadeiras” não são percebidas por ele como violência. Mesmo não percebendo a violência, o adolescente

expressou sofrimento ao fazer reflexões sobre essa experiência, a qual, mesmo inconscientemente para ele, faz parte de sua condição subjetiva de vítima, de uma condição de ser dominado e assujeitado, assim como na relação com sua mãe, também não percebida conscientemente por ele.

Para González Rey (2009), os sentidos subjetivos sempre estarão associados ao sujeito, em suas tensões e nas consequências de suas ações e relações nos diferentes espaços sociais de que participa ativamente. Essa produção subjetiva começa a ser expressa após a denúncia da violência sexual cometida pelos adolescentes, quando sua ação se torna pública. Eles passam a se relacionar com espaços sociais até então não experienciados, como a justiça, perante a qual, os adolescentes assumem a condição de responsáveis pelo ato infracional (denúncia, audiências, iminência de internação, decisão acerca da medida socioeducativa).

A família também passa a se relacionar diferentemente com os adolescentes, uma vez que há uma decepção explícita para os pais e, especialmente, para as mães. Similarmente, os adolescentes que cometeram violência sexual também passam a ter um lugar de discriminação social perante a vizinhança. Tais tensões e consequências os constituem como sujeitos que sofrem e que passam a produzir emoções e sentidos singulares diante da experiência posterior ao ato. São emoções que expressam um sofrimento subjetivo *a posteriori*, denominado “dor” e “angústia” por eles. As relações com a justiça e com o contexto público, que também desaprova seu ato, são novas fontes de subjetivação para os adolescentes, que passam a ser considerados “os filhos da mãe”.

Uma primeira emoção expressa por Augusto e Daniel foi o medo, nas formas de medo das ameaças da mãe da vítima, medo da medida de internação socioeducativa, medo de serem considerados bandidos e de sofrer inúmeras discriminações. Sentiram medo por não saber como será o dia de amanhã em suas vidas, o que gerou um sentido subjetivo de

insegurança e desespero. Augusto, em especial, expressou sofrimento significativo nesse momento, quando uma expressão emocional compareceu em sua fala, em seu choro, em sua dor. O medo de Augusto referente à possível internação e a maus-tratos também foi expresso no terceiro atendimento, quando se colocou no lugar de vítima.

Já Paulo não demonstrou medo e, inicialmente, se esquivou do assunto dizendo que não se lembrava de detalhes do ocorrido. Uma hipótese levantada quanto à dificuldade de Paulo se expressar a respeito do abuso cometido, assim como de suas consequências, seria uma não elaboração subjetiva, simbólica e emocional acerca da experiência contraditória de se ver tanto no lugar de vítima quanto de abusador, visto que foi abusado sexualmente quando criança, também por adolescentes.

Augusto: *Dá, medo de ir pro reformatório. Minha mãe tem medo que eu vou pra lá, né? Não sabe se eu vou me emboiolar ou não. (...) É. Ele chegava na parte, falava, assim, em voz alta. Aí, ele falava: “Você fez?”. Eu falei: “Não. Só aquela primeira parte que o senhor falou. Mais nada”. Falou, assim, que podia ser julgado no cartório ou alguma coisa assim. O abuso sexual, a pessoa pode pegar de 1 a 8 anos de prisão. Aí, eu comecei a chorar. [começou a chorar] (...) Vou passar a metade da minha vida preso? Aí, se eu for preso, assim, igual esses bandidos que fica preso lá, não sabe se eu vou piorar ou se eu vou melhorar! (...) Medo, né? Depois do que aconteceu, é mais o medo.*

Pesquisadora: *Medo do que?*

Augusto: *Reformatório, né? É o que eu tenho mais medo.*

Pesquisadora: *Mas o que traz medo para você? Pensar nesse lugar?*

Augusto: *Ah... de pensar no que os meninos pode fazer mal pra mim. Hoje tem tanta gente na rua que faz mal para os outros de graça.*

Daniel: *Por causa que minha mãe, tá com medo de... da.... da mulher que... que me acusou [gaguejando]. É a que me acusou.*

Pesquisadora: *Da ameaça?*

Daniel: *Hã-hã! Da ameaça.*

Pesquisadora: *Sua mãe está com medo de acontecer o que?*

Daniel: *Ela tá com medo de... de acontecer alguma coisa [gaguejando]. Ela [mãe da vítima] vivia falando pras pessoas que ia fazer mal pra mim.*

Segundo Santos (2003), embora o medo seja um componente básico da experiência humana quanto ao senso de sobrevivência e proteção, uma reação de fuga, de negação e precaução, também é uma emoção que, na contemporaneidade, tem se configurado como um mal-estar social, pela cultura da violência, que ocorre em uma sociedade capitalista, constituída por desigualdades e exclusões. Nesse cenário, embora seja uma emoção singularizada, o medo é socialmente constituído e, para Augusto e Daniel, se configura como componente do processo de exclusão e estigmatização social vivenciado por eles depois que cometeram o abuso sexual.

O medo compareceu diante da ameaça da mãe da vítima, do afastamento e das críticas da vizinhança ou da inadequação da forma como se realizou a investigação na delegacia. Esses atos, em si, não geram responsabilização, apenas intimidação do adolescente. Quando cometem abuso sexual, é prioritária sua responsabilização; todavia, o ato cometido não retira sua condição peculiar de sujeitos em desenvolvimento, preconizada pela Doutrina de Proteção Integral a crianças e adolescentes da Constituição Federal (Brasil, 1988).

Ao afirmar a importância de se considerar o adolescente que cometeu ato infracional como sujeito em desenvolvimento e transformação, Sudbrack (2003) destacou

o risco de julgar o adolescente apenas pela transgressão cometida, sem considerar sua história de vida, e quem ele é como pessoa humana. Esse é um dos aspectos que novamente evidencia a complexidade da violência sexual cometida por adolescentes. A contradição está expressa na condição de vítima e perpetrador: o adolescente é vítima de um sistema social excludente, assim como de uma relação de dominação com sua mãe, mas também é perpetrador de violência sexual. Diante dessa realidade, o Estado, a Justiça, a família e a sociedade precisam enfrentar o desafio duplo de protegê-los e de responsabilizá-los.

Augusto: *Falou lá o que tava escrito. Aí, começou a dar o choque, né? Em mim. Tava nervosa, tava falando que... Nossa, quase levantei e fui embora.*

Pesquisadora: *O que ela [delegada] falava?*

Augusto: *Ah, ela falava, assim, que... Eu falava a minha versão, sabe? E ela falando, tipo assim: "É mentira". Tentei não alterar a voz com ela...*

Pesquisadora: *O que você sentiu quando a mulher ficou falando do jeito que falou?*

Augusto: *Coisa bem ruim... (...) O que eu fiz tá errado. Tem que pagar. Tem que ser preso, isso e aquilo.*

Pesquisadora: *Tratando você como um... Tratando você puramente pelo que estava no papel?*

Augusto: *É. Sem saber se tava certo ou errado a minha versão.*

Pesquisadora: *O que você acha... Como vai ser essa conversa amanhã?*

Daniel: *Vai ser uma conversa pacífica. Mas, tenho medo de esquecer tudo o que eu disse.*

Pesquisadora: *Medo de esquecer tudo na hora?*

Daniel: *Hã-hã. Sob pressão, a gente esquece tudo mais rápido.*

Conceição (2010) apontou a relevância da responsabilização do adolescente sob a perspectiva dos direitos humanos e do seu caráter educativo e não meramente punitivo. Portanto, todos os seus direitos enquanto ser humano devem ser garantidos. Entretanto, na delegacia, a pressão emocional feita sobre os adolescentes gerou ansiedade, reforçou a desqualificação sentida por Augusto e levou Daniel a se esquecer de informações relevantes. Essas são práticas que revelam uma subjetividade individual e social mutuamente, tanto dos adolescentes quanto dos operadores da justiça pelos quais os adolescentes são identificados socialmente como “bandidos”.

Assim como a vítima pode viver em seu depoimento uma “revitimização”, o adolescente na condição de acusado pode vivenciar uma “estigmatização”, levando a uma discriminação contínua ao longo de sua experiência com a justiça. Em relação a isso, Gonzalez Rey (2009) afirmou que “algo que duas pessoas compartilham com um mesmo significado não vai ter um mesmo valor emocional para elas (...) o que determinará a produção de sentidos subjetivos diferentes” (p. 136). Diante da mesma prática de violência e do mesmo enfrentamento da justiça, cada adolescente produz diferentes emoções diante das consequências vivenciadas e da sua história pregressa.

No caso de Daniel, a principal consequência vivenciada por ele nos âmbitos social e familiar foi o isolamento social e a consequente solidão, já experienciada anteriormente em uma proporção menor. Após a denúncia e as ameaças da mãe da vítima, a mãe de Daniel decidiu retirá-lo imediatamente da escola para evitar mais “problemas” para o filho e esperar “tudo se resolver” com a justiça. Em seguida, voltariam à sua cidade de origem, em outro estado, onde vive sua família. Assim, ela retirou do filho o único espaço de socialização com pares que ele ainda tinha, além da igreja que frequenta com a mãe.

Desde então, Daniel fica em casa durante todo o dia sozinho, assistindo televisão, “trancado”, se sentindo destituído de sua liberdade, de seus direitos de estudar, de brincar, de correr e de ter amigos. Fundamentalmente, o abuso sexual cometido por ele e seus desdobramentos tornaram-se um grande marco de mudança em sua vida, acentuando sua solidão. Ao sofrer ameaças da mãe da vítima e discriminação da vizinhança, a mãe de Daniel vivenciou especialmente a vergonha e, diante desse sentimento, imediatamente deixou o filho “preso” em sua própria casa.

Pesquisadora: *Aí, você está ficando em casa sozinho o dia todo?*

Daniel: *Sozinho, trancado, só assistindo TV. Difícil de sair. [voz infantil]*

Pesquisadora: *O que você acha dessa situação?*

Daniel: *Péssima.*

Pesquisadora: *Mas agora, como você queria que estivesse essa situação?*

Daniel: *Que tivesse tudo bem, tudo na paz, assistindo TV, trabalhando, estudando... É, eu estudava muito. Tinha aula de capoeira, de música e de informática, teatro... (...) Eu só sinto saudade de brincar com os meus antigos, antigos amigos que eu tinha.*

Destaca-se aqui o quão preocupante é a atitude da mãe em isolar o filho do convívio social, por ser este um fator limitador de seu desenvolvimento. Evidentemente, esse foi um ato desesperado da mãe para protegê-lo. Todavia, o reconhecimento do outro como sujeito é também um aspecto relevante para que o adolescente não venha a cometer outros abusos sexuais ao desenvolver relações saudáveis com crianças e adolescentes, tanto do sexo masculino quanto do feminino.

A restrição social imposta aos adolescentes que cometeram abuso sexual, antes mesmo do ato ser cometido, já se configurava como dimensão significativa da realidade destes sujeitos. Entretanto, diante da violência praticada, Daniel reviveu a solidão pelo

isolamento agora declarado pela mãe, o que também acentua o risco de uma realidade paralela criada por ele por meio dos desenhos animados. Ao se relacionar principalmente com a sua mãe, afetivamente distante, e com a televisão via desenhos, Daniel gera sentidos de negação e rejeição à vida adulta e à realidade social. Diante desse cenário, passou a viver de maneira fantasiosa a realidade que os desenhos lhe apresentam.

Sua realidade tem se tornado cada vez mais indesejada, dado que, além do isolamento imposto pela mãe, ainda vivencia a discriminação social da vizinhança, da mãe da vítima e de outras crianças. Esse é outro fator que também fortalece o isolamento de Daniel, pois brincar com qualquer outra criança na rua, longe de adultos ou dentro de casa, pode se tornar um precedente para a mãe da vítima cumprir sua ameaça de prejudicá-lo ainda mais. Enfim, Daniel passou a viver um ciclo de isolamento social que o aprisiona cada vez mais à realidade fantasiosa dos desenhos animados, constituindo novos impedimentos ao seu desenvolvimento saudável.

Daniel: *A mãe dele [vítima] pode tá me espiando, inventando história só pra me encrencar.*

Pesquisadora: *Você não pode ter mais nenhum amigo?*

Daniel: *Pra num pensar nada demais.*

Pesquisadora: *No fundo, no fundo, você não queria ter que brincar desse jeito?*

Daniel: *Querida brincar de pique-esconde, pique-pega, essas brincadeira...*

Já para Augusto, sua produção subjetiva diante do sofrimento após a violência praticada está diretamente relacionada à decepção moral dos pais em relação a ele, o que gerou um sentido subjetivo de vergonha e arrependimento pelo desapontamento causado, desejando até mesmo fugir de casa para aliviar tal sofrimento. Ele entendeu todo esse processo como um “preço alto” a pagar. Essa experiência posterior de sofrimento gerou

arrependimento e culpa em Augusto, além de maior consciência acerca da gravidade do ato cometido, especialmente pelo fato de ter se tornado público.

Pesquisadora: *Lembrando do que aconteceu, como você entende esse fato hoje?*

Augusto: *Que foi ruim, inesperado. Que tá sendo um preço pra mim pagar muito alto. Arrependimento, né?*

Pesquisadora: *Hã-hã.*

Augusto: *Igual aquele ditado: “Se arrependimento matasse...”. Tinha tempo...*

Pesquisadora: *Você se arrependeu? De que tamanho é o seu arrependimento?*

Augusto: [choro] *Depois que a minha mãe contou pro meu pai... Eu acho que ele sentiu tanto desgosto... que eu falei pra ela que eu ia fugir de casa... Não, ele não falava. Ele falava pra ela.*

No segundo e no terceiro atendimentos, Augusto também expressou sua vergonha e decepção, seja em sua fala ou no completamento de frases. Porém, nesse momento também expressou um sentido subjetivo a respeito de si mesmo, de se constituir diante do seu ato e da sociedade como uma “pessoa menos boa”, portanto, um sentido de desqualificação não mais pelo outro, mas por si mesmo diante do outro que também o desqualificou. Esse sentido também gerou maior arrependimento em Augusto, que novamente refletiu um sofrimento individual do sujeito diante do social e não diante da vítima.

Augusto: *Ah, eu nem sei o quê. Depois que aconteceu, né? Aí, eu fiquei com vergonha, né? Da minha mãe, do meu pai, da minha irmã...*

Pesquisadora: *Mas o que envergonha você?*

Augusto: *O que eu fiz me deixa pra baixo.*

Pesquisadora: *Como você se sente quando pensa no que fez?*

Augusto: *Uma pessoa menos boa!*

Pesquisadora: *O que significa isso, ser uma pessoa menos boa?*

Augusto: *Ah, ser menos bom é o jeito que as pessoas olham.*

Pesquisadora: *Como se sente quando elas olham para você?*

Augusto: *Pra baixo. Eu sei que o que eu fiz não é o certo, mas foi um fato, não tem como voltar atrás.*

Pesquisadora: *Maior decepção...*

Augusto: *Foi o que eu fiz, abusar sexualmente.*

Pesquisadora: *Tenho vergonha...*

Augusto: *De mim mesmo.*

Ao discutir a incapacidade do adolescente que cometeu abuso sexual de se identificar com a vítima e com sua dor, Chagnon (2012) advertiu que “não podendo identificar suas próprias emoções, esses sujeitos não conseguem identificar as dos outros (...)” (p. 63). Os três adolescentes expressaram semelhante dificuldade. Augusto não tem percepção do sofrimento da vítima e não se arrependeu pelo mal causado ao outro. Logo, para ele, o outro não assume um lugar de sujeito. Dessa forma, apesar do seu arrependimento diante do seu próprio sofrimento, que pode contribuir para a não repetição do ato, ainda se faz necessária a produção de sentidos subjetivos que expressem percepção acerca da vítima como sujeito e do seu sofrimento. Essa é uma percepção que deve ser considerada também pela família do adolescente na construção de um espaço social de proteção e responsabilização.

Dado seu sofrimento face ao isolamento e a tantas privações, Daniel também não percebeu o sofrimento vivido pela vítima, pois o sentido subjetivo do sofrimento posterior ao ato para este adolescente é o de solidão. Ao associar o sofrimento à solidão, para Daniel, a vítima não está em sofrimento, pois afirmou tê-lo visto brincando livremente pela rua, “fazendo pipa” e “ele estava andando”. Daniel não percebe seu ato como uma violência que gera sofrimento ao outro, principalmente segundo a sua perspectiva de sofrimento, diante de sua experiência subjetiva e concreta de sofrimento por seu isolamento.

Pesquisadora: *Como você acha que ele [vítima] está nessa história?*

Daniel: *Não sei, mas ele ainda anda pela rua... Tava sentado lá fora, fazendo pipa. Aí, ele tava andando. Aí, fui direto pra dentro de casa.*

Pesquisadora: *Gostaria que ele [vítima] fosse seu amigo de novo? O que você sente por ele hoje?*

Daniel: *Nada.*

De forma semelhante, Paulo também não sente culpa pelo que fez ao outro, não percebendo a vítima como sujeito que sofre. Apenas fica triste por “ter feito uma coisa errada” e, de modo semelhante a Augusto, por ter decepcionado sua mãe. Também se sente culpado diante da recaída que sua mãe apresentou em seu quadro depressivo após o ocorrido.

Pesquisadora: *Você sente culpa por isso?*

Paulo: *Fico triste por ter feito uma coisa errada...*

González Rey (2004b) ressaltou que o outro deve ser portador de sentido subjetivo para atuar como figura significativa para o desenvolvimento. Porém, como discutido na zona de sentido A, a ausência do outro como fonte de produção subjetiva é justamente uma

das principais limitações encontradas na vida desses adolescentes, ou ainda, quando a principal fonte relacional de subjetivação, a mãe, produz sentidos de assujeitamento e dependência diante do controle e da dominação. Nesta pesquisa, essa limitação se configurou não apenas como comprometimento para o desenvolvimento psíquico dos adolescentes, mas como risco para crianças menores, pois os adolescentes ainda não geraram um sentido subjetivo referente ao outro e ao sofrimento deste outro. A limitação das relações sociais com pares inibe sua produção subjetiva em relação ao outro, especialmente em relação a crianças e adolescentes.

Como o solitário poderá compreender o outro? Discutindo a afetividade a partir da perspectiva histórico-cultural da subjetividade de González Rey, Peres (2012) postulou que “é o envolvimento afetivo e social recíproco que permite às pessoas se experimentarem mutuamente” (p. 188), isto é, permite que se percebam mutuamente como sujeitos. Portanto, para perceber o sofrimento do outro, construir um sentido de empatia em relação ao outro e vê-lo como sujeito que sofre, é preciso ser e estar com o outro, assim como se faz necessário estar consigo mesmo. Diante do ato cometido, Paulo, Augusto e Daniel se arrependeram pelo que fizeram com sua própria vida e pelo que causaram às suas famílias, porém não pelo que fizeram com a vida do outro. Assim sendo, desejam que tudo se acabe o mais breve possível como forma de aliviar o sofrimento, denominado por eles “tristeza”, “angústia” e “dor”. Até mesmo no quarto atendimento expressaram o desejo de esquecer esse passado.

Pesquisadora: *Me fala uma palavra que represente tudo isso?*

Augusto: *Tristeza.*

Pesquisadora: *Na sua vida?*

Augusto: *E dor.*

Pesquisadora: *Para quem?*

Augusto: *Pra mim mesmo. (...) É igual quando você machuca: vai virar uma cicatriz...*

Pesquisadora: *Gostaria de esquecer...*

Augusto: *O passado.*

Pesquisadora: *O que você sente quando se lembra disso?*

Daniel: *Nada. Eu só sinto que eu quero esquecer. Vou esperar esse caso acabar pra mim esquecer de tudo de uma vez, nem lembrar que isso aconteceu.*

Pesquisadora: *Esquecer por quê? O que você sente quando se lembra?*

Daniel: *Porque eu sinto que foi um erro que não vou mais cometer.*

Pesquisadora: *O que você sente quando fala disso?*

Daniel: *Só senti angústia.*

Pesquisadora: *Como é essa angústia dentro de você?*

Daniel: *Uma dor no peito.*

Pesquisadora: *O que você tem vontade de fazer com essa angústia?*

Daniel: *Vontade de arrancar e jogar fora. Jogar fora e viver em paz, terminar esse caso, pedir perdão a Deus e continuar a vida.*

Pesquisadora: *O processo...*

Paulo: *É ruim.*

Pesquisadora: *Gostaria de esquecer...*

Paulo: *As coisas passadas de ruim que eu fiz.*

É claro o sofrimento pessoal e familiar diante de tantos desdobramentos decorrentes do abuso cometido pelos adolescentes, o que os torna sujeitos que sofrem, mas que não conseguem perceber o sujeito de sua violência como um sujeito que também sofre e produz emoções diante dessa experiência. Até mesmo o pedido de perdão proposto por Augusto à vítima tem a perspectiva de aliviar sua própria dor e culpa e não o sofrimento da criança.

Pesquisadora: *Se você visse o Jair [vítima] hoje, teria coragem de falar alguma coisa para ele?*

Augusto: *Pedir perdão pra ele, né?*

Pesquisadora: *Para você, isso seria importante?*

Augusto: *Um pouco.*

Pesquisadora: *Por quê?*

Augusto: *Peso, né?*

Pesquisadora: *La aliviar o peso?*

Augusto: *É.*

As dimensões subjetivas do sofrimento e do arrependimento dos adolescentes foram expressas mais intensamente no primeiro atendimento e, posteriormente, de maneira mais sutil no segundo e terceiro atendimentos. Especialmente Augusto e Daniel viram inicialmente nos atendimentos a possibilidade de alívio ante tantas pressões e mudanças vividas após o ato cometido, principalmente geradas nas relações com a justiça, a comunidade e as famílias. Contudo, faz-se importante considerar que tais consequências sociais e emocionais são limites estabelecidos aos adolescentes, particularmente o medo de

o ato se tornar público, assim como seus desdobramentos. São aspectos relevantes em duas perspectivas: primeiro, por favorecer ao adolescente uma percepção e reflexão inicial acerca de si mesmo, ausente até então, de acordo com a zona de sentido B; segundo, por sair do limite existente entre o adolescente e a mãe, alcançando outras dimensões relacionais, seja com outros membros da família ou com outros indivíduos nos contextos da justiça e da vizinhança.

Em consonância com essas reflexões e interpretações, podem ser feitos os seguintes questionamentos: Qual ou quais sentidos subjetivos da violência sexual praticada pelos adolescentes expressam sua configuração subjetiva? Qual a implicação do outro nessa produção subjetiva? Qual a implicação desse processo no desenvolvimento psíquico dos adolescentes que cometeram abuso sexual?

Ao enfatizar o outro como portador de sentido subjetivo, como figura significativa para o desenvolvimento, González Rey (2004b) afirmou que esse sentido pode “se expressar tanto em favor do desenvolvimento quanto em favor do caráter patológico desse processo” (p. 8). O outro, como principal fonte de subjetivação do adolescente que cometeu abuso sexual, encontrado na zona de sentido A, é sua mãe. Entretanto, segundo a definição de González Rey, essa relação se apresenta como fonte de subjetivação de caráter “patológico”, na medida em que os adolescentes produzem sentidos de assujeitamento e dependência como reflexo de uma relação dominadora e repressora. Esse processo se acentua quando os adolescentes se sentem limitados também pelo contexto religioso repressor ou pela realidade televisiva, que é, em sua essência, alienante e igualmente dominadora.

O outro aparece para o adolescente por meio de complexas emoções e processos simbólicos que, gradativamente, passam a se integrar em uma configuração subjetiva, sendo esses processos contraditórios e dinâmicos (González Rey, 2004b). À vista disso, a

violência sexual pode expressar uma configuração subjetiva constituída por vários sentidos subjetivos produzidos ao longo das experiências e da história do sujeito, relacionados à dominação e ao assujeitamento. Os sentidos subjetivos produzidos na relação do filho com a mãe dominadora e controladora podem se converter em elementos de sentidos presentes nas emoções de desejo de dominação por intermédio da violência sexual praticada.

Diante da afetividade e de sentidos contraditórios entre gratidão-admiração e assujeitamento-dependência, os adolescentes autores de violência sexual não desejam romper com a “mãe cuidadora”, apenas com a “mãe controladora”. Assim, realizam a violência fora do contexto familiar, na forma de uma transgressão que se configura como um posicionamento pessoal do adolescente de tentar ser sujeito da ação sem romper com a “mãe cuidadora”. Essa ação expressa um conflito e uma tentativa de rompimento, mas não como resultado de uma reflexão, que favoreceria o desenvolvimento saudável desses sujeitos. Também se pode considerar que a prática da violência, especialmente sexual, ocorra pelo sentido que a sexualidade assume em sua subjetividade, a dimensão simbólica que representa a negação do sujeito. Ao controlar os filhos, as mães os mantêm em uma condição infantil e dependente, como se a emancipação e o desenvolvimento da sexualidade representasse sua autonomia e independência distante das mães. Nesse sentido, passam da condição de “filhinho da mamãe” para a de “filho da mãe”.

Resta claro que a sexualidade é uma das dimensões subjetivas mais reprimidas pelas mães, sendo a via pela qual os adolescentes tentam romper com a relação de dominação e alcançar um posicionamento de “sujeito”. No entanto, essa é uma via que também leva o outro à condição de dominado e, portanto, à condição de objeto do seu controle. Nessa tentativa, o adolescente domina um outro, que assume sua condição na relação com a mãe, um sujeito do sexo masculino infantil, submisso e passivo. Sendo a vítima um menino, o adolescente continua fiel à “mãe cuidadora”, visto que “concluirá sua

sexualidade” apenas quando se casar com uma mulher, forma permitida pela mãe de expressar a sexualidade, que é transferida aos filhos principalmente por meio da religião.

Como conceituado anteriormente, a violência é compreendida como uma relação hierárquica de desigualdade com fins de dominação, caracterizada por inércia e passividade, tratando um ser humano não como sujeito, mas como objeto (Chauí, 1985). Portanto, não apenas a relação estabelecida pelos adolescentes com as crianças sexualmente abusadas se constitui como violência, mas também a relação das mães com os filhos adolescentes, em que há dominação e coisificação do outro, destituindo-o de sua condição de sujeito.

A partir dessas considerações e produção de sentidos, é possível encontrar elementos comuns de uma realidade social compartilhada pelos três adolescentes, como: a relação de dominação da mãe sobre os adolescentes; a condição de assujeitamento e submissão dos adolescentes em suas poucas relações sociais; o isolamento social; a sexualidade reprimida; a religiosidade repressora; a ausência paterna; a televisão como a principal via de lazer e de interação social; a violência sexual praticada extrafamiliarmente contra crianças do sexo masculino. Esses são aspectos que expressam uma subjetividade social complexa, indiretamente compartilhada e produzida por esses adolescentes e na vida deles. Contudo, nessa perspectiva da subjetividade, o histórico pessoal é justamente o limite entre as subjetividades individual e social, caracterizando uma história impossível de se repetir, cuja singularidade é expressa por sistemas simbólicos e emoções diferenciadas (González Rey, 2009).

Sendo assim, a expressão da subjetividade dos adolescentes aponta para limitações mais ou menos graves de seu desenvolvimento psíquico, conforme sua história pessoal e suas possibilidades de simbolização e subjetivação. Em suas pesquisas com adolescentes que cometeram abuso sexual na França, Chagnon (2012) também compartilhou dessa

concepção, porquanto, para ele “[...] certos comportamentos sexuais desviantes podem ser apenas um acidente de percurso, ou mesmo uma manifestação passageira de uma sexualidade adolescente um pouco ruidosa [...] ou ao contrário, o ponto de partida de um comportamento desviante na idade adulta” (p. 60).

Na singularidade de Daniel, por exemplo, até o momento, pode-se considerar a existência de um comprometimento significativo em seu desenvolvimento psíquico, de caráter “patológico”. Ele criou uma relação com a realidade inanimada dos desenhos e, por meio da violência sexual, concretizou seu desejo de transformar o “inanimado em real”. Dessa maneira, o poder alcançado por intermédio do inanimado foi transferido para a ação na violência. Ele se apropriou do outro e o coisificou, assim como faz no inanimado. A fantasia é tão real em sua subjetividade que Daniel chegou a afirmar: “acho que minha vida é uma maior brincadeira”. O caráter “patológico” também se mostrou na duração prolongada do ato de violência sexual praticado por Daniel, ao longo de um ano. Ele afirmou ter parado essa prática apenas em função da denúncia, pois acreditava estar “viciado nessa brincadeira”. Essa fronteira tênue entre fantasia e realidade é um agravante que limita o desenvolvimento saudável desse adolescente, pois é como se ele já tivesse preenchido a ausência do outro com a fantasia, o que pode ser mais um impedimento para a implicação do outro em sua vida relacional.

Paulo apresentou comprometimento menor em seu desenvolvimento, visto que conseguiu expressar emoções de tristeza e raiva diante do controle da mãe e o desejo de romper com esta relação de dependência e submissão. Porém, vislumbrou essa possibilidade apenas por meio de recursos materiais e concretos, como sua emancipação financeira, e não por intermédio de uma independência que evidenciaria seu desenvolvimento como sujeito do seu pensamento e de suas emoções. Paulo também não

chegou a produzir um sentido subjetivo referente ao outro como sujeito, o que ainda pode denotar um risco de repetição do ato de violência.

Já Augusto, embora não reconheça o outro como sujeito, consegue fazer elaborações subjetivas que expressam produções referentes a si mesmo e ao outro, mesmo que ainda de maneira incipiente. Um dos momentos que talvez tenha favorecido essa elaboração foi quando se percebeu na condição de vítima diante da violência sofrida em sua infância na escola.

Ainda faz-se importante considerar que a subjetividade na perspectiva de desenvolvimento do sujeito representa um sistema aberto em permanente constituição e transformação. Por conseguinte, há possibilidades presentes e futuras de que os adolescentes que cometeram abuso sexual vivenciem novas experiências sociais e novos processos de simbolização. Essas experiências relacionais e afetivas podem permitir a eles elaborações saudáveis, produções subjetivas de si mesmos e do outro como sujeito ativo, tornando-os verdadeiros protagonistas de suas histórias.

Diferentes autores postularam que o processo de intervenção terapêutica para o adolescente que cometeu abuso sexual deve se concentrar em questões-chave. De acordo com eles, o adolescente deve: assumir a responsabilização pelo ato cometido; desenvolver planos de prevenção; aumentar a consciência do impacto sobre a criança ou o adolescente sexualmente abusados, ou seja, desenvolver empatia pela vítima; aumentar as relações sociais e com pares; aumentar a comunicação familiar e os relacionamentos; favorecer o conhecimento saudável de atitudes sexuais e prossociais (Marshall et al., 2005; Ward et al., 2007; Worling et al., 2010). Todos esses pontos podem favorecer o desenvolvimento da autonomia do adolescente.

Muitos desses aspectos ficaram evidentes nos casos discutidos, particularmente quanto à ampliação das relações sociais, em especial com pares, uma vez que essas relações são significativas para o adolescente, porquanto propiciam conhecimento saudável acerca de atitudes sexuais e, sobretudo, para que o outro torne-se fonte de produção de sentidos para ele. Em consequência, o adolescente autor de violência sexual contra crianças pode tornar-se sujeito consciente da produção concreta e subjetiva da violência cometida, assim como da constituição do outro como sujeito em sua subjetividade, deixando de ser eternamente o “filho da mãe”.

Considerações Finais

Nesta seção, tem-se como propósito tecer algumas considerações acerca da pesquisa realizada, porém sem a pretensão de concluir ou finalizar as reflexões feitas até aqui sobre a subjetividade de adolescentes que cometeram abuso sexual, por se tratar de uma realidade complexa e contraditória. Há o reconhecimento de que ainda se pode avançar muito, de modo a conhecer o tema em maior profundidade. Portanto, são aqui apontadas possibilidades de continuidade mediante os desdobramentos inerentes a esse conhecimento.

Os quatro primeiros atendimentos dos adolescentes participantes permitiram algumas reflexões sobre a configuração subjetiva acerca da violência sexual para cada um deles, assim como sobre as dimensões de uma subjetividade social implicada no processo de constituição do sujeito. A tentativa de apropriação tanto da teoria da subjetividade quanto da epistemologia qualitativa de González Rey se apresentou como desafio e possibilidade. Tornou-se um desafio por ser um caminho ainda não trilhado na perspectiva dessa temática estudada, embora seja também um caminho possível e coerente epistemologicamente para conhecer a complexidade desse fenômeno, que não se limita a processos lineares e generalistas, mas históricos, sociais e subjetivos.

Ao longo dos atendimentos, a pesquisadora se deparou com adolescentes extremamente assujeitados, vítimas de processos sociais, culturais e relacionais que os dominam. Nesses momentos, houve o enfrentamento da realidade contraditória, em que esses adolescentes se constituíram tanto como vítimas quanto como vitimizadores, visto que a responsabilização constitui parte significativa de seu processo de desenvolvimento e não uma dimensão secundária. Outro confronto foi experienciado ao se considerar a

hipótese de que, contraditoriamente, o adolescente tenta ser sujeito ativo da ação e de sua vida por uma via desviante ou associal, na qual, para “ser sujeito”, precisa assujeitar o outro, que se configura como objeto de sua libertação.

Ainda houve outro momento de tensão para a pesquisadora. Inicialmente, ao se deparar com aspectos de caráter “patológico” no desenvolvimento de um dos adolescentes, esse fato se apresentou como um confronto à proposta não generalista e despatologizante da teoria da subjetividade. Contudo, diante de uma epistemologia que desafia o pesquisador a ir além das postulações teóricas definidas, chegou-se à compreensão de que o caráter “patológico” foi a maneira pela qual Daniel, em sua singularidade, conseguiu gerar um sentido de vínculo, mesmo que por intermédio de uma realidade fantasiosa de caráter associal. Esse é um aspecto preocupante, pois, no momento, esse adolescente representa um risco para outras crianças, embora o caráter “patológico” de seu desenvolvimento atual não o cristalice nessa condição, dado que ele é um adolescente em contínuo processo de constituição e transformação.

Além das tensões e contradições vivenciadas ao longo da pesquisa, também houve pontos em que a teoria se configurou como processo vivo e coerente empiricamente, ao passo que a realidade evidenciou claramente a mutualidade presente no processo de constituição entre as subjetividades individual e social. As dimensões sociais, culturais e históricas vão além do comportamento e expressam a complexidade dinâmica do desenvolvimento dessa realidade e dos adolescentes que cometeram abuso sexual. Portanto, são vários os sentidos subjetivos associados à história de vida dos adolescentes, do contexto atual que os cerca e da cultura dentro da qual se desenvolvem, o que gera reflexões acerca das configurações subjetivas que estão na base da violência sexual cometida pelos adolescentes.

Observando a história relacional dos adolescentes participantes, foi possível encontrar: sentidos subjetivos indicadores de dependência e submissão na relação com as mães, o que gera conflito subjetivo de afastamento e aproximação; sentidos subjetivos referentes à ausência paterna; religiosidade que aprisiona e reprime o desenvolvimento da sexualidade; sentimentos de menos valia e de desqualificação de si próprios; dificuldade de reflexão e simbolização; dificuldade de empatia pela vítima; medo e insegurança diante da justiça e da estigmatização social; culpa e arrependimento pelas consequências do ato de violência sexual; e, principalmente, significativa ausência de “outros” em sua constituição subjetiva. Todos esses são indicadores que expressam contradições inerentes à subjetividade, como: curiosidade e repressão da sexualidade; experimentação e arrependimento pelo medo; relação submissa à mãe e dominadora em relação à vítima; desejo e culpa. Esses elementos, portanto, vão se integrando dinamicamente à história do adolescente, à sua identidade e subjetividade, tendendo a convergir, de maneira complexa, na prática da violência sexual extrafamiliar contra crianças do sexo masculino.

Com base nesses indicadores, tornou-se possível compreender que as configurações subjetivas que a violência assume na subjetividade do adolescente não estão limitadas aos espaços simbólicos e reais da violência em si, seja na relação com a vítima, seja na relação com a justiça. Essas configurações são alimentadas por outros núcleos de sentidos subjetivos da vida dos adolescentes, como a relação que estabelecem com a mãe e o isolamento social vivenciado por eles, que caracteriza a ausência do outro. Em consonância com esse cenário, a violência sexual tem configurações subjetivas que se constituem de uma multiplicidade de sentidos da história do sujeito e do contexto em que este se desenvolve. Portanto, reflexões acerca de fatores socioculturais e históricos, bem como sobre os eventos pessoais e subjetivos, se integram como indicadores que contribuíram para o aparecimento da violência sexual na história dos adolescentes.

Esses processos revelam sérias limitações ao desenvolvimento saudável desses adolescentes. Conseqüentemente, não se torna necessário apenas o rompimento da violência, mas também a promoção do desenvolvimento dos adolescentes como sujeitos, sem a necessidade de um caminho desviante. Entretanto, as representações sociais da adolescência e da violência sexual predominantes nos dias atuais ainda apontam para dimensões que não colaboram para esse rompimento, mas sim para a continuidade de um ciclo de violência, principalmente social. Essa violência “aprisiona” os adolescentes a um lugar de desqualificação e os indivíduos que cometeram abuso sexual tornam-se condenados à condição de perversos e não de pessoas em desenvolvimento que precisam de ajuda. A violência alimenta tanto a desqualificação do sujeito quanto o seu isolamento social, que já faz parte da realidade dos adolescentes que cometeram abuso sexual, o que colabora para a sua permanência nesse lugar de não-sujeito. Por seu turno, o isolamento social também alimenta a relação do adolescente com sua mãe, única pessoa que se preocupa com ele, mas de maneira também violenta, pois nega sua condição de sujeito ao controlá-lo.

Esse ciclo ficou evidenciado na construção das três zonas de sentidos: “o filhinho da mamãe”, “o filho de ninguém” e “o filho da mãe”. A primeira zona de sentido expressa exatamente a relação de controle e dominação das mães sobre os filhos. Diante do medo de que seus filhos se desviem pelos males da vida adulta, as mães os aprisionam a uma condição infantilizada, não permitindo que cresçam e se desenvolvam, portanto forçando-os a permanecer como seus “filhinhos”. Já na segunda zona de sentido, como consequência da imposição de tantas limitações sociais e relacionais, o adolescente não consegue se definir como sujeito do seu pensamento e emoções, nem definir seus próprios planos e desejos. Desse modo, torna-se desconhecido para si mesmo, como se fosse “filho de ninguém”, pois a relação com a mãe não é favorável ao seu desenvolvimento ativo e

autônomo. Por fim, a terceira zona de sentido apresenta o adolescente estigmatizado por todos em decorrência do ato de violência sexual cometido, que o aprisiona novamente ao isolamento social e relacional, rotulando-o como “filho da mãe”. Assim, portanto, se fecha o ciclo de violência social que move o adolescente desde a condição de vítima até a condição de vitimizador.

Nesse sentido, construir um conhecimento a partir dos adolescentes, de suas histórias e emoções, favorece rupturas simbólicas que podem construir uma nova prática social para os adolescentes que cometeram abuso sexual, a começar pelos profissionais que trabalham pela proteção e emancipação de crianças e adolescentes como sujeitos de direito em condição peculiar de desenvolvimento. Investir em intervenções emancipatórias significa trabalhar com sujeitos contraditórios, que são vítimas e vitimizadores, mas antes de tudo são seres humanos em desenvolvimento. Como tais, precisam de condições sociais e relacionais que favoreçam seu desenvolvimento saudável, o que não significa apenas sua responsabilização, mas seu acolhimento e promoção de qualidade de vida em seus diversos espaços e possibilidades.

Assim como extensamente relatado na literatura, a necessidade de atendimento e intervenções nas famílias e nos grupos sociais se confirmou nesta pesquisa, pois a ampliação das relações sociais desses adolescentes é condição precípua para seu desenvolvimento saudável. Especialmente as mães carecem de um espaço no qual possam refletir e produzir novos sentidos para a maternidade, a educação dos filhos, o excesso de controle e o domínio sobre eles, sua sexualidade, entre tantos outros aspectos, para que sejam mediadoras do desenvolvimento saudável de seus filhos.

Acredita-se que os objetivos propostos foram atingidos dentro das possibilidades e limitações deste estudo. Entre as limitações observadas, pode-se mencionar que o atendimento como obrigação judicial foi um fator que, inicialmente, se apresentou como

inibidor para o estabelecimento do vínculo entre o profissional e o adolescente. Outra limitação foi a utilização de recursos apenas da fala para facilitar a expressão do sujeito. Assim, sugere-se a utilização de outros recursos não verbais, como jogos, desenhos, dramatização, principalmente por se tratar de adolescentes com limitações linguísticas e reflexivas. Quando ocorrem limitações ao desenvolvimento dos adolescentes, especialmente em termos de aspectos “patológicos”, percebe-se a importância da utilização de recursos que avaliem o desenvolvimento desses indivíduos como um todo (físico, cognitivo, afetivo). Contudo, esses recursos devem partir de uma epistemologia sistêmica e complexa para enriquecer o atendimento e a intervenção e não para fragmentar o sujeito.

Evidentemente, todos os recursos possíveis em sua essência precisam favorecer a produção de novos sentidos subjetivos para o adolescente, em termos: da sua sexualidade; da violência praticada e da sua responsabilização; da relação de submissão e dominação com a mãe; da importância dos pares em seu desenvolvimento, na perspectiva de ampliar sua rede social, bem como suas capacidades reflexiva, simbólica e linguística; da possibilidade de se perceber e de se constituir como sujeito do seu pensamento, das suas emoções e da própria história de maneira responsiva e reflexiva.

Tendo por base essas considerações, nesta pesquisa, a violência sexual praticada por adolescentes se apresentou como um marco em suas vidas, na tentativa de rompimento com a “mãe dominadora”, de ser sujeito por uma via desviante que também nega o outro, mas também um marco de transformações e sofrimento. Portanto, a violência se configurou por sentidos subjetivos que expressam a limitação do desenvolvimento desses adolescentes como sujeitos. Nessa dinâmica, percebe-se como o âmbito social e a cultura constituem a subjetividade humana. Neste estudo, encontramos sujeitos que sofrem, que em muitos aspectos apresentam desenvolvimento comprometido em função de tantas limitações sociais e afetivas. Então, para que eles não venham a cometer novamente tais

atos e consigam se desenvolver de maneira saudável, o outro precisa estar presente e atuante em suas vidas, de modo a conseguir gerar um sentido de empatia e, assim, percebê-los também como sujeitos que sofrem.

Esse outro pode ser um de seus familiares que venha a percebê-los como sujeitos que pensam, sofrem, desejam, sonham e fazem escolhas. Os operadores do sistema socioeducativo também podem ser o outro ao acolhê-los como sujeitos com direitos e deveres, respeitando-os simplesmente por serem cidadãos de direito, sem discriminação ou estigmatização. Até mesmo o Estado e a justiça, como instituição promotora tanto da proteção quanto da responsabilização desses adolescentes, podem exercer o papel do outro. Enfim, torna-se essencial reconhecê-los como sujeitos, pois, desse modo, os adolescentes também se reconhecerão como sujeitos que têm direitos e deveres, não mais sendo considerados “o filhinho da mamãe”, “o filho de ninguém”, ou tampouco “o filho da mãe”, mas sim verdadeiros “filhos de Deus”.

Referências

- Aberastury, A., & Knobel, M. (1970/1992). *Adolescência normal. Um enfoque psicanalítico*. (S. G. Ballve, trad.). (10ª ed.). Porto Alegre: Artes Médicas. (Original publicado em 1970).
- Aguiar, W. M. J., Bock, A. M. B., & Ozella, S. (2011). A orientação profissional com adolescentes: um exemplo de prática na abordagem sócio-histórica. In A. M. B. Bock, M. G. Gonçalves, & O. Furtado (Eds.), *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia* (5ª ed., pp. 163-178). São Paulo: Cortez.
- American Psychiatric Association (2003). *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais – DSM-IV-TR*. (C. Dornelles, trad.). (4ª ed.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Ariès, P. (1981). *História social da criança e da família*. (D. Flaksman, trad.). (2ª ed.). Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.
- Azevedo, M. A., & Guerra, V. N. A. (1989). *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu.
- Bianchini, F., & De Antoni, C. (2012). Adolescentes que abusam sexualmente de crianças e de outros adolescentes. In L. F. Habigzang, & S. H. Koller (Eds.), *Violência contra crianças e adolescentes. Teoria, pesquisa e prática* (pp. 123-133). Porto Alegre: Artmed.
- Bock, A. M. B. (2011). A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. In A. M. B. Bock, M. G. M. Gonçalves, & O. Furtado (Eds.), *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia* (5ª ed., pp. 15-35). São Paulo: Cortez.

- Borduin, C. M., & Schaeffer, C. M. (2001). Multisystemic treatment of juvenile sexual offenders: a progress report. *Journal of Psychology and Human Sexuality, 13*, 25-42.
- Borduin, C. M., Schaeffer, C. M., & Heiblum, N. (2009). A randomized clinical trial of multisystemic therapy with juvenile sexual offenders: effects on youth social ecology and criminal activity. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 77*, 26-37.
- Brasil. (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União*, Brasília-DF, 15 out. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm
- Brasil. (1990a). Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 21 nov. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm
- Brasil. (1990b). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 jul. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102414>
- Brasil. (1996). Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução CNS nº 196, de 10 de outubro de 1996. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 out. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/web_comissoes/conep/aquivos/resolucoes/resolucoes.htm

- Brasil. (2006). Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE*. Brasília, DF: Conanda. Disponível em: http://www.asbrad.com.br/conte%C3%BAdo/sinase_integra1.pdf
- Carreiro, T. C. (2010). Adolescências e experimentações possíveis. In M. M. Marra, & L. F. Costa (Eds.), *Temas da clínica do adolescente e da família* (pp. 15-24). São Paulo: Ágora.
- Castro, A. L. S. (2002). Os adolescentes em conflito com a lei. In S. H. Koller (Ed.), *Adolescência e psicologia. Concepções, práticas e reflexões críticas* (pp. 122-129). Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia.
- Castro, A. L. S., & Guareschi, P. A. (2007). Adolescentes autores de atos infracionais: processos de exclusão e formas de subjetivação. *Revista Psicologia Política, 7*. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/psicopol/seer/ojs/viewarticle.php>
- Chagnon, J. Y. (2008). Les agressions sexuelles: un aménagement des troubles narcissiques-identitaires. *Paidéia, 18*, 495-515.
- Chagnon, J. Y. (2009). A agressão sexual na adolescência: um destino da hiperatividade? *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica, 12*, 275-290.
- Chagnon, J. Y. (2012). As agressões sexuais na adolescência. In D. M. Amparo, S. F. C. Almeida, K. C. T. R. Brasil, M. I. G. Conceição, & F. Marty (Eds.), *Adolescência e violência: intervenções e estudos clínicos, psicossociais e educacionais* (pp. 57-77). Brasília, DF: Líber Livro; Editora da Universidade de Brasília.
- Chauí, M. (1985). Participando do debate sobre mulher e violência. In B. Franchetto, M. L. V. C. Cavalcanti, & M. L. Heilborn (Eds.), *Perspectivas antropológicas da mulher* (pp. 23-62). Rio de Janeiro: Zahar.

- Ciampa, A. C. (2004). Identidade. In S. T. M. Lane, & W. Codo (Eds.), *Psicologia social: o homem em movimento* (pp. 58-75). São Paulo: Brasiliense.
- Ciarallo, C. R. C. A., & Almeida, A. M. O. (2009). Conflito entre práticas e leis: a adolescência no processo judicial. *Fractal: Revista de Psicologia*, 21, 613-630.
- Conceição, M. I. G. (2010). A clínica do adolescente em meio fechado: olhares sobre o contexto. In M. M. Marra, & L. F. Costa (Eds.), *Temas da clínica do adolescente e da família* (pp. 87-104). São Paulo: Ágora.
- Conselho Federal de Psicologia. (2000). Resolução CFP nº 016/2000, de 20 de dezembro de 2000. Dispõe sobre a realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos. São Paulo, 20 dez. Disponível em: http://www.crpasp.org.br/portal/orientacao/resolucoes_cfp/fr_cfp_016-00.aspx
- Coslin, P. G. (2002). *Psicologia do adolescente*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Costa, L. F. (2011). Participação de famílias no Grupo Multifamiliar de adolescentes ofensores sexuais: vergonha e confiança. *Psicologia Clínica*, 23, 185-201.
- Costa, L. F., Gramkov, G., Santana, P., & Souza, V. F. (2005). A transgeracionalidade em famílias com abuso sexual. In L. F. Costa, & T. M. C. Almeida (Eds.), *Violência no cotidiano: do risco à proteção* (pp. 75-86). Brasília, DF: Universa; Líber Livro.
- Costa, L. F., Junqueira, E. L., Meneses, F. F. F., Stroher, L. M. C., & Moura, M. G. (2012). Construindo conhecimento sobre o adolescente que cometeu ofensa sexual. *Contextos Clínicos*, 5, 112-120.
- Costa, L. F., Junqueira, E. L., Ribeiro, A., & Meneses, F. F. F. (2011). “Ministério da Obrigação adverte”: é preciso proteger os adolescentes ofensores sexuais. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 29, 33-46.

- Costa, L. F., & Penso, M. A. (2010). A dimensão clínica das intervenções psicossociais com adolescentes e famílias. In M. M. Marra, & L. F. Costa (Eds.), *Temas da clínica do adolescente e da família* (pp. 201-214). São Paulo: Ágora.
- Esber, K. M. (2009). *Autores de violência sexual contra crianças e adolescentes*. Goiânia: Cânone Editorial.
- Faleiros, E. T. S. (2000). *Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes*. Brasília, DF: Thesaurus.
- Faleiros, V. P., & Faleiros, E. S. (2008). *Escola que protege: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes*. (2ª ed.). Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escqprote_eletronico.pdf
- Felipe, J. (2006). Afinal, quem é mesmo pedófilo? *Cadernos Pagu*, 26, 201-223.
- Ferreira, A. B. H. *Novo dicionário Aurélio*. Versão 6.0. Dicionário eletrônico. (4ª ed.). Curitiba: Positivo Informática, 2009.
- Frota, A. M. M. C. (2007). Diferentes concepções da infância e adolescência: a importância da historicidade para sua construção. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 7, 147-160.
- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança. Uma abordagem multidisciplinar*. (M. A. V. Veronese, trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Gabel, M. (1997). *Crianças vítimas de abuso sexual*. (S. Goldfeder, trad.). São Paulo: Summus.

- González Rey, F. L. (2004a). O sujeito, a subjetividade e o outro na dialética complexa do desenvolvimento humano. In L. M. Simão, & A. M. Martínez (Eds.), *O outro no desenvolvimento humano* (pp. 1-27). São Paulo: Pioneira; Thomson Learning.
- González Rey, F. L. (2004b). *Personalidade, saúde e modo de vida*. São Paulo: Pioneira; Thomson Learning.
- González Rey, F. L. (2005a). O valor heurístico da subjetividade na investigação psicológica. In F. L. González Rey (Ed.), *Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia* (pp. 28-51). São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- González Rey, F. L. (2005b). *Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Pioneira; Thomson Learning.
- González Rey, F. L. (2007). *Psicoterapia, subjetividade e pós-modernidade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Pioneira; Thomson Learning.
- González Rey, F. L. (2009). *O social na psicologia e a psicologia social: a emergência do sujeito*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- González Rey, F. L. (2011a). *Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. (M. A. F. Silva, trad.). (2ª reimpr.). São Paulo: Cengage Learning.
- González Rey, F. L. (2011b). *Subjetividade e saúde: superando a clínica da patologia*. São Paulo: Cortez.
- González Rey, F. L. (2012). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. (4ª reimpr.). São Paulo: Cengage Learning.
- Jesus, N. A. (2006). O círculo vicioso da violência sexual: do ofendido ao ofensor. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 26, 672-683.

- Kahhale, E. M. S. P. (2011). Subsídios para reflexão sobre sexualidade na adolescência. In A. M. B. Bock, M. G. Gonçalves, & O. Furtado (Eds.), *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia* (5ª ed., pp. 179-191). São Paulo: Cortez.
- Lambie, I., McCarthy, J., Dixon, H., & Mortensen, D. (2001). Ten years of adolescent sexual offender treatment in New Zealand: past practices and future directions. *Psychiatry, Psychology and Law*, 8, 187-196.
- Lèvy, A. (2001). Intervenção como processo. In A. Lèvy, A. Nicolai, E. Enriquez, & J. Dubost (Eds.), *Psicossociologia: análise social e intervenção* (M. N. M. Machado, E. M. Castro, J. N. G. Araújo, & S. Roedel, org. e trad.; pp. 185-208). Belo Horizonte: Autêntica.
- Machado, M. T. (2006). Garantias penais do adolescente autor de ato infracional. In ILANDI, ABMP, SEDH, UNFPA (Eds.). *Justiça, adolescente e ato infracional: socioeducação e responsabilização* (pp. 87-122). São Paulo: ILANDI.
- Marcelli, D., & Braconnier, A. (1989). *Manual de psicopatologia do adolescente*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Marques, H. M. V. (2005). *A voz do abusador: aspectos psicológicos dos protagonistas de incesto*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF.
Disponível em:
http://www.btdt.ucb.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=648
- Marshall, W. L. (2006). Clinical and research limitations in the use of phallometric testing with sexual offenders. *Sexual Offender Treatment*, 1, 1-19. Disponível em:
<http://www.sexual-offender-treatment.org/index.php?id=18&type=123>

- Marshall, W. L., Ward, T., Mann, R. E., Moulden, H., Fernandez, Y. M., Serran, G., & Marshall, L. E. (2005). Working positively with sexual offenders: maximizing the effectiveness of treatment. *Journal of Interpersonal Violence, 20*, 1096-1114.
- Martínez, A. M. (2005). A Teoria da Subjetividade de González Rey: uma expressão do paradigma da complexidade na psicologia. In F. L. González Rey (Ed.), *Subjetividade, complexidade e pesquisa em psicologia* (pp. 1-25). São Paulo: Pioneira; Thomson Learning.
- Monteiro, L. P., & Cardoso, N. A. (2001). Família e criação de filhos. In S. M. G. Sousa, & I. Rizzini (Eds.), *Desenhos de família: criando os filhos: a família goianiense e os elos parentais* (p. 96-115). Goiânia: Cãnone Editorial.
- Morin, E. (1996). A noção de sujeito. In D. F. Schnitman (Ed.), *Novos paradigmas, cultura e subjetividade* (pp. 45-55). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Moura, A. S., & Koller, S. H. (2008). A criança na visão de homens acusados de abuso sexual: um estudo sobre distorções cognitivas. *Psico-USF, 13*, 85-94.
- Moura, A. S., & Koller, S. H. (2010). Expressões de empatia em homens acusados de abuso sexual infantil. *Psico, 41*, 184-191.
- Neubern, M. S. (2001). Os três obstáculos epistemológicos para o reconhecimento da subjetividade na psicologia clínica. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 14*, 241-252.
- Neubern, M. S. (2004). *Complexidade e psicologia clínica: desafios epistemológicos*. Brasília, DF: Plano.
- Oliver, B. E. (2007). Three steps to reducing child molestation by adolescents. *Child Abuse & Neglect, 31*, 683-689.

- Organização Mundial de Saúde (1993). *Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da Classificação Internacional de Doenças – CID 10*. (10ª ed.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Outeiral, J. (2003). *Adolescer: estudos revisados sobre adolescência*. (2ª ed.). Rio de Janeiro: Revinter.
- Ozella, S. (2002). Adolescência: uma perspectiva crítica. In S. H. Koller (Ed.), *Adolescência e psicologia. Concepções, práticas e reflexões críticas* (pp. 16-24). Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia.
- Ozella, S. (2003). A adolescência e os psicólogos: a concepção e a prática dos profissionais. In Ozella, S. (Ed.), *Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica* (pp. 17-40). São Paulo: Cortez.
- Paro, C. R., Machado, M. C. S. P., & Oliveira, M. L. M. (2001). Perfil da família goianiense. In S. M. G. Sousa, & I. Rizzini (Eds.), *Desenhos de família: criando os filhos: a família goianiense e os elos parentais* (p. 55-71). Goiânia: Câne Editorial.
- Penso, M. A., Conceição, M. I. G., Costa, L. F., & Carreteiro, T. C. O. (2012). *Jovens pedem socorro: o adolescente que praticou ato infracional e o adolescente que cometeu ofensa sexual*. Brasília, DF: Líber Livro; Universo.
- Penso, M. A., & Sudbrack, M. F. O. (2010). Dinâmica familiar e envolvimento em atos infracionais e com drogas na adolescência. In M. M. Marra, & L. F. Costa (Eds.), *Temas da clínica do adolescente e da família* (pp. 183-200). São Paulo: Ágora.
- Pereira, S. E. F. N., & Sudbrack, M. F. O. (2010). A escola como contexto complementar à clínica da adolescência. In M. M. Marra, & L. F. Costa (Eds.), *Temas da clínica do adolescente e da família* (pp. 65-86). São Paulo: Ágora.

- Peres, V. L. A. (2012). O desenvolvimento da afetividade no cenário social familiar. *ECOS – Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, 2, 186-199.
- Ratner, C. (1995). *A psicologia sócio-histórica de Vygotsky: aplicações contemporâneas*. (L. L. Oliveira, trad.). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Reis, J. R. T. (2004). Família, emoção e ideologia. In S. T. M. Lane, & W. Codo (Eds.), *Psicologia social: o homem em movimento* (pp. 99-124). São Paulo: Brasiliense.
- Rocha, M. L., & Aguiar, K. F. (2003). Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 23, 64-73.
- Sanderson, C. (2005). *Abuso sexual em crianças*. São Paulo: Books do Brasil.
- Santos, B. R., Neumann, M., & Ippolito, R. (2004). *Guia escolar: métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação.
- Santos, L. O. (2003). O medo contemporâneo: abordando suas diferentes dimensões. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 23, 48-55.
- Sattler, M. K. (2011). O abusador: o que sabemos? In M. R. F. Azambuja, & M. H. M. Ferreira (Eds.), *Violência sexual contra crianças e adolescentes* (pp. 234-247). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Schmickler, C. M. (2006). *O protagonista do abuso sexual: sua lógica e estratégias*. Chapecó: Argos.
- Serafim, A. P., Saffi, F., Rigonatti, S. P., Casoy, I., & Barros, D. M. (2009). Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças. *Revista de Psiquiatria Clínica*, 36, 101-111.
- Seto, M. C. (2009). Pedophilia. *Annual Review of Clinical Psychology*, 5, 391-407.

- Stelko-Pereira, A. C., & Williams, L. C. A. (2010). Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente. *Temas em Psicologia, 18*, 45-55.
- Sudbrack, M. F. O. (2003). Da obrigação à demanda, do risco à proteção e da dependência à liberdade. In M. F. O. Sudbrack, M. I. G. Conceição, E. M. F. Seidl, & M. T. Silva (Eds.), *Adolescentes e drogas no contexto da justiça* (pp. 47-79). Brasília, DF: Plano.
- Turato, E. R. (2003). *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Vygotsky, L. S. (2005). *Pensamento e linguagem*. (J. L. Camargo, trad.). (3^a ed.) São Paulo: Martins Fontes.
- Ward, T., Gannon, A., & Birgden, A. (2007). Human rights and the treatment of sex offenders. *Sex Abuse, 19*, 195-204.
- Worling, J. R., Litteljohn, M. A., & Bookalam, D. (2010). 20-year prospective follow-up study of specialized treatment for adolescents who offended sexually. *Behavioral Sciences and the Law, 28*, 46-57.
- Zankman, S., & Bonomo, J. (2004). Working with parents to reduce juvenile sex offender recidivism. *Journal of Child Sexual Abuse, 13*, 139-156.

Apêndices

Apêndice 1. Completamento de frases.

Frases a serem completadas				
Eu gosto...	Detesto...	Meu irmão...	Eu acredito...	Dinheiro...
Meu sonho...	Violência...	No futuro...	Eu choro...	Me orgulho...
Minha família...	Namoro...	Fico triste...	Estudar...	Gostaria de esquecer...
Eu odeio...	Amigos...	Crime...	O processo...	Amo...
Eu admiro...	Hoje...	Infância...	Aceito...	Tenho vergonha...
Escola...	Minha irmã...	Transar...	Às vezes...	Abuso...
Gostaria...	Jogos...	Minha mãe...	Meus primos...	Fantasia...
Criança...	Meu pai...	Minha maior decepção...	Eu sou...	Meninas...
Adolescência...	Sexo...	Desejo...	Agora...	Sexualidade...
Meu passado...	Minha maior alegria...	Meus tios...	Minha avó...	Meninos...

Apêndice 2. Anamnese do desenvolvimento e da história de vida dos adolescentes participantes fornecida por suas mães.

ENTREVISTA DE ANAMNESE

1. Dados do adolescente

Nome:

Idade:

Local e data de nascimento:

Escolaridade:

2. Dados e desenvolvimento familiar

Renda familiar:

Residência: Própria () Alugada ()

Nome do pai:

Idade:

Naturalidade:

Grau de instrução:

Profissão:

Nome da mãe:

Idade:

Naturalidade:

Grau de instrução:

Profissão:

Tipo de união entre os pais:

Outros filhos:

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Nome:

Idade:

Escolaridade:

. Quais problemas seu filho tem apresentado? Desde quando?

. Já procuraram especialistas?

. O adolescente faz algum tipo de tratamento médico? Qual?

. Como é a convivência familiar?

. Há histórico de violência na família? Quem?

. De qual membro da família ele gosta mais? De qual membro da família ele gosta menos?

. Como é a relação dele com os irmãos?

. Como é a relação dele com o pai?

. Como é a relação dele com a mãe?

3. Desenvolvimento gestacional

. Quais as condições de saúde da mãe durante a gravidez?

. O adolescente foi esperado e desejado?

. A mãe teve alguma queda ou susto forte durante a gravidez?

. Quais as condições emocionais da mãe durante a gravidez?

. Qual a idade gestacional no parto dele?

. Qual o peso dele no nascimento?

. Qual o comprimento dele no nascimento?

. Qual foi o tipo de parto?

. Ele teve algum problema após o parto?

4. Saúde

. O adolescente sofreu algum acidente? Qual? Como?

. Ele submeteu-se a alguma cirurgia? Qual?

. Ele tem alergias?

. Ele tem bronquite ou asma?

. Ele apresenta algum problema de visão? Qual?

. Ele apresenta algum problema de audição? Qual?

. Ele tem dores de cabeça?

. Ele já desmaiou alguma vez? Quando? Como foi?

. Ele já teve ou tem convulsões?

. Alguém da família apresenta algum dos problemas acima?

. Alguém da família apresenta diagnóstico de algum transtorno mental? Quem? Qual?

5. Alimentação

. Ele foi amamentado? Até quando?

. Ele alimenta-se bem?

. Ele tem preferência por quais alimentos?

. Como é o apetite dele hoje?

6. Sono

. Ele tem: Sono tranquilo () Sono inquieto () Sono agitado () Pesadelos ()

Insônia () Sono interrompido, acordando várias vezes durante a noite ()

. Qual o horário de dormir?

. Ele dorme durante o dia?

. Ele dorme sozinho ou com alguém?

7. Desenvolvimento físico

. Ele andou com que idade?

. Ele deixou de usar fraldas com que idade?

. Ele é lento para realizar alguma atividade? Qual?

. Como era o relacionamento dele com os pais quando criança?

. Quais medidas eram usadas para discipliná-lo quando criança?

. Quais medidas são usadas para discipliná-lo hoje?

. Como ele reage quando é contrariado?

. Quais eram suas atividades preferidas na infância?

. Quais são suas atividades preferidas hoje?

. Descreva o dia a dia dele desde quando acorda até a hora de dormir.

8. Desenvolvimento escolar

. Com que idade ele começou a frequentar a escola?

. Ele teve dificuldade de adaptação à rotina escolar?

. Ele gosta de ir à escola? Tem amigos naquele ambiente?

. Ele já repetiu de ano alguma vez? Em que série? Como foi?

. Ele gosta de estudar?

. Ele tem horário para estudar?

. Os pais o ajudam nas atividades escolares?

. Você acha que ele apresenta alguma dificuldade para aprender na escola? Qual?

Apêndice 3

ACEITE INSTITUCIONAL

A Sra. Maria Luiza Moura Oliveira, coordenadora geral do Instituto Dom Fernando, da Pró-Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, e coordenadora geral do Projeto “Invertendo a Rota: Ações de Proteção aos Direitos de Adolescentes em Situação de Exploração Sexual” está de acordo com a realização da pesquisa *Atendimento Psicoterapêutico ao adolescente Autor de Violência Sexual: o sujeito que produz sentidos*, de responsabilidade da pesquisadora Florença Ávila de Oliveira Costa, aluna de mestrado no Departamento de Psicologia e Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília, realizado sob orientação de Maria Inês Gandolfo Conceição, após revisão e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília – CEP/IH.

O estudo envolve a realização de atendimento psicoterapêutico individual e familiar de 03 (três) adolescentes autores de violência sexual contra criança e/ou adolescentes participantes do Projeto Invertendo a Rota. A pesquisa empírica (atendimentos) terá duração de 07 meses, com previsão de início em Dezembro /2011 e término em Junho /2012.

Eu, Maria Luiza Moura Oliveira, coordenadora geral do Instituto Dom Fernando, da Pró-Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, e coordenadora geral do Projeto “Invertendo a Rota: Ações de Proteção aos Direitos de Adolescentes em Situação de Exploração Sexual”, declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Brasília, 11 de Outubro de 2011.

MARIA LUIZA MOURA OLIVEIRA

Nome da responsável pela instituição



Assinatura e carimbo da responsável pela instituição

Psi. Maria Luiza Moura de Oliveira
Coord. do Instituto Dom Fernando
C.P.C. - Mat.: 4474

Apêndice 4



Comitê de Ética em Pesquisa
Instituto de Ciências Humanas
Universidade de Brasília

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Campus Universitário Darcy Ribeiro

ANÁLISE DE PROJETO DE PESQUISA

Título do Projeto: ATENDIMENTO PSICOTERAPÊUTICO AO ADOLESCENTE AUTOR DE VIOLÊNCIA SEXUAL: O SUJEITO QUE PRODUZ SENTIDOS

Pesquisador(a) responsável(a): FLORENÇA ÁVILA DE OLIVEIRA COSTA

Número do projeto: 08-10/2011

Com base nas Resoluções 196/96, do CNS/MS, que regulamenta a ética da pesquisa em seres humanos, o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, após análise dos aspectos éticos, resolveu APROVAR o projeto intitulado "ATENDIMENTO PSICOTERAPÊUTICO AO ADOLESCENTE AUTOR DE VIOLÊNCIA SEXUAL: O SUJEITO QUE PRODUZ SENTIDOS".

O pesquisador responsável fica notificado da obrigatoriedade da apresentação de um relatório final sucinto e objetivo sobre o desenvolvimento do Projeto, no prazo de 1 (um) ano a contar da presente data (itens VII.13 letra "d" e IX.2 letra "c" da Resolução CNS 196/96).

Brasília, 12 de dezembro de 2011.

Debora Diniz

Apêndice 5

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PARA OS FAMILIARES E/OU RESPONSÁVEIS

Prezado pai, mãe ou responsável,

Você está sendo convidado/a a participar da pesquisa “Atendimento psicoterapêutico ao adolescente autor de violência sexual: o sujeito que produz sentidos”, sob a responsabilidade de Florença Ávila de Oliveira Costa, psicóloga e aluna de mestrado em Psicologia Clínica da Universidade de Brasília, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Inês Gandolfo Conceição.

O objetivo desta pesquisa é conhecer a história de vida, os pensamentos e as emoções de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e de seus familiares, por meio de atendimentos psicoterapêuticos, individual e familiar, de modo a compreender os significados que eles atribuem à violência cometida.

Nesta pesquisa, serão realizados três atendimentos individuais por mês (uma vez por semana), com duração de 60 minutos cada, e um atendimento familiar por mês, com duração de 90 minutos, durante aproximadamente 6 meses. Para facilitar o acesso a vocês, os atendimentos poderão ser realizados em três possíveis locais de atendimento clínico psicológico da Pontifícia Universidade Católica de Goiás: Centro de Estudos e Pesquisas Aldeia Juvenil (CEPAJ), no Parque Ateneu; Clínica Escola Centro de Estudos e Pesquisa em Psicologia (CEPSI), no Setor Universitário; Clínica Escola Clínica VIDA, no Setor Novo Mundo.

Sua participação na pesquisa é voluntária e livre de qualquer benefício financeiro, assim como não implica nenhuma complicação ou ganhos legais relativos à medida

socioeducativa. Esta pesquisa apresenta risco mínimo, ou seja, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, sair de casa e pegar um coletivo, atravessar a rua, etc.

Você é livre para recusar-se a participar, para retirar seu consentimento ou para interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma como você será atendido/a pela pesquisadora, que irá tratá-lo/a de acordo com padrões profissionais de sigilo. Espera-se, com esta pesquisa, que você possa contribuir com o conhecimento científico e prático relacionado ao nosso tema.

Os resultados desta pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada, podendo ser publicados trabalhos científicos posteriormente. Asseguro-lhe que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados (escritos e na forma de gravação de voz durante os atendimentos) e os instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 anos e, após este tempo, serão destruídos. Você poderá receber todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília (CEP/IH). As informações com relação à assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido ou aos direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos pelo e-mail do CEP/IH: cep_ih@unb.br. Este documento foi elaborado em duas vias, ficando uma com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com você.

Eu,, portador/a do documento de identidade fui informado/a acerca dos objetivos desta pesquisa de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Declaro que concordo em participar desta pesquisa.

Goiânia, ____ de _____ de 20____

Assinatura do/a responsável

Assinatura da pesquisadora

Em caso de dúvidas a respeito dos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

Comitê de Ética em Pesquisa da UNB

Instituto de Ciências Humanas

Universidade de Brasília

Campus Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), Departamento de Serviço Social, Sala B1, 683

e-mail: cep_ih@unb.br

Pesquisadora responsável: Florença Ávila de Oliveira Costa

Telefone: (62) 8174-3130

e-mail: florenca.avila@yahoo.com.br

Projeto “Invertendo a Rota”, PUC-Goiás: (62) 3227-1717

Apêndice 6

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA OS FAMILIARES E/OU RESPONSÁVEIS

Prezado pai, mãe ou responsável,

Seu filho está sendo convidado a participar da pesquisa “Atendimento psicoterapêutico ao adolescente autor de violência sexual: o sujeito que produz sentidos”, sob a responsabilidade de Florença Ávila de Oliveira Costa, psicóloga e aluna de mestrado em Psicologia Clínica da Universidade de Brasília, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Inês Gandolfo Conceição.

O objetivo desta pesquisa é conhecer a história de vida, os pensamentos e as emoções de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e de seus familiares, por meio de atendimentos psicoterapêuticos, individual e familiar, de modo a compreender os significados que eles atribuem à violência cometida.

Nesta pesquisa, serão realizados três atendimentos individuais por mês (uma vez por semana), com duração de 60 minutos cada, e um atendimento familiar por mês, com duração de 90 minutos, durante aproximadamente 6 meses. Para facilitar o acesso a vocês, os atendimentos poderão ser realizados em três possíveis locais de atendimento clínico psicológico da Pontifícia Universidade Católica de Goiás: Centro de Estudos e Pesquisas Aldeia Juvenil (CEPAJ), no Parque Ateneu; Clínica Escola Centro de Estudos e Pesquisa em Psicologia (CEPSI), no Setor Universitário; Clínica Escola Clínica VIDA, no Setor Novo Mundo.

A participação de vocês na pesquisa é voluntária e livre de qualquer benefício financeiro, assim como não implica nenhuma complicação ou ganhos legais relativos à medida socioeducativa. Esta pesquisa apresenta risco mínimo, ou seja, o mesmo risco

existente em atividades rotineiras como conversar, sair de casa e pegar um coletivo, atravessar a rua, etc.

Vocês são livres para recusar-se a participar, para retirar seu consentimento ou para interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma como vocês serão atendidos pela pesquisadora, que irá tratá-los de acordo com padrões profissionais de sigilo. Espera-se, com esta pesquisa, que vocês possam contribuir com o conhecimento científico e prático relacionado ao nosso tema.

Os resultados desta pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada, podendo ser publicados trabalhos científicos posteriormente. Asseguro-lhe que o seu nome e o nome de seu filho não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão de informações que permitam identificá-los. Os dados (escritos e na forma de gravação de voz durante os atendimentos) e os instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 anos e, após este tempo, serão destruídos. Você poderá receber todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília (CEP/IH). As informações com relação à assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido ou aos direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos pelo e-mail do CEP/IH: cep_ih@unb.br. Este documento foi elaborado em duas vias, ficando uma com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com você.

Eu,, portador/a do documento de identidade fui informado/a acerca dos objetivos desta pesquisa de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Declaro que autorizo meu filho a participar desta pesquisa.

Goiânia, ____ de _____ de 20____

Assinatura do/a responsável

Assinatura da pesquisadora

Em caso de dúvidas a respeito dos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

Comitê de Ética em Pesquisa da UNB

Instituto de Ciências Humanas

Universidade de Brasília

Campus Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), Departamento de Serviço Social, Sala B1, 683

e-mail: cep_ih@unb.br

Pesquisadora responsável: Florença Ávila de Oliveira Costa

Telefone: (62) 8174-3130

Projeto “Invertendo a Rota”, PUC-Goiás: (62) 3227-1717

Apêndice 7

TERMO DE ASSENTIMENTO PARA OS ADOLESCENTES

Prezado jovem,

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “Atendimento psicoterapêutico ao adolescente autor de violência sexual: o sujeito que produz sentidos”, sob a responsabilidade de Florença Ávila de Oliveira Costa, psicóloga e aluna de mestrado em Psicologia Clínica da Universidade de Brasília, sob a orientação da Profa. Dra. Maria Inês Gandolfo Conceição.

O objetivo desta pesquisa é conhecer a história de vida, os pensamentos e as emoções de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e de seus familiares, por meio de atendimentos psicoterapêuticos, individual e familiar, de modo a compreender os significados que eles atribuem à violência cometida.

Nesta pesquisa, serão realizados três atendimentos individuais por mês (uma vez por semana), com duração de 60 minutos cada, e um atendimento familiar por mês, com duração de 90 minutos, durante aproximadamente 6 meses. Para facilitar o acesso a vocês, os atendimentos poderão ser realizados em três possíveis locais de atendimento clínico psicológico da Pontifícia Universidade Católica de Goiás: Centro de Estudos e Pesquisas Aldeia Juvenil (CEPAJ), no Parque Ateneu; Clínica Escola Centro de Estudos e Pesquisa em Psicologia (CEPSI), no Setor Universitário; Clínica Escola Clínica VIDA, no Setor Novo Mundo.

Para participar deste estudo, o seu responsável legal deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. A sua participação na pesquisa é voluntária e livre de qualquer benefício financeiro, assim como não implica nenhuma complicação ou ganhos legais

relativos à medida socioeducativa. Esta pesquisa apresenta risco mínimo, ou seja, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, sair de casa e pegar um coletivo, atravessar a rua, etc..

Seu responsável legal poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. Você também é livre para recusar-se a participar, para retirar seu consentimento ou para interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma como você será atendido/a pela pesquisadora, que irá tratá-lo/a de acordo com padrões profissionais de sigilo. Espera-se, com esta pesquisa, que você possa contribuir com o conhecimento científico e prático relacionado ao nosso tema.

Os resultados desta pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada, podendo ser publicados trabalhos científicos posteriormente. Asseguro-lhe que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados (escritos e na forma de gravação de voz durante os atendimentos) e os instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com a pesquisadora responsável por um período de 5 anos e, após este tempo, serão destruídos. Você poderá receber todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília (CEP/IH). As informações com relação à assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido ou aos direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos pelo e-mail do CEP/IH: cep_ih@unb.br. Este documento foi elaborado em duas vias, ficando uma com a pesquisadora responsável pela pesquisa e a outra com você.

Eu,, portador/a do documento de identidade fui informado/a acerca dos objetivos desta pesquisa de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e que o meu responsável legal poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar desta pesquisa.

Goiânia, ____ de _____ de 20 ____

Assinatura do/a responsável

Assinatura da pesquisadora

Em caso de dúvidas a respeito dos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

Comitê de Ética em Pesquisa da UNB

Instituto de Ciências Humanas

Universidade de Brasília

Campus Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), Departamento de Serviço Social, Sala B1, 683

e-mail: cep_ih@unb.br

Pesquisadora responsável: Florença Ávila de Oliveira Costa

Telefone: (62) 8174-3130

e-mail: florenca.avila@yahoo.com.br

Projeto “Invertendo a Rota”, PUC-Goiás: (62) 3227-1717